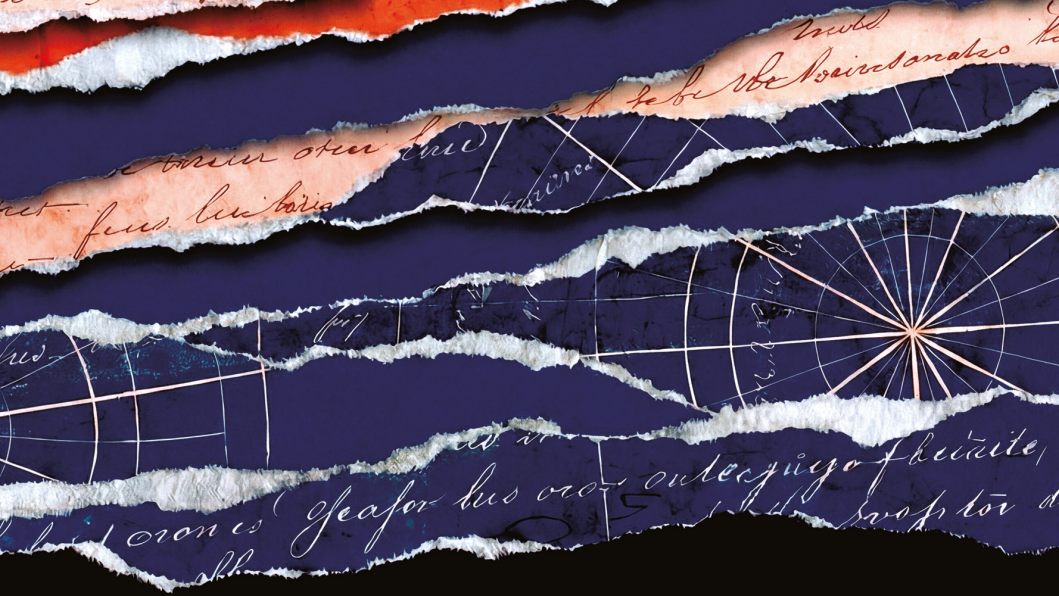




MESSIAS ARAUJO CARDOZO

Exercícios do fazer História

ensaios teóricos & historiográficos

2ª edição

cancioneiro

EXERCÍCIOS DO FAZER HISTÓRIA

MESSIAS A. CARDOZO

**Exercícios do fazer História:
ensaios teóricos & historiográficos**

cancioneiro

Copyright © 2026 by Messias A. Cardozo

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Alexandre Mesquita

Revisão

Jessilene Gonçalves Mota

EDITORA CANCEINEIRO

Editores

Márcio Douglas de Carvalho

Ronyere Ferreira

Conselho editorial

Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CARDOZO, Messias A.

Exercícios do fazer História: ensaios teóricos & historiográficos [livro digital] / Messias A. Cardozo. – 2. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2026.

174 p.: e-book; PDF.

ISBN: 978-65-89065-47-0

1. História. 2. Exercícios historiográficos. 3. Lei 10.639/2003. 4. Ensino de História. I. Título.

CDD: 981

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCEINEIRO

Teresina - Piauí

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

*Acumulamos todos os tesouros de outrora na velha
cidadela desta história; acreditamos que ela fosse
sólida; sacralizamo-la; fizemos dela o lugar último do
pensamento antropológico; acreditamos poder aí capturar
até mesmo aqueles que se tinham encarniçado contra ela;
acreditamos poder torna-los guardiões vigilantes. Mas
os historiadores desertaram há muito tempo dessa velha
fortaleza e partiram para trabalhar em outro campo;
percebe-se mesmo que Marx ou Nietzsche não asseguram
a salvaguarda que se lhes tinha confiado.*

Michel Foucault. *A arqueologia do saber*, 1969.

Sumário

PREFÁCIO

Ação contra ação: o trabalho intelectual e as experiências no combate.....	9
<i>Joabe Rocha de Almeida</i>	

Apresentação.....	19
-------------------	----

PARTE I: ENSAIOS DE TEORIA

Nietzsche, Foucault e a história.....	23
O conceito de classe em Marx e Thompson.....	41
História & Literatura: um estudo sobre Hayden White e Raymond Willians.....	61
Gilberto Freyre e a invenção do “mundo que o português criou”: esboço da teoria social tropicológica...	85

PARTE II: EXERCÍCIOS HISTORIOGRÁFICOS

A contracultura em Teresina: notas de pesquisa.....	109
O cinema de Glauber Rocha e a nordestinidade.....	125
A Lei 10. 639 na sala de aula: um estudo de caso.....	139
Ensino de história & narração histórica.....	153
Sobre os autores.....	173

PREFÁCIO

Ação contra ação: o trabalho intelectual e as experiências no combate

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para aperfeiçoar seu ofício.

(C. Wright Mills, 1980)

Os textos em *Exercícios do fazer história*: ensaios teóricos & historiográficos, de Messias A. Cardozo, fazem-me recordar um número expressivo de intelectuais que deixaram suas marcas indeléveis na história da humanidade, servindo-nos até os dias atuais como fontes documentais de orientações sobre as maneiras de compreender as especificidades de cada *lugar social* e que a escrita não deve ser lida apenas como uma simples opinião, mas encarada na forma de combate às imposições de um poder político-institucional.

Dentre várias figuras importantes de diferentes séculos, menciono alguns.

Reporto-me, inicialmente, ao período oitocentos, em que o próprio autor, no capítulo *Nietzsche, Foucault e a história*, resalta ter sido o “século da ciência, da produção de saberes que se alçam a cientificidade objetiva”. Nesse recorte, surgem dois

jovens revolucionários, que despontam no horizonte do mundo acadêmico, com novas formas de explicar as estruturas econômicas entre as classes, a função social de cada uma, as relações de forças e as ordens institucionais: Karl Marx e Friedrich Engels.

Ao desenvolverem estudos sobre a formação e divisão da sociedade – tendo a classe operária os encargos da manutenção social –, ao mesmo tempo, suscitaram um movimento contra o capitalismo industrial. O autor, no capítulo *O conceito de classe em Marx e Thompson*, deixa bem enfatizado a proposta dos filósofos alemães: descrever em minúcias o papel social das classes, a ponto de causar uma ruptura (emancipação do proletariado). Aquilo que Messias A. Cardozo chamou de “luta e política revolucionária”¹.

Por trás da ação intelectual dos seus escritos, a base fundamental era o incentivo à luta contra o sistema burguês. De fato, “não se pode negar ainda que, para o bem ou para o mal, Marx conseguiu revolucionar e desestabilizar o mapa sócio-político do mundo por um lapso de tempo longo a nossos olhos”². Basta relembrarmos que as revoluções socialistas no século XX tiveram como fio condutor as ideias marxistas.

O *Manifesto Comunista* de 1848 é um grande exemplo de demonstração do poder da palavra. Da manifestação intelectual contra a ordem vigente. Isso porque a obra que atualmente conhecemos, no formato de livro, foi, na verdade, panfletos manuscritos e espalhados pelas ruas de Londres entre as diversas camadas³, principalmente os proletariados e representantes de-

1. Para muitos estudiosos da trajetória de Marx e Engels, estes foram os responsáveis por elaborar pela primeira vez o discurso da ação revolucionária moderna. Para maior aprofundamento, ver: SÁNCHEZ, Félix Ruiz. DOSSIÊ 150 anos do Manifesto Comunista. *Estudos Avançados*, vol. 12, n. 34, 1998, p. 55.

2. FERACINE, Luiz. *Karl Marx: ou a sociologia do marxismo*. 1. ed. – São Paulo: Lafonte, 2011, p. 10.

3. COGGIOLA, Osvaldo. *150 anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 4. ed. – São Paulo: Boitempo, 2005. pp. 9-10.

les. Rapidamente, tornaram-se um programa político – relação estreita com a Liga dos Comunistas – que sintetizou as estruturas sociais e econômicas organizadas na propriedade, segundo os excertos no documento. Ou seja, os trabalhadores teriam a consciência do *modo de produção*⁴. O movimento operário deu passos ao combate a partir das leituras das produções escritas por Marx e Engels, “formulada, pela primeira vez, em uma linguagem política acessível”⁵.

Enquanto Marx, aos 26 anos, estava na capital francesa (1843-1845), terminava seu ensaio *A Questão Judaica*. Em 1844, estava escrevendo um novo texto que seria chamado de *Manuscritos econômicos-filosóficos*⁶ e, nesse ínterim, tivera seu primeiro contato com Friedrich Engels. Do outro lado, no vilarejo Röcken, na Alemanha, nascia Friedrich Nietzsche. Outro que se tornaria um intelectual de grande influência para a sua geração do século XIX e posteriores, embora também “foi sempre mal-entendido, até pelos seus conterrâneos”⁷ e o próprio filósofo Nietzsche “nomeou-se a si mesmo ‘Dionísio crucificado’, na noite de sua loucura”⁸.

Temos, aqui, o crítico da *kultur* alemã, tudo aquilo que escrevia era em prol de uma descrença, “na completa contramão do ‘espírito do tempo’ principalmente o cientificismo oitocentista”, assim declara o autor Messias A. Cardozo. Nietzsche já era inconformado bem prematuramente, antes mesmo de assumir a cadeira de Filologia Clássica na Universidade de Basileia em 1869, e utilizou o que tinha de melhor para mostrar seus incon-

4. Termo utilizado por Henri Levebre, p. 70.

5. SÁNCHEZ, Félix Ruiz. DOSSIÊ 150 anos do Manifesto Comunista. *Estudos Avançados*, vol. 12, n. 34, 1998, p. 55.

6. Foram escritos entre os meses de abril e agosto de 1844, mas apenas lançado ao público em 1932.

7. CARPEAUX, Otto Maria. *Nietzsche e as consequências*. Cad. Nietzsche, Gualinhos/Porto Seguro, v. 37, n.3, outubro/dezembro, 2016, p. 70.

8. *Ibidem*, p. 70.

formismos. Para cada desconforto, nascia uma tese. Com ideias intempestivas, a ponto de serem lidas como uma loucura para o século, sobretudo, no que se trata da moral e religião, com o debate da “morte de Deus”, em *Gaia Ciência* de 1882 e do “super-homem” (ou “último homem”, “além-homem”), em *Assim falou Zaratustra* de 1883.

Se para o “filósofo da cultura” a Europa ocidental, mais especificamente a Alemanha, estava doente por estar presa à tradição filosófica do Niilismo, os escritos reunidos em *O Nascimento da Tragédia* de 1872 seriam a primeira tarefa intelectual contra a arte socrática (idealismo metafísico ou metafísica socrática). Para o jovem filólogo, a educação encontrava-se numa trajetória incorreta, assim como o sentido da história (*historische Sinn*), dado que as escolas alemãs partiam de uma concepção historicista, privilegiando os acontecimentos e os personagens como herói, fixados apenas numa investigação falsa e artificial. Pois, assim como ressalta a filósofa e intérprete dos intelectuais do século XIX, Rosa Maria Dias, que nas críticas nietzschianas o “excesso de história, a ruminação do passado, a cultura da memória são essas as forças que separam a cultura da vida. Quando a história se põe a serviço da vida passada, alerta Nietzsche, torna-se ‘coveira do presente’”⁹.

Sem perder tempo, parte para uma batalha na forma de oratória, quando completara 27 anos, ministrando cinco conferências no ano de 1872, em que a missão foi debater uma reformulação metodológica na erudição alemã. O título da primeira conferência desses encontros foi nomeado de *Sobre o Futuro dos Nossos Estabelecimentos de Ensino*¹⁰. Ao mesmo tempo em que

9. DIAS, Rosa Maria. A educação e a incultura moderna. In: Nietzsche Pensa a Educação 2. *Revista Educação*. Especial: Biblioteca do Professor. São Paulo: Segmento, 2005, p. 17.

10. A editora PUC-Rio reuniu as cinco conferências, mais outros textos daquele ano de 1872 e publica-os em 2003. Ver: NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre Educação*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro:

atraiu diversas pessoas com suas arguições contra o sistema educacional alemão, também criou um clima de descontentamentos, inimizades e fortes críticas às suas defesas.

Saindo do século oitocentos e indo para a *era dos extremos*, como descreveu o historiador Eric Hobsbawm, na obra de 1994, encontramos outros sujeitos que agiram por meio do trabalho intelectual combatendo o sistema político-ideológico que estavam vivenciando. Destaco dois: Antonio Gramsci e Marc Bloch.

Antonio Gramsci teve dois momentos de guerra intelectual em que o esforço de sua primeira ação – diretor e ensaísta de diversos jornais de esquerda – resultou na segunda: encarcerado por oito anos. Seu primeiro trabalho literário em campo aberto¹¹ foi na posição de combatente contra o regime fascista italiano. Devido aos seus ensaios críticos nos seminários de vieses socialistas e de apoio à classe operariada, que não deixava de ser também uma imprensa antimussolinista (*Avanti, L'Ordine Nuovo, L'Unità*), o Tribunal Especial em Turi condenou-o por vinte anos, quatro meses e cinco dias de prisão¹². Aqui percebemos o quanto uma figura engajada pode organizar movimentos e/ou desestruturar sistemas político-ideológicos. Tanto é que o promotor teria exclamado em voz baixa, no instante que saiu o resultado do processo de condenação: “É preciso fazer com que esse cérebro deixe de funcionar por 20 anos”¹³.

Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

11. Expressão que utilizo no sentido de sua trajetória pré-cárcere: quando atuava na política, jornal e era Secretário-Geral do Partido Comunista da Itália.

12. Ver mais informações em: TRESSO, Pietro. Un grand militant est mort... Gramsci. *La Lutte Ouvrière*, n. 44, 14 Mai de 1937. Pietro Tresso foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano junto com Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga. Artigo traduzido por Alvaro Bianchi em: Um grande militante morreu... Gramsci. *Revista Movimento*. Especial Revolução Russa, ano 2, nº 4, jan/mar de 2017, pp. 225-232. In: Movimento: crítica, teoria e ação / *Movimento Esquerda Socialista*, ano 2, vol. 1, n. 4 (jan/mar 2017). – Porto Alegre: Movimento, 2017.

13. Apud COUTINHO, Carlos Nelson. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do*

A sua segunda guerra intelectual foi quando estava encarcerado entre 1926 e 1935 (quando recebeu sua liberdade condicional), embora só recebesse autorização para escrever em 1929. Foi a partir desse momento que começava seu outro esforço de combate. Agora, em campo fechado e com pouca luz do dia, as memórias vividas na cadeia seriam os rascunhos guardados no papel. Nesse ínterim, o filósofo e político italiano conseguiu produzir 33 cadernos escolares, os quais foram reunidos e publicados com o título *Cadernos do Cárcere*. Dentre os diferentes temas escritos na prisão, um deles me chama atenção, quando Gramsci alerta sobre a importância da figura do intelectual e os cuidados a serem tomados: “Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”¹⁴. Em outras palavras, todas as pessoas são dotadas de inteligência, que em qualquer ofício necessita de um conhecimento técnico e cognitivo, porém, alguns se diferenciam dos demais pelo fato de mostrarem um engajamento intelectual para o bem e outros para o mal.

De todo modo, não há intelectual autônomo.

Nem Gramsci, nem antecessores e sucessores exerceram tal posição.

A pesquisa aqui exposta é aquela atividade de um profissional que declara a função do intelectual do bem: não se intimida com a conjuntura nada estimulativa para a carreira docente do campo disciplinar da História e traz ao debate a interdependência entre teoria e historiografia. O que nos faz entrar em outro ponto-chave do seu trabalho: enquanto há um combate contra

cárcere, volume 1 / Antonio Gramsci; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 18.

14. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 1516.

a onda de revisionismo no ensino de História e outras disciplinas – nada mais e nada menos do que um discurso negacionista camuflado –, o autor Messias A. Cardozo coloca em cheque importantes conceitos teóricos surgidos no século XIX e XX, e quais as maneiras que podemos usá-los para interpretarmos o sentido histórico.

Sua obra é dividida em duas partes: de um lado, os *ensaios teóricos*, compostos por cinco textos rebuscados, e, na outra margem, *exercícios historiográficos*, com quatro textos bem segmentados. Todavia, não estão distantes, tampouco não podemos tatear uma pesquisa em duas fatias que tomam rumos opostos. São, na verdade, caminhos que se encontram em determinados momentos. Um dá visibilidade e coerência ao outro. Temos, pois, orientações teórico-metodológicas de como podemos entender uma narrativa histórica.

No que tange ao historiador medievalista francês Marc Bloch¹⁵, de toda sua vasta trajetória acadêmica e inovação na construção histórica – estudos sobre a crença, o sagrado, a cura na obra *Les rois thaumaturges* de 1924, renovando os conceitos de imaginário social, psicologia coletiva, poder simbólico, história mental, as novas historicidades sobre o feudalismo com *la société féodale* de 1939, e as recomendações metodológicas em *Apologie pour l'histoire, ou métier d'historien* (publicação póstuma de 1949) –, destaco a seguinte pergunta encontrada nessa sua última produção inacabada: “O que, precisamente, torna legítimo um esforço intelectual?”¹⁶.

Foi na mesma ânsia dessa indagação de Marc Bloch que, não obstante desse caminho, enxergaremos nos nove capítulos da pesquisa que temos em mãos uma busca incessante do historiador Messias A. Cardozo, indo além das obrigações exigidas

15. Fundador da *Revue des Annales d'histoire économique et sociale* em 1929, juntamente com seu amigo Lucien Febvre.

16. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 44.

por um Programa de Pós-Graduação. Ou seja, o autor compôs os ensaios teóricos e historiográficos ainda quando caminhava nos corredores da graduação e teceu-os como forma de perscrutar os principais influenciadores da formação da ciência histórica (e que todo bom historiador deve obrigatoriamente conhecê-los), aperfeiçoar suas leituras e escrita acadêmica. Somente quando os aprofundou e corrigiu foi que teve a coragem de lançar ao público.

Marc Bloch é um daqueles grandes intelectuais do século XX que se encaixa neste tipo de trabalho justamente porque escrevia como prática intelectual diária, com intuito de registrar suas experiências e suscitar uma narrativa que servisse à ação. Não a partir do movimento no sentido de conformismo ou aceitação, mas de confrontação, já que o próprio autor Messias A. Cardozo deixa bem intitulado, desde o início, a necessidade de produzir História nos *modus operandi* de ciência e disciplina, sem necessariamente pensar em escrever diretamente para uma publicação editorial.

Há questionamentos se Marc Bloch tinha realmente interesse em transformar muitos escritos em livros. “Talvez o objetivo, para ele, fosse o de narrar os fatos para conseguir superar o trauma, como ocorre em tantos outros”, defende o historiador Joui Guimarães Yamashita¹⁷. Com intenções ou não, a sua postura vanguardista no movimento *Resistência Francesa* (*La Résistance*) somada aos esboços foram suficientes para incomodar a polícia nazista a ponto de ser preso, torturado pelo oficial da Gestapo, Klaus Barbie, e fuzilado em 16 de junho de 1944¹⁸.

Quando as ciências humanas e sociais são ferozmente des-

17. YAMASHITA, Joui Guimarães. *AS GUERRAS DE MARC BLOCH: nacionalismo, memória e construção da subjetividade nos testemunhos de guerra*. 2016. 302f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 61.

18. Gestapo ou em alemão *Geheim Staatspolizei* significava “Política Secreta do Estado”, criado pelo Regime Nazista.

privilegiadas, CAPES, CNPq e outras instituições de fomento são sucateadas e, não bastando tudo isso, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, resolve defender a taxaço sobre livros porque, segundo ele, “o livro é um produto de elite, logo, quem compra pode pagar um preço maior”¹⁹. A publicação deste livro, entre tantos outros que insurgem no Brasil, é a prova de que assim como foi nos tempos de Gramsci – preso e as tentativas de colocar seu pensamento no ostracismo – e nos interstícios profissionais de Marc Bloch, quando aconselhava a não recuarem da responsabilidade intelectual diante do horror que estavam vivenciando após a *l'étrange défaite* francesa e da perseguição nazista, os historiadores brasileiros e intelectuais de outros campos continuam com o sentimento da tarefa de reagir ao contexto que estamos presenciando. Pelo viés da ação intelectual. Contra a ação política militarizada que se utiliza de várias estratégias de guerra, dentre elas a reescritura dos acontecimentos históricos que absorve atos, pessoas ou exalta-os, modificam conceitos, excluem dados, reinterpretem o passado apegados estritamente à paixão ideológica.

Barricadas são constantemente montadas a fim de derrubar aqueles indesejosos da nova ordem político-institucional no Brasil. Eis aqui o autor Messias A. Cardozo precavido com as armadilhas. Sua única tarefa continua sendo a mesma dos tempos de juventude na graduação: seguir no dever intelectual de combate, ainda que custe caro.

Joabe Rocha de Almeida

Mestre em História Social – PPGHis/UFMA.

Nas incertezas de junho de 2021.

19. Ver: SCHWARCZ, Luiz. A falácia de Paulo Guedes sobre a taxaço de livros. *Folha*, 10 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/a-falacia-de-paulo-guedes-sobre-a-taxacao-de-livros.shtml>.

Apresentação

Os ensaios aqui reunidos são de tempos e lugares de produção distintos. Porém, a experiência da graduação em História, na Universidade Estadual do Piauí, em Parnaíba, entre 2012 e 2016, é o pano de fundo da escrita desses textos. Cumpre notar algumas advertências ao leitor. A primeira é a natureza do livro: trata-se de fragmentos de textos escritos há três, quatro ou cinco anos, quando eu, ainda no meio da graduação, estava a tomar contato pela primeira vez com material histórico. Nesse sentido, uma crítica às incoerências, falta de domínio bibliográfico e abuso de citações diretas deve levar em conta esse momento de produção intelectual. A segunda é destacar que o meu esforço foi recuperar textos que não têm conexão entre si, que podem ser lidos como tentativas de produzir historiografia num ambiente de escassez de arquivos, falta de projetos de pesquisa em grupo e de apoio financeiro.

Eu dividi a obra em duas partes. A primeira recupera textos escritos com o objetivo de pensar teoricamente a disciplina história. Os textos dessa parte versam sobre autores como: Nietzsche, Foucault, Marx, Edward Thompson, Hayden White, Raymond Williams e Gilberto Freyre. Todos os ensaios possuem breves notas de rodapé em que falo sobre o contexto de sua produção. Quando reli os ensaios, para fins de publicação, alguns colegas, historiadores mais experientes, avisaram-me da necessidade de uma revisão geral em todos os textos no sentido de melhorá-los.

Apenas um concordou comigo em mantê-los do jeito que foram redigidos, respeitando o momento de surgimento e as ideias defendidas. Optei por deixar, propositalmente, os textos da forma que foram escritos na época. Eu os finalizei porque respeito o meu pensamento e sigo uma coerência intelectual.

A segunda parte da obra é composta de exercícios historiográficos, trabalhei com fontes diretas, desde jornais dos anos 1970, passando por relatos orais, análise de filmes e por obras de autores (estudos bibliográficos). Nessa parte, ensaiei minhas primeiras abordagens sobre as experiências históricas em vários sentidos, da contracultura juvenil até o Cinema Novo, a educação histórica e algumas ideias sobre ensino de história e a narração histórica.

Toda obra fragmentária tem seus méritos e deméritos. Sobre os méritos desta, creio que o esforço de pensar teoricamente e de esboçar estudos sobre a história, longe dos centros de produção historiográfica mais organizados, é um deles. Quanto aos deméritos, deixo por conta dos possíveis leitores, lembrando-os que *na ciência todo começo é difícil*.

Messias A. Cardozo

Parnaíba-PI, novembro de 2020.

PARTE I

ENSAIOS DE TEORIA

Nietzsche, Foucault e a história¹

O século XIX é o século da ciência, da produção de saberes que se alçam à cientificidade objetiva. A historiografia se consolida como um campo de investigação científica com a emergência dos paradigmas positivista e historicista, saindo do âmbito da filosofia e da literatura para ingressar na ordem dos saberes científicos, tendo por base os postulados das ciências naturais, sobretudo a crença na imparcialidade e na objetividade.²

O passado seria o “objeto” da investigação, que seria perfeitamente recuperável pela análise dos documentos escritos e oficiais, locais em que poderia ser apreendido. Dentro desse contexto, emergiram figuras como: Leopold Von Ranke (1795-1886), Fustel de Coulanges (1830-1889) e outros historiadores profissionais. A escola metódica alemã e francesa foram os centros de irradiação de produções historiográficas com essas premissas positivistas, crentes no progresso e na evolução do homem (REIS, 2006).

Mesmo com a emergência do paradigma do materialismo histórico, ainda no século XIX, e com as contribuições das escolas dos Annales e de Frankfurt no século XX, alguns pontos do

1. O artigo foi escrito em 2015. Revisado e ampliado em 2018, para servir de requisito parcial para aprovação na disciplina Teoria da História, do curso de Mestrado em História da UFMA.

2. Sobre isso, conforme José Carlos Reis: “A narração histórica separa-se do vivido e se refere a ele ‘objetivamente’, narrando-o e descrevendo-o do exterior” (REIS, 2006, p. 31).

positivismo ainda continuariam muito fortes entre os historiadores acadêmicos, como a crença na cientificidade da história³, seu uso ou utilidade prática e a ideia de uma linearidade dos processos sociais, tomados como dotados de um sentido ou direção.

A propósito dessa efeméride, o estudo apresenta as contribuições originais e inovadoras de dois filósofos: Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Michel Foucault (1926-1984), como pontos de ruptura e linhas de fuga dessas concepções positivistas que estão na base da história científica, da historiografia acadêmica. Com clara influência do Iluminismo, a história positivista pensa no topo ou último estágio do saber histórico, numa escala evolutiva criada por si mesma. Os autores em questão se insurgem contra essa ideia que, de certa forma, fecha a história a esquemas conceituais e amarram-na a ideias que não são uma condição objetiva da história, e sim apenas uma expressão de certa “vontade de poder” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 214).

Existe uma clara influência de Nietzsche nos textos de Foucault, o próprio termo “genealogia”, do último, é creditado ao primeiro. A conjuração da “quimera das origens” e seus mitos subjacentes unem os dois autores no mesmo propósito: a desconstrução da ideia de pensar os objetos históricos como unos e coesos, como incriados e postular na origem o “lugar da verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 18).

1. A genealogia: Nietzsche contra as certezas de seu tempo

Na completa contramão do “espírito do tempo”, principal-

3. Com relação à escola ou movimento (como prefere chamar o historiador inglês Peter Burke) dos *Annales*, há uma clara distinção acerca da questão da cientificidade da história. Para os fundadores Marc Bloch (1866-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), a história seria, respectivamente, uma ciência “dos homens no tempo” ou um conhecimento “cientificamente conduzido”. Sobre essa questão ver: BURKE, Peter. *A revolução francesa na historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

mente o cientificismo oitocentista, Friedrich Nietzsche (1844-1900), alemão e filólogo de formação, considerado hoje clássico, iniciou sua entrada na história do pensamento com o livro: *A origem da Tragédia* (1872), em que se nota a clara influência da filosofia de Arthur Schopenhauer (1788-1860) e da música de Richard Wagner (1813-1883).

Nietzsche trata da história de forma mais pormenorizada, no caso, desferindo uma crítica ferrenha às modalidades de história de sua época, nas chamadas *Considerações Extemporâneas* (1874)⁴. Particularmente a segunda, em que a ideia central “[...] não será tanto a proposta de determinado tipo de historiografia a ser preconizado em detrimento de outros, mas sim o encaminhamento da crítica de todos os fazeres historiográficos que poderiam se tornar nocivos à Vida” (BARROS, 2011, p. 170). Nela, o filósofo se concentrou na análise sobre a história enquanto conhecimento. Sobre esses textos e sobre a segunda extemporânea, em particular, o próprio Nietzsche nos afirma em *Ecce Homo* (1888) que: “Nesse ensaio o ‘sentido histórico’, pelo qual esse século se orgulha, foi reconhecido pela primeira vez como uma doença, como um sinal típico do ocaso...” (NIETZSCHE, 2013, p. 79).

No pensamento de Nietzsche, algumas linhas mestras podem ser percebidas, como o seu profundo desdém em relação à verdade⁵, seja na vertente cristã, científica ou mesmo filosófica (por isso suas duras ênfases críticas em relação à obra de Sócrates).

4. Referindo-se às extemporâneas Nietzscheanas, José D’ Assunção Barros afirma que: “O filósofo irá desfechar, aqui, uma mordaz crítica contra as diversas versões de historiografia e gêneros historiográficos de sua época” (BARROS, 2011, p. 161).

5. Esta seria apenas uma metáfora, não passaria de palavras gastas (NIETZSCHE, 1974). Apenas mais um mito sistematizado pelo pensamento ocidental, ainda refém das influências de Sócrates (470-399 a.C.) e do cristianismo. Embora o pensamento do autor seja de difícil classificação. Como ele mesmo ressaltou: “Todo pensador profundo teme mais ser compreendido do que ser mal compreendido” (NIETZSCHE, 2011, p. 208).

tes). O idealismo, seja o platônico ou hegeliano, também era visto como um sinal da decadência da cultura europeia oitocentista.

Para o filósofo, esses pensamentos eram nocivos à vida, contrários aos espíritos “livres”, como foi o de Heráclito de Éfeso (540-480 a.C.).⁶ Para Nietzsche, o homem europeu do século XIX estaria doente, iludido com a falsa ideia de uma linearidade que o colocava no último patamar da evolução da humanidade. E a historiografia ajudaria nessa concepção errônea, principalmente com a ideia de um “sentido histórico”.

Em a *Gaia Ciência* (1882), ele afirmou que:

Considerando a nossa era com o mesmo olhar que utilizaria para uma época distante, não encontro nada mais singular no homem atual do que esta virtude, esta doença particular a que se dá o nome de “sentido histórico”. [...] o sentimento histórico é ainda uma coisa tão pobre e tão fria que percorre muitas pessoas como um calafrio gelado e que as torna ainda mais pobres e mais frias (NIETZSCHE, 2010, p. 174-175).

Para Nietzsche, outro erro fundamental que se conecta com a questão de sentido histórico, criticado acima, seria a ideia de *linearidade*, de que a história da humanidade seria um todo coeso que estaria “rumando a algum lugar”, quase como que uma estrada real para o *télos*, o “fim da história”. Nesse sentido, o autor toma como um mito o “progresso” e o sentido evolucionista do positivismo.

Conforme o historiador Jose D’Assunção Barros, o filósofo:

Nietzsche propõe uma historiografia que rompa com a falsa continuidade histórica produzida pela tradicional noção de um tempo linear e contínuo impulsionado pelo progresso, e através do qual as épocas históricas se encadeiam umas às outras por meio dos

6. Filósofo grego pré-socrático. Segundo Marcelo Backes: “Nietzsche elogia Heráclito por ser o filósofo do vir a ser, do devir (em oposição a Parmênides, filósofo do ser)” (NIETZSCHE, 2013, p. 156).

grandes acontecimentos perseguidos pelos positivistas e historicistas tradicionais (BARROS, 2011, p. 166).

O autor citado afirma que tais ideias seriam posteriormente retomadas, em parte, por outro filósofo alemão, Walter Benjamin (1892-1940), que, apesar de marxista, não se isenta de criticar certa concepção teleológica da história que estaria ainda presente no materialismo de Marx, e que o marxismo não teria escapado a ela (CHÂTELET, 2009, p. 28). Porém, as críticas de Nietzsche se dirigiam às formas pelas quais a produção historiográfica de seu tempo, que ele divide em três tipos – *antiquária*, *monumental* e *tradicional* –, presentes na segunda consideração extemporânea, organizava-se enquanto campo do conhecimento.

Na *Genealogia da Moral* (1877), o filósofo mostrou como seu método de pesquisa desconstrói a ideia de origem⁷ “pura”, essencial e a-histórica dos conceitos de “bom” e “mau”, “bem” e “mal”, no sentido de uma evolução coesa, una e devedora da providência. “Os dois valores opostos ‘bom e mau’, ‘bem e mal’, mantiveram durante milhares de anos um combate largo e terrível, e ainda que há muito tempo que o segundo valor logrou vantagem, não faltam ainda hoje terrenos onde a luta continua indecisa” (NIETZSCHE, 2013, p. 53).

Quando estudamos os textos da obra de Nietzsche, percebemos que ele se mostra um perseguidor implacável de tudo que é “em si” (no sentido kantiano, hegeliano, platônico e, sobretudo, cristão), de toda concepção essencialista das coisas. Para a história, isso é um duro golpe na crença positivista da reconstituição do passado humano, “tal qual ele foi”, a partir da análise docu-

7. Nesse ponto, no texto *O viajante e sua sombra*, Nietzsche afirmou que: “Exaltar as origens é o *impulso extra* metafísico que se esclarece na concepção de história e leva a pensar de modo absoluto que *no início* de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial” (NIETZSCHE, 2013, P. 120). Foucault retoma essa ideia dizendo que sobre a origem “se canta uma teogonia” (FOUCAULT, 1979).

mental oficial, da ideia de narratividade isenta, imparcial e da vontade de escrever a verdade histórica.

Não se trata de tomar a história como uma ficção literária⁸, retirando-lhe todos os méritos de conhecimento. Mas de não hierarquizar os conhecimentos no sentido de primazia do científico sobre o literário, em que o primeiro seria “superior” e o outro, infame, subjetivista e “inferior”. A linearidade escatológica e teleológica do cristianismo é, para Nietzsche, um símbolo da prisão conceitual do seu tempo, seus ecos se encontrariam na coisa “em si” e no porvir dialético que supera sempre para “melhor”, respectivamente.

Para Nietzsche, a história se conecta ao poder. Saber e poder estão articulados, sendo a verdade histórica apenas uma fabricação, “invenção e jogo de forças” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, Apud RAGO, VEIGA-NETO, 2008, p. 98). A contribuição do filósofo é precursora da assertiva do pós-estruturalismo que relativiza as verdades e enfatiza as construções dos objetos históricos pelas formações discursivas.⁹

O “espírito do tempo”, na época do autor, tinha como base a euforia do progresso, do “sentido” histórico e do evolucionismo (leia-se positivismo e darwinismo). O criticismo de Kant e o idealismo especulativo de Hegel, autores que eram considerados os grandes pensadores da Alemanha na época, eram signos de como pensamento e vida teriam se separado. Para Nietzsche, estes seriam os símbolos máximos da decadência, o “imperati-

8. Como defendem autores como Hayden White. Para ele, história e literatura não seriam narrativas tão distintas, apenas teriam como base, nesta ordem, um fato que realmente ocorreu e um imaginado, criado (WHITE, 1992). Porém, a forma de narração e encadeamento seria idêntica. Sobre isso ver: PESAVEN-TO, Sandra Jathary. *História & História Cultural*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2004. p. 55.

9. Como aponta o historiador Keith Jenkins: “A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado [...] que correspondem a uma gama de bases de poder que existem [...]” (JENKINS, 2009, p. 52).

vo moral categórico” e o “idealismo dialético”, respectivamente. Eram tomados por Nietzsche como brincadeiras de mau gosto, como assertivas limitadoras do devir, do tornar-se das coisas e, por conseguinte, da história.

A história “científica” da época ainda tinha traços claros dessas influências deletérias que o autor desconsiderava. O finalismo teleológico das correntes historiográficas era um disparate. Nesse sentido: “O coroamento do excesso de história com finalismo eurocêntrico-moderno era o que mais lhe repugnava nos modos de fazer a história que buscou criticar tão casuisticamente” (BARROS, 2011, p. 220). Ironicamente, o filósofo Nietzsche considerou Leopold Von Ranke como o “mais sábio de todos os realistas” (NIETZSCHE, 2013, p. 132).

Considerando-se um pensador extemporâneo, nascido “póstumo”, com uma filosofia que seria enviada e somente entendida no futuro, as considerações de Nietzsche sobre a história e, consequentemente, a historiografia caíram quase que num vazio. Tendo que se creditar a alguns pensadores do século XX (por exemplo, Walter Benjamin, já citado, Gilles Deleuze e, principalmente, Michel Foucault) a introdução das ideias do filósofo, que se furtou a concepção “científica” da historiografia de seu tempo, o que ela mesma se arrogava: o título de conhecimento verdadeiro, linear e dotado de “sentido”.

Para Nietzsche, nada é infenso à história, nem a própria historiografia. A ideia de verdade é rejeitada, a certeza do método científico¹⁰ positivista (em geral) ironizada, quando não negada no todo. Isso não quer dizer que Nietzsche defenda que a história seria arte no sentido de invenção ficcional, mas que a concepção de história de seu tempo lhe retirou todo o encanto, a beleza e a forma estética.¹¹

10. “Isto trazia suas implicações para a concepção e a proposta de Nietzsche para a História. Esta deveria abandonar as ambições científicas em favor de um novo ideal, o do historiador-artista” (BARROS, 2011, p. 222).

11. E como nos ressaltou uma vez o historiador francês Marc Bloch, “a história

Se o bem é para alguns historiadores tradicionais, agarrados às certezas teóricas (como o marxismo e o estruturalismo), identificado com a cientificidade, e o mal, por sua vez, com a “arte” ou literatura, a contribuição de Nietzsche nos impele a ir (parafraseando uma de suas obras) *além do bem e do mal*, das velhas ideias de “sentido” e “linha evolutiva” ou de crença na documentação (seja esta de qual natureza) ser o repositório da história, que seria perfeitamente recuperável, traduzível e narrável desde que seguidos os cânones metodológicos da ciência histórica. Seguindo as pegadas de Nietzsche, Foucault escreveu muitas de suas obras, porém, sem um sentimento elogioso ou de submissão. Em suma, para um pensamento como o de Nietzsche, só é reconhecimento quando se sinaliza a sua utilização no sentido de “[...] deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar” (FOUCAULT, 1979, p. 143). É consenso que Nietzsche não queria seguidores, afinal, o “instinto de rebanho” era para ele execrável.

2. A Arqueogenealogia: Foucault e uma história rebelde

Paul Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, insurgiu-se contra o pensamento de sua época (com clara influência nietzschiana) com sua tese de doutorado, publicada em 1961, intitulada: *Loucura e desrazão – História da Loucura na Idade Clássica*. Na obra, ele questionou os saberes da psiquiatria, dando um olhar nada lisonjeiro, colocando-a como uma forma de saber que legitima a internação de indivíduos que não se encaixavam na racionalidade (com base em René Descartes) burguesa moderna.¹²

entretém”. Sobre isso ver: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 43.

12. Para o filósofo Roberto Machado, com a História da Loucura: “[...] foi possível mostrar como a psiquiatria, em vez de ser quem descobriu a essência da loucura e a libertou, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições de possibilidade tanto teóricas quanto práticas” (FOUCAULT, 1979, p. VIII).

Para Foucault, a historiografia teria absorvido as ideias de linearidade, sentido e objetividade, próprios da sociedade europeia ocidental oitocentista.¹³ Sua contribuição foi a constituição de um método que ele chamou de *arqueologia*, em que buscou investigar a condição da produção dos saberes sobre o homem (as ciências humanas) no século XIX. Com o intuito de afirmar que esses saberes, ao constituir o homem como objeto do conhecimento, seriam *analíticas da finitude*, certo finalismo tanto do homem quanto da história (leia-se aí uma crítica ao marxismo) perpassaria o conjunto dessas ciências humanas.

A história científica oitocentista, praticada no século XX pelos historiadores tradicionais, concebia o homem e o mundo como uma coisa fixa, lógica e coerente.¹⁴ As linearidades dos discursos eram para Foucault um golpe de força, uma ideia a se desconstruir, assim como a noção de origem que seria o lugar “antes da queda”, sendo que, para o filósofo, na verdade, todo “começo histórico é baixo” (FOUCAULT, 1979, p. 18).

Consideramos Foucault um rebelde não só por ter se rebelado contra o marxismo, o estruturalismo e a fenomenologia, imperantes na intelectualidade francesa dos anos 1950-60 (em que Sartre era o expoente máximo), mas também por ter inovado quanto aos temas e às formas de abordagem. Ao estudar a loucura, não toma a psiquiatria como uma evolução em relação ao tema, mas sim como o saber que divide, hierarquiza e exclui os indivíduos por parâmetros de racionalidade intrínsecos a si mesmos, longe de considera-la numa linha evolutiva.¹⁵

13. Foucault afirma que: “E assim como o demagogo deve invocar a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador deve invocar a objetividade, a exatidão dos fatos, o passado inamovível” (FOUCAULT, 1979, p. 31).

14. Sobre isso o filósofo ironiza: “[...] como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

15. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Ao estudar o sistema prisional, não compreende a prisão da época clássica, seu panoptismo e encarceramento como uma evolução nas formas jurídicas (e a tese da prisão como espaço de “reabilitação”), mas como uma instituição de repressão e controle dos corpos, como a mutação da outrora flagelação ou suplício do corpo para a alma, além de ser o arquétipo da sociedade disciplinar¹⁶.

No primeiro volume de *História da Sexualidade* (1979), Foucault negou a hipótese repressiva¹⁷ sobre a sexualidade, que seria característica das sociedades capitalistas após o século XIX, num contínuo repressivo por causas intrínsecas ao regime do capital (manutenção da massa proletária), falou em termos de um dispositivo da sexualidade que seria o símbolo que se fala sobre ela, porém, os discursos seriam mais no sentido de controlar e normalizar do que para libertá-la das quimeras próprias da concepção ocidental.

A história positivista creditava aos documentos escritos uma importância totalizante, tendo-os como a fonte do passado e sua sistematização e organização em gêneses lineares seriam os materiais de qualquer história que se quisesse científica, “verdadeira”. Foucault inovou ao conceber o documento como um dado que se deve suspeitar. “O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Essa história positivista seria ingênua ao não ver (ou não querer) a multiplicidade, o jogo de forças do mundo, pois, conforme Foucault, “[...] o mundo, tal qual nós o conhecemos não é essa figura simples onde todos os acontecimentos se apagariam para que se mostrem, pouco a pouco, as características essen-

16. Ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

17. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

ciais, o sentido final, [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 28, 29). Ele sintetiza: “Podem se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica ao *documento*” (FOUCAULT, 2008, p. 7).

A importância de Foucault para as ciências humanas e as suas contribuições/propostas para a história são inegáveis, apesar das duras e às vezes injustas críticas (sobretudo, os marxistas ortodoxos), pois: “Ele oferece novos modos de pensar nossa relação com o passado e nos dá métodos complexos e poderosos para escrever a história” (WILLIAMS, 2013, p. 154).

Entre as concepções nietzscheanas, a ideia de um sentido histórico, criticada e rejeitada por Nietzsche, ecoa em Foucault. Para o último, o sentido não é um referente infenso de historicidade, uma coordenada imaginária advinda do passado que dotaria de sentido nosso presente. O mundo seria, ao contrário, uma miríade de entrelaçamentos, uma grande dispersão acidental e não uma coesão, isso estaria tanto na “origem” (não mais cantada como uma teogonia) como no presente. Não haveria “sentido”¹⁸ próprio na história. Conforme Foucault:

Cremos que nosso presente se apóia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos (FOUCAULT, 1979, p. 29).

A história seria o local do devir, um tornar-se constante em que as certezas não são estáveis, e acreditar em essências é comprar o projeto eurocêntrico positivista da “objetividade”. O documento positivista, sua suposta base empírica em que o passado poderá ser recuperado e visitado, é ironizado por Foucault¹⁹.

18. “A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente” (FOUCAULT, 1979, p. 5).

19. De acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “[...] aquilo que chama de análise arqueogenealógica está presidida por uma atitude

Como frisou a historiadora Margareth Rago, em um artigo sobre o *efeito-Foucault* na historiografia brasileira:

É bom lembrar que Foucault não se pretendeu historiador, embora poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele. Afinal, muito antes do sucesso da “história cultural”, o filósofo insistia na idéia [sic] nietzscheana de que “tudo é histórico”, e portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador (RAGO, 1995, p. 70).

Outra observação importante é que: “Para Foucault não há documento privilegiado, autor maldito ou proibido por causa de posições ideológicas [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, apud RAGO, VEIGA-NETO, 2008, p.101), o que abre o leque historiográfico para além de temas, abordagens e concepções hermeticamente fechadas e enquadradas pelo discurso científico, como Nietzsche. Foucault abriu a história ao devir, ao eterno tornar-se.

A teoria foucaultiana não é uma nova forma de cânone, afinal, as teorias são como caixas de ferramentas.²⁰ Seus estudos vão contra um modelo que visualiza a história e a historiografia como um conhecimento fechado. Leia-se neste ponto uma crítica tanto do positivismo, do historicismo, com ênfase do marxismo e sua tese de uma linearidade quase escatológica, rumo a uma sociedade sem classes pós-revolucionária.

O modelo ou teoria de Foucault – se é que podemos falar nesse termo, melhor seria dizer conjunto de preposições, temporárias e provisórias²¹, que ele chamou de *genealogia* (termo de

irônica diante os relatos que chamamos documentos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, apud RAGO, VEIGA-NETO, 2008, p. 98).

20. Como aponta Gilles Deleuze: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma” (FOUCAULT, 1979, p. 71).

21. “É que, para ele, toda teoria é provisória, acidental [...]” (FOUCAULT, 1979, p. XI).

Nietzsche)²² – é definido por ele mesmo como um empreendimento do devir, de abertura, com efeito:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-los capazes de oposição e luta contra a coerção de uma discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Por uma história do devir, contra as redes de poder²³ que sujeitam os corpos e os domesticam, tornando-os dóceis. Foucault contribuiu para a construção de um campo historiográfico rebelde, que desconstrói a trama dos discursos (imersos em redes de poder) homogeneizantes, que unificam os objetos, enterram a história a certezas, sob o império do “desde sempre”, contando a origem “essencial” dos objetos e processos históricos sob a rubrica de uma linearidade evolutiva, sem fissuras, rapinas e dispersões.

Podemos citar trabalhos nessa linha proposta pelo filósofo, como: *A invenção do nordeste e outras artes* (1ª edição de 1999), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que analisa os discursos que instituíram uma nova espacialidade – o Nordeste – como um todo coeso, dotado de uma “essencialidade” ligada a temas como a seca, a pobreza e outras moléstias, seja pelo discurso naturalista, da sociologia freyreana, da literatura regionalista ou dos discursos das esquerdas. O que se produz é uma homoge-

22. “O trabalho de Foucault é, portanto, nietzscheano, em seu interesse pela genealogia e pelo poder, [...]” (WILLIAMS, 2013, p. 160).

23. “Para Foucault, a pesquisa arqueo-genealógica coloca a pesquisa histórica no centro das estratégias que permitem visualizar práticas e discursos constituídos por redes de poder. Para Foucault, a genealogia, ao lidar com os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico, ao combater esses efeitos, coloca em questão, sobretudo, a mecânica do poder” (BIROLI, Flávia, apud RAGO, VEIGA-NETO, 2008, p. 123,124).

neização de uma dispersão, suspende-se a multiplicidade pela unificação coesa, dotada de um sentido “originário”.

Outro trabalho nessa mesma esteira é do historiador piauiense Edwar de Alencar Castelo Branco, *Todos os dias de paupérria: Torquato Neto e a invenção da tropicália* (2005), originalmente concebido como tese de doutorado²⁴ em História, em que o autor põe em suspeição os discursos que instituíram o movimento tropicalista, “[...], mostrando o ‘movimento tropicalista’ como um conceito criado historicamente para unificar uma dispersão e favorecer a captura das vanguardas sessentistas pelas formas dominantes de pensamento” (BRANCO, 2004, p. 28).

Considerações finais

O propósito deste artigo foi demonstrar como as discussões e pensamentos dos filósofos Friedrich Nietzsche e Michel Foucault possibilitam pensar a história enquanto campo do conhecimento e a historiografia como um devir, um tornar-se constante e permanente, com objetos e conceitos livres de interpretações sacralizantes, atemporais, fugindo do entrincheiramento teórico (leia-se aqui certa historiografia tradicional positivista e algumas versões do marxismo) e da concepção “objetiva”, “imparcial” e com crença na cientificidade “pura” da história.

Ao criticar a ideia de “sentido histórico”, propondo a genealogia, Nietzsche, contra o espírito de seu tempo, irrompeu uma dura crítica à “essencialidade originária” das práticas historiográficas. Ironizou as gêneses lineares e propôs uma investigação desprovida da ideia de “evolução”, continuidade não conflitiva e fechada à preposição cientificista do positivismo – igualmente enganosa seria a ideia de “progresso” ou de superação constante do idealismo hegeliano.

24. Ver: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupérria: Torquato Neto e uma contra-história da tropicália*. Tese (Doutorado em História). Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2004. 289 f.

A genealogia nietzscheana passou quase despercebida em sua época, o que se articula ao pensamento do autor que se proclamava um filósofo do porvir, “nascido póstumo”. Apesar de Walter Benjamin, na primeira metade do século XX, ter criticado a noção de sentido, progresso e linearidade teleológica em suas *teses sobre o conceito de história* (1940), foi Michel Foucault, na segunda metade do século XX, que para nós melhor sintetiza, aprimora e busca ressignificar as propostas historiográficas da genealogia nietzscheana.

Ao estudar vários temas não convencionais como o louco, a prisão e a sexualidade, dando pontual atenção ao corpo, que seria o local de inscrição e “superfície dos acontecimentos da história” (FOUCAULT, 1979, p. 22), mostrou como o poder (que é o objeto da genealogia foucaultiana) o adentra, torna-o “dócil”, fabrica-o. Para Foucault, o poder é entendido também em seu sentido positivo e como relação, e não algo que pode ser privado ou localizável.

A descontinuidade que adquire “importância nas disciplinas históricas” (FOUCAULT, 2008, p. 9) é o cerne do método genealógico, abrindo a historiografia dos limites conceituais e empíricos da cientificidade absoluta que lhe garantiram e instituíram como prática científica. As descontinuidades não são um dado apenas restrito às ciências humanas²⁵, porém, no campo da história, elas são um dado claro. As ideias de sentido, de origem pura, de linearidade devem ser revistas como ilusões próprias do contexto do lugar de produção²⁶ da Europa oitocentista.

A influência dos autores é clara em historiadores como Margaret Rago, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Edwar de Alencar Castelo e tantos outros, demonstrando a força e vitalidade das teses nietzscheanas e foucaultianas para o campo da

25. Ver: Thomas Kuhn. “Ciências naturais e ciências sociais” In: *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 176.

26. Ver: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

história. A essencialidade, a coesão unificadora, a negação das realidades fragmentadas, da dúvida do documento como repositório da verdade histórica, seja sobre o Nordeste ou a Tropicália, que são apenas dois exemplos do uso da genealogia e arqueologia dos filósofos em estudo para o campo historiográfico, de como eles proporcionam uma abertura, propondo uma história aberta ao devir.

O objetivo de desacreditar, sobretudo as descontinuidades em favor do rigor metodológico das “formações homogêneas”, no intuito de canonizar uma posição e um lugar da história no rol das ciências, do lado da “verdade”, a história como viga mestra da revolução, voz dos excluídos, não é uma condição objetiva. Nietzsche e Foucault, pensadores da suspeição, são importantes para se pensar uma história aberta ao devir, uma historiografia pronta a admitir seu caráter parcial, suas escolhas, suas invenções e criatividades próprias do sujeito que escreve. Nietzsche e Foucault, transeuntes de uma nau da incerteza e da dúvida, proclamam a abertura da história à suspeição dos discursos e das verdades. São por uma história do devir.²⁷

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História III: os paradigmas revolucionários**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. Ed. São Paulo: Parábola, 2013. [Episteme 8].

BURKE, Peter. **A revolução francesa na historiografia: A Esco-**

27. “Com efeito, ela talvez não tenha lugar entre as ciências humanas nem ao lado delas: é provável que entretenha com elas uma relação estranha, indefinida, indelével e mais fundamental do que o seria uma relação de vizinhança num espaço comum” (FOUCAULT, 1999, p. 507).

la dos Annales 1929-1989. 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria:** Torquato Neto e uma contra-história da tropicália. Tese (Doutorado em História). Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2004. 289 f.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHÂTELET, François. **História das ideias políticas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **Microfísica do poder.** Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da loucura: na Idade clássica.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KUNH, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Ecce Homo**. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **A Gaia Ciência**. Ed. 1ª reimp. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. **Além do Bem e do Mal**. Ed. São Paulo: Escala, 2011.

_____. **Sobre a utilidade e desvantagens da história para a vida (Segunda Consideração Intempestiva)**. Escritos sobre a história. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. Os pensadores, XXXII. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O Viajante e a sua Sombra**. Ed. São Paulo: Escala, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jathary. **História & História Cultural**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2004.

RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. Org. **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. Ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Pensamento Moderno).

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. [10 lições].

O conceito de classe em Marx e Thompson¹

Hoje, não se trata de reativar a noção de luta de classes: ela encontra-se em toda parte, insuperável. Temos necessidade é de uma apreensão renovada da natureza da consciência de classe e de seu funcionamento.
(Fredric Jameson)

No que concerne ao conceito de classe, muito pode ser dito sobre sua vigência, pertinência e uso, não apenas para a historiografia como para o âmbito das demais ciências humanas. Nesse sentido, o trabalho de Karl Marx (1818-1883) e Edward Thompson (1924-1993) sobre o conceito em questão, e um estudo das diferenças de sua abordagem e significado nesses autores é apenas uma possibilidade na imensa miríade de questões que podem ser levantadas e do vasto leque que pode ser aberto sobre o tema.

Antes de adentrar os textos dos dois autores, fazendo um balanço e contraponto, é pertinente situarmos essas discussões em seus tempos, tanto em termos de contexto social e *lugar de*

1. O artigo já foi publicado em: CARDOZO, Messias Araujo. *O conceito de classe em Marx e Thompson*. Revista Piauiense de História Social e do Trabalho. Ano III, n. 04. Janeiro-Julho de 2017. Parnaíba-PI. p. 4-15.

*produção*² como de possibilidade epistemológica.³ São autores de dois séculos distintos, com influências e formações intelectuais igualmente diferentes, mas que em um ponto concordavam: a sociedade está dividida em classes, tendo a classe operária ou proletariado os encargos da manutenção social.

Karl Marx, filósofo alemão, que iniciou seus estudos sobre o capitalismo industrial quando este ainda estava em formação, foi um intelectual que não se limitou a um campo de estudos em específico. Apesar de filósofo de formação, foi historiador, jornalista, cientista político, sociólogo (dentre outras classificações). Sempre em movimento pelos saberes existentes e emergentes (como a sociologia e a historiografia científica) do século XIX. Com imensa força⁴, o materialismo histórico criado por ele, com a colaboração de Friedrich Engels (1820-1895), é um dos paradigmas do campo da História.

Para Marx, o capitalismo apenas tornou mais agudo e forte os antagonismos sociais, a história seria um ininterrupto fluxo de luta de classes que apenas mudaram de nome e de contexto.⁵ No capitalismo europeu do século XIX, o autor indicou que o antagonismo entre o proletariado (classe operária) e a burguesia (classe capitalista) seria o palco da revolução socialista, que poria fim ao conflito de classe, centro do processo histórico, segundo Marx.

2. Ver: “A operação historiográfica”, In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

3. No caso de Marx, a filosofia alemã (Hegel e Feurbach, principalmente), a economia política inglesa (Adam Smith e David Ricardo) e da filosofia política e revolucionária francesa. Sobre isso ver: LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Ed. Porto Alegre, RS: LM&P, 2009.

4. “A imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança”, ver: HOBBSAWM, Eric. “O que os historiadores devem a Karl Marx?” p. 210, In: _____, *Sobre História*. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013. p. 200-220.

5. Sobre isso ver: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 40.

Já Edward Thompson, iniciando suas discussões no contexto da segunda metade do século XX (mais precisamente aqui, tomamos como base para esta pesquisa seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa, publicados em 1963), historiador inglês, em um contexto de duas guerras mundiais e de uma revolução socialista na Rússia em 1917, é um autor mais circunscrito no âmbito da historiografia, não que o uso de seus conceitos e estudos se limite aos historiadores.

Não propôs um paradigma, porém, renovou um. Nesse caso, foi justamente o marxismo e seu uso na análise historiográfica que mais se beneficiaram com suas pesquisas. Sem dúvida, Thompson se favoreceu dos avanços no campo da história, a emergência de novos conceitos e de incontáveis estudos sobre o capitalismo e a classe operária, como os de Eric Hobsbawm (1917-2012), Christopher Hiil (1912-2003) e Raymond Willians (1921-1988), que, conjuntamente com o seu, formam o que se convencionou chamar de “escola inglesa do marxismo”.⁶

Foi vinculado ao Partido Comunista inglês (tendo saído em 1956), foi professor de escolas para trabalhadores e membros da classe operária e pobre.⁷ É um autor que, diferente de Marx, não propõe uma visão conjuntural nem uma proposta definida de ação política revolucionária. Se em Marx formulação teórica e proposta de modelo social se imbricavam – como se pode ver no Manifesto Comunista de 1848 –, em Thompson é metodologia e teoria que se interpenetram.

Ainda nesse sentido, de já a pesquisa adverte o seu caráter

6. Sobre a Escola Inglesa, aponta o historiador José D’ Assunção Barros: “Grupo de historiadores marxistas atuantes na segunda metade do século XX que revelam uma especial preocupação com a História Cultural, e que foram responsáveis por uma proposta moderna e flexibilizadora do materialismo histórico, trabalhando dentro de uma abordagem interdisciplinar e ocupando-se de novos objetos que até então eram pouco estudados pelas correntes tradicionais do marxismo” (BARROS, 2012, p. 200).

7. “Os alunos dos cursos de extensão para adultos nas cidades inglesas eram provenientes das classes médias baixas e dos setores de trabalho industrial e comercial mais empobrecidos” (SHUELER, 2007, p. 7).

bastante circunscrito e incompleto, devido às incontáveis possibilidades de estudo sobre os autores. O debate de conceituações e possibilidades do uso do conceito de classe tendo como base Marx e Thompson não se impõe como uma assertiva que almeja estabelecer uma assimetria entre os dois, “qualificando um” e “desqualificando outro”, o diálogo é apenas analítico, mais especificamente com vistas a entender a conceituação dos dois acerca de classe e os desdobramentos subsequentes, sobretudo sobre a consciência de classe.

1. Marx: A classe entre a economia, luta e política revolucionária

Marx ao analisar a sociedade capitalista e a classe social em particular, propôs ao lado da análise social uma proposta de ação. Esta seria revolucionária e com fins de emancipação do proletariado. O capitalismo teria engendrado um sistema no qual os capitalistas, ao extraírem a *mais-valia*⁸ da classe operária, estariam cada vez mais “produzindo seus próprios coveiros” (MARX, ENGELS, 2010).

Certa noção de essencialidade revolucionária, em relação à classe operária (proletariado), é visível em alguns textos de Marx, sobretudo os da juventude. Na *Sagrada Família* (1845), texto escrito em coautoria com Engels, por exemplo, ele diz sobre o proletariado que: “Não se trata de saber o que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado como um todo, propõe momentaneamente como objetivo. Trata-se de saber o que o proletariado é o que deve historicamente realizar de acordo com seu ser” (MARX apud GORZ, 1987, p. 27-28).

Nesse sentido, o papel da classe (no caso de sua ação e movimentações) é central na obra do filósofo. Como desdobramento

8. Sobre isto ver: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*: Livro I, O processo de produção do Capital. 31. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2013. p. 220-231.

de um movimento econômico anterior, o capital teria transformado a sociedade polarizando-a, de modo que os indivíduos impelidos pela economia seriam convertidos em classe pelo determinismo econômico:

As condições econômicas, inicialmente, transformam a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. (MARX, 1985, p. 159).

Um dos problemas dessa tese é que os indivíduos são determinados apenas por uma única instância social (a estrutura econômica), mas, como já ressaltamos, o autor realizou tais análises em um tempo em que as próprias situações sociais o levaram a tais conceituações. Transparece no texto um sério peso que o autor deu à dominação do capital⁹, como um leviatã que empurra em um fluxo inexorável a subjetividade do operário à instância da classe.

Em Marx, a economia e a política estão unidas, tendo a primeira um papel determinante na segunda¹⁰, e a classe operária teria um papel chave no processo revolucionário socialista. Dito isso, a classe e a política em Marx teriam uma relação direta (“toda luta entre classes é um luta política”), posto que a visão de Marx, grandemente, tenha como base a ideia hegeliana da realidade em movimento¹¹, esta seria dialética e materialista, tendo

9. Para Max Weber: “Chamamos ‘classe’ todo grupo de pessoas que se encontra em igual situação de classe” (WEBER, 2012, p. 199). Porém, a situação não se circunscreve única e exclusivamente à instância econômica. Em relação à visão de Marx sobre a classe, Weber afirma ainda que: “O final interrompido de *O capital*, de Karl Marx, pretendia evidentemente ocupar-se do problema da unidade de classe do proletariado, apesar de sua diferença qualitativa” (WEBER, 2012, p. 201).

10. Ver: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 47.

11. Sobre o a ideia de movimento na visão de Marx ver: Op. Cit, 2009. p. 18.

por base uma visão estrutural do capitalismo.

A visão de Marx sobre a classe não é bem definida e única.¹² Ora fica evidente uma visão em que o econômico é determinante (a classe é para o capital), ora as classes são forjadas por meio de interesses comuns encarnados em uniões políticas entre os membros (sempre essa união pensada em oposição à outra classe). Nesse sentido: “Marx parece usar o termo classe com sentidos nem sempre equivalentes” (RIDENTI, 2001, p. 13). No *Manifesto Comunista* (1848) transparece a ideia de que as classes teriam uma existência antes do capitalismo, em que patrícios e plebeus, servos e senhores feudais seriam classes antagônicas.¹³

Porém, um paradoxo é visível, pois anteriormente ao texto do *Manifesto*, na *Ideologia Alemã* (1845), escrito também em co-autoria com Engels, os autores apontam que a classe é fruto da burguesia: “A diferença do indivíduo pessoal em relação ao indivíduo de classe e o caráter casual das condições de vida para o indivíduo apenas se manifestam com a aparição da classe que é, por sua vez, um produto da burguesia” (MARX, ENGELS, 2007, p. 104, 105).¹⁴

Os textos de Marx nos levam a perceber que o termo classe só pode ser aplicado às sociedades capitalistas, entretanto, ele utiliza o conceito para outras formações sociais anteriores ao capitalismo. Outro ponto que também nos indica como ele pensava as classes, suas lutas e paradoxos é: *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), em que Marx realizou algumas considerações sobre os “camponeses parceleiros” franceses e sua adesão – alienada, para o autor – a Luís Bonaparte sobrinho.

12. “Não há unanimidade entre os marxistas sobre o conceito de classes sociais, se quer sobre o seu significado dentro das obras de Marx, que jamais tratou explicitamente da questão” (RIDENTE, 2001, p. 13).

13. Op. Cit, 2010, p. 40, 41.

14. Ver: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner*. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Sobre os camponeses franceses e suas uniões:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe alguma (MARX, 2011, p. 142, 143).

Essa assertiva do autor torna-se paradoxal com outros textos do próprio Marx que já citamos, em que apenas a instância econômica já impelia o trabalhador à classe. Nesse sentido, torna-se evidente que Marx ora autoriza (e utiliza) o uso do conceito de classe aplicando-o unicamente ao sistema capitalista, ora o aco-pla para a análise de sociedades como a romana e a medieval.¹⁵ O que nos leva a considerar se ele faz isso apenas para demonstrar a polarização e antagonização entre as classes que seriam características de todas as formações sociais, ou se não propôs uma conceptualização precisa e circunscrita sobre o conceito de classe.

A classe em Marx, apesar das ambiguidades e usos distintos, tem uma conexão com a economia e a política como já demonstrado. Não obstante, essa política é orientada majoritariamente em direção à revolução socialista, em que o proletariado, como classe dominante, iria destruir todas as classes sociais em geral e instauraria a controversa “ditadura do proletariado”, fase intermediária entre o capitalismo e o comunismo.¹⁶

15. “No universo de escritos de Marx e Engels, existem textos que ora autorizam o uso generalizado de classe como categoria que pode ser utilizada para qualquer período histórico, e outros que ora sugerem a ideia de que o conceito ‘classe’ aplicar-se-ia mais especificamente a sociedade capitalista” (BARROS, 2011, p. 111).

16. Apesar de serem enfáticos quanto à sucessão histórica de capitalismo (re-

Nesse sentido, o partido comunista, o sindicato e as associações de trabalhadores teriam papel fundamental na fermentação progressiva e com fins bem definidos da *consciência de classe* que seria necessariamente mais desenvolvida e até mais adequada devido ao trabalho¹⁷.

Ao circunscrever a classe aos limites dados pelo econômico e pelo político e, com raras exceções, não dotar esses aspectos como determinantes tanto da constituição da classe e, por conseguinte, da consciência de classe, Marx não deu à cultura e aos valores advindos de outras instâncias sociais uma relevância no que concerne às questões de classe, o que, de certa forma, limita o seu uso, no sentido de Marx, para outros contextos que não os estritamente idênticos ou no mínimo mais similares possíveis ao plano econômico.

Sem dúvida a análise de Marx sobre as classes e sobre seu desenvolvimento e condição dentro do capitalismo é valorosa. Ao demonstrar como a sociedade se divide em dois polos antagônicos e creditar à economia as principais causas da miséria humana após a Revolução Industrial, o autor contribuiu decisivamente para a construção de uma análise social sofisticada e uma crítica mordaz aos efeitos do capitalismo para os trabalhadores, sobretudo a classe operária.

O trabalho reafirma que não buscamos uma redução simplista do uso do conceito pelo autor sob o epíteto “economicista”. Mesmo tendo textos que Marx limita o uso do conceito de classe

volução), socialismo e comunismo, o último não representa o “fim da história”, pois para Marx e Engels: “O comunismo não é, para nós, um *estado* (*Zustand*) que deve ser implantado, um *ideal* ao qual a realidade [haverá] de se sujeitar” (MARX, ENGELS, 2008, p. 59).

17. Nesse sentido, Jean Paul Sartre argumentou que: “Por exemplo, no pequeno-burguês, a consciência de classe será objetivamente vaga, obscura e nunca poderá, por razões que Lukács explica, chegar a uma verdadeira consciência de si, ao passo que o proletariado, profundamente inserido no processo de produção, pode ser levado pela realidade que é seu trabalho, a uma total tomada de consciência de classe” (SARTRE, 2015, p. 29, 30).

ao âmbito do econômico, ou mesmo sua dicotomia “classe em si/para-si”, deve-se ter em consideração que o uso do conceito pelo autor também é arbitrário e assistemático e nem sempre com o mesmo sentido de aplicação.

A consciência de classe e o papel dos partidos, sindicatos e das “vanguardas” em geral são fundamentais, segundo Marx, para que as classes atinjam um grau de consciência de si. É na luta que a consciência de classe se estabelece, manifesta sempre um sentido político, de organização e mobilização para fins emancipacionistas, como mostra Marx: “Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui como classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1985, p. 159). Existe, portanto, uma interface necessária entre a formação da classe e a consciência de classe, mesmo que, para o autor, esta seja mediatizada majoritariamente pela questão econômica.

2. Thompson: o *fazer-se* da classe, cultura e *experiência*

Em *The Making of the English Work Class*, obra de três volumes publicada em 1963, Edward Thompson se propõe a analisar a classe operária inglesa entre 1790 e 1840. O recorte representaria o período em que a classe operária inglesa teria estado presente em seu próprio “fazer-se”¹⁸. Ou seja, a partir das experiências e da luta, a consciência de pertencimento teria engendrado entre os operários um sentimento de identificação e, assim, teria surgido a classe.

No prefácio do volume I (1963), o autor indicou o que pensava ser a classe, a natureza de sua formação e os desdobramentos necessários anteriores ao seu *fazer-se*, que seria a tomada de consciência. Pois, diferentemente de Marx, Thompson credita à

18. “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2011, p. 9).

consciência, e não à instância econômica ou política, a formação da classe, enfatizando a *experiência* e não a estrutura econômica.

Conforme Thompson:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 2011, p. 9).

Nesse ponto, a originalidade do autor pode ser lida como contrária a muitas das assertivas de Marx, demonstradas anteriormente, e contra o estruturalismo, sobretudo do marxismo ortodoxo e da linha de pensamento de Louis Althusser (1918-1990), que Thompson iria criticar em outro ensaio¹⁹, em que o fator econômico, por si mesmo, é determinante para a formação da classe, ao aglutinar um grande número de pessoas dentro de uma mesma posição no modo de produção.

Para o historiador inglês, a classe se forma a partir da luta de classes e não do fator econômico. E sua consciência de classe se forma a partir da própria experiência operária, de suas lutas, contradições e movimentos, e não por uma força externa atuando na “vanguarda”. O autor, então, põe-se contrário à concepção leninista-vanguardista, em que intelectuais e/ou outros sujeitos, ideologicamente comprometidos com a causa operária, teriam o papel decisivo de “inserir a consciência de si” a partir de fora da experiência dos próprios operários à classe operária.

Para o autor, a classe ocorre a partir de outros matizes, não apenas da estrutura econômica capitalista, do espaço fabril. Nes-

19. Trata-se de: *The Poverty of Theory*, 1978. Utilizamos nesta pesquisa a edição brasileira: THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

se sentido, ele se contrapõe à tese de Engels²⁰ que: “Os primeiros proletários surgiram com a indústria, foram o seu produto imediato [...]” (ENGELS, 2010, p. 63). No volume II, Thompson irá contrapor-se à tese de Engels, enfatizando a experiência e o sentimento de identidade, não o fator produtivo, para a formação da classe operária inglesa: “Os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio” (THOMPSON, 1987, p. 16).

A classe não aconteceria a partir de instâncias fora de sua esfera imediata, de sua experiência ao partilhar sentimentos comuns. Indiscutivelmente, o fator econômico é importante, porém, o cultural é igual ou superior quando da formação da classe, “visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica [...]” (THOMPSON, 2011, p. 13). Mas, para o historiador inglês, a cultura e os sentimentos de identidade e de pertencimento a uma instância maior que sua existência atomizada parecem ter um valor mais acentuado do que o mero posicionamento num determinado ponto do modo de produção.

Se a classe não acontece quando a massa é comprimida nos estabelecimentos fabris para a produção da mais-valia, conforme Marx, ou quando de sua entrada na produção a partir das máquinas e das fábricas, como para Engels, então quando a classe acontece para Thompson?

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens

20. O filósofo alemão é enfático ao dizer que: “A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão” (ENGELS, 2010, p. 45). Thompson rebate igualmente: “Independentemente das diferenças entre seus julgamentos de valor, observadores conservadores, radicais e socialistas, sugeriram a mesma equação: energia a vapor e indústria algodoeira = nova classe operária. Ainda assim, não podemos assumir qualquer correspondência automática ou excessivamente direta entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural” (THOMPSON, 1987, p. 13,15).

cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2011, p. 10).

Não é a partir do mero aspecto fabril de uma região ou do surgimento de relações de produção capitalista, conforme alguns textos dos fundadores do materialismo histórico citados apresentam, que a classe se forma, surge e acontece. Porém, conforme Thompson mesmo ressalva, ele não deseja com isso negar a condição ou a existência da classe e da exploração de classe quando essas noções de pertencimento não ocorrem:

Mas um erro semelhante é diariamente cometido do outro lado da divisória ideológica. Sob uma forma, é uma negação pura e simples. Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode ser criticada sem dificuldades, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica pejorativa, imposta às evidências. Nega-se absolutamente a existência da classe (THOMPSON, 2011, p. 10-11).

Além da política e da economia, a cultura deve ser levada em consideração para a consciência de classe, que emerge da luta de classes e é central para o autor na formação da classe como um todo, capaz de atuar com uma identidade de interesses comuns. Todavia, essas ideias do autor são problemáticas. Pois, ao rejeitar ou, no mínimo, pôr em um plano secundário o fator econômico, o autor acabou deixando de lado o movimento da produção da vida material e “[...] Thompson acaba enfatizando o aspecto político-cultural” (CARRERA, 2014, p. 144).²¹

Parece que Thompson não dava à economia um fator tão decisivo. Fazendo-o ser acusado de “voluntarista”, ao isolar a

21. “[...] em sua exaltação da experiência Thompson deixa de lado a classe em si, pois a luta é, para ele, uma resultante e não o motor do movimento, não é causadora, mas sim consequência. A experiência que resume todas as experiências é a experiência de luta” (CARRERA, 2014, p. 147).

célebre passagem de Marx, em *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte* (1852), em que o filósofo afirma que os “homens fazem a história”, esquecendo o final: “mas não conforme a sua vontade” (RIDENTE, 2001). Outro aspecto criticável é considerar a luta de classes apenas como resultado, fator secundário, não motor e fator primordial no processo histórico da classe operária.

Não a economia e a “classe para o capital”, porém a consciência de um antagonismo é que engendra e forma as classes, no texto: *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (THOMPSON, 2001, p. 278).

Apesar de uma aparente oposição nesse ponto em relação à citação de Marx na *Miséria da filosofia* (1847), da classe “para o capital”, no mesmo texto de Marx existe uma similitude clara com a ideia de Thompson, de que é a partir da luta que a classe se forma (apesar de Marx enfatizar mais a questão econômica e não falar em termos de experiência), afinal, é na “luta que a classe se constitui” (MARX, 1985, p. 176). Assim como para Thompson, é com luta que a classe se faz (THOMPSON, 2001, p. 278) e não deve ser encarada como uma concepção estática e heurística (THOMPSON, 2001).

Apesar de amigo e admirador das teses de Thompson, outro historiador inglês, Eric Hobsbawm, afirmou que:

[...] se o período que Thompson estudou é, neste e em outros aspectos, crucial para a emergência, para o ‘fazer-se’ da classe ope-

rária inglesa, Thompson me parece estar errado ao sugerir – pois ele não vai além disso – que as classes trabalhadoras do período anterior ao cartismo, ou mesmo durante este movimento, *eram* a classe trabalhadora como ela iria se desenvolver mais tarde (HOBSBAWM, 2000, p. 281).

Nesse sentido, as flutuações econômicas e outras correlatas, como as metamorfoses da política inglesa, iriam incidir de forma mais determinante que a experiência operária estudada por Thompson no “fazer-se” do operariado enquanto classe. O que não quer dizer nem que Thompson negue a realidade opressiva do capital, nem rompa com a dialética marxista, afinal, no volume III de *A formação da classe operária inglesa*, ele afirmou que: “De 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (THOMPSON, 1987, p. 304).

Essa citação corrobora com a nossa visão de que Thompson e Marx não se encontram em um choque antagônico e que suas teses são de todo diametralmente opostas – porém, não existe uma similitude completa, tanto em termos de objeto como de limite epistêmico – e, ao analisar a obra *A Miséria da teoria* (1981), já citada, percebe-se como o autor vê a experiência (central para a consciência de classe e para o “fazer-se” da classe) num sentido que guarda referência do filósofo alemão. Para Thompson:

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, consequentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena (THOMPSON, 1981, p. 189).

Não como uma relação de causa e efeito, economia resulta

em classe ou outros maniqueísmos e abordagens simplistas, que o historiador inglês percebeu o processo de formação, conscientização e luta de classes. Não como reflexo da estrutura e muito menos pelo simples fato de pertencer determinado setor do sistema produtivo no interior do modo de produção, mas sim como resultado de uma relação histórica, de determinados contextos, não como uma “coisa” advinda da economia capitalista²², por isso o autor é tão lido, relido e criticado, assim como Marx.

Considerações finais

O ensaio através de uma análise bibliográfica demonstrou como o uso do conceito de classe, basilar no paradigma do materialismo histórico, tem emprego difuso e não sistemático nos textos de Marx, o que inviabiliza generalizações como “economicista” ou “determinista”, afinal, enfatizou-se o tempo do autor, seu contexto histórico e lugar de produção, além de seus limites epistemológicos no século XIX – no caso, leia-se a economia política inglesa, a filosofia política revolucionária francesa e o idealismo dialético hegeliano.

A questão econômica e a essencialidade revolucionária do proletariado são marcas determinantes dos primeiros textos de Marx, quando o autor pensa a classe, respectivamente, *Miséria da Filosofia e Sagrada Família*, obras do chamado “Jovem Marx”, embora não concordemos com tal corte epistêmico.²³ Entretanto, quando comparados com a visão de Thompson em seu prefácio de 1963, a *The Making of the English Work Class* (3 vol.), em que o historiador inglês enfatizou a luta como produtora da consci-

22. “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 1987, p. 17).

23. Tentar mensurar e dividir em esquemas cronológicos uma obra é sempre um problema. Em relação ao “Jovem Marx/Marx maduro”, Fernando Magalhães ressalta que: “O corte epistemológico althusseriano representa assim, graves riscos a história do pensamento” (MAGALHÃES, 2013, p. 105).

ência e esta da classe, vimos que Marx na *Miséria da Filosofia* já alude ao ponto, o que impede argumentações que coloquem os autores em uma dicotomia (assimétrica ou não) “economicista/culturalista”.

O ensaio, ao fazer uma exposição dupla sobre a abordagem do conceito entendido por Marx e Thompson, deseja contribuir para reafirmar suas ideias, concordando com o pressuposto de que a realidade é classista nas sociedades capitalistas. Buscando, seja pela vertente teórica baseada exclusivamente em Marx ou em Thompson (melhor é quando as duas se aglutinam e não se excluem), estudar a sociedade, enfatizando o papel das classes e da consciência de classe, da luta de classes e do papel que elas representam na história (HOBSBAWM, 2000).

As greves e os conflitos com o Estado ainda presentes na sociedade servem para nos fazer pensar como as demandas e assuntos da maior parte da sociedade (no caso, os trabalhadores, não exclusivamente os operários) estão em constante choque, não sentindo, na realidade imediata, no cotidiano, seus interesses serem alvo de consideração²⁴ por parte da esfera política. Nesse sentido, apenas os átomos proletários continuam estilhaçados, atomizados e assim são continuamente mantidos por intermédio de várias medidas de alienação e submissão por parte do Estado.

Como mostramos na epígrafe do trabalho, não se trata de buscar reafirmar a existência da luta de classes, ela é presente, viva e constante, estando para além dos limites do universo fabril e da dicotomia burguês/proletário²⁵. Outra dicotomia conceitual

24. Por isso os abalos e conflitos entre a sociedade, nesse caso, enfatizando os trabalhadores e o Estado. Como Aristóteles já exortava: “Quando se pretende que um Estado dure por muito tempo, é preciso interessar todas as suas partes na sua conservação e fazer com que a desejem” (ARISTÓTELES, 1998, p. 291).

25. Como apontou Félix Guatarri: “A luta de classes não passa mais simplesmente por um *front* delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente detectável nas cidades e nos vilarejos; ela está igualmente inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns

sobre a abordagem do conceito de classe entre Marx e Thompson, estabelecendo uma hierarquia ou algo do tipo, seria igualmente estanque e sem nexo para uma análise das classes sociais na contemporaneidade, que cada vez mais subordina milhões ao capital, seja pelo trabalho manual ou outras formas de submissão/proletarização.²⁶

Referências

ARISTÓTELES. **A política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História III: os paradigmas revolucionários**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARRERA, Nicolás Iñigo. **A lacuna entre E.P. Thompson e Karl Marx**. *Miolo_Rev_Critica_Marxista* -39, 2014. p. 141-149.

CARDOZO, Messias Araujo. **O conceito de classe em Marx e Thompson**. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho (RPHST)*. Ano III, n. 4. jan.-jul de 2017. Parnaíba-PI. p. 4-15.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**.

e de outros, seu jeito de falar, a marca de seus carros, a moda de suas roupas, etc." (GUATARRI, 1985, p. 15).

26. Ver: TEIXEIRA, Francisco, FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUATARRI, Félix. **Revolução Molecular:** pulsões políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

_____, **Mundos do Trabalho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo.** Ed. Porto Alegre, RS: LM&P, 2009.

MAGALHÃES, Fernando. **10 lições sobre Marx.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** Livro I, O processo de produção do Capital. 31. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2013.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A miséria da filosofia.** Ed. São Paulo: Global, 1985.

RIDENTE, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a subjetividade?** Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota. **MARXISMO E HISTORIOGRAFIA NO REINO DE VITÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE EDWARD PALMER THOMPSON**. *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*. Nº 6, Ano III, maio de 2007.

TEIXEIRA, Francisco, FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Vol. I. A árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. V. II. A maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. A força dos trabalhadores. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Ed. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

História & Literatura: um estudo sobre Hayden White e Raymond Williams¹

Considerando as questões referentes à discussão sobre a relação entre história e literatura, problematizando essa relação, objetiva-se indicar as possibilidades de utilização de categorias analíticas apontadas em textos de Hayden White e Raymond Williams, publicados na década de 1970. Procedemos a uma leitura histórica dessas obras, observando que as categorias e formas de analisar a relação história/literatura e o tratamento dispensado a temas como: ficção, ideologia e arte, fazendo uma interface, ainda que em menor grau, sobre a questão de gênero. Esses temas podem ser, quando possível aplicação no objeto de estudo, apropriados pelo historiador que toma textos literários como fontes históricas. O que permite concluirmos que as possibilidades de análise histórica da literatura são evidentemente enriquecidas com a leitura dessas obras.

Antes de tudo, cabe reiterar que a escolha dos dois autores é bem particular e insere-se em um debate mais amplo, que gira em torno de dois campos da disciplina história, no caso, história cultural e história social, respectivamente. Nesse sentido, as discussões sobre história e literatura a partir de Hayden White

1. O ensaio é fruto de um texto-base para um minicurso sobre história e literatura ministrado em 2018.

(1928-2018) e Raymond Willians (1921-1988) ganham contornos mais amplos em termos teóricos e metodológicos, que serão também aludidos no presente ensaio, ainda que de forma mais superficial, mas não menos importante para a proposta inicial do texto que é discutir em termos teóricos as relações entre historiografia e literatura.

Dois textos dos autores respectivamente publicados na década de 1970 são nossas fontes principais: *Metahistory*, de 1973, de White² e *Marxism and literature*, de 1971, de Willians. Representam perspectivas bem distintas de abordar tanto a literatura como “fonte” e como a discussão sobre a própria história e sua natureza “essencialmente literária” (White). De escolas de pensamento bastante distintas, White, muito influenciado pela chamada virada linguística dos anos 1960 e os estudos no âmbito da teoria literária estadunidense, e Willians, próximo ao marxismo britânico com estudos enfatizando os “de baixo”, os textos dos autores se revelam para nós hoje como um instigante debate e fonte para um tratamento plural de textos literários como artefatos históricos.

Antes de passar para as abordagens dos autores, são necessárias algumas apreciações sobre ideias que geralmente se encontram em textos que tratam da relação entre história e literatura. A ideia mais geral é a de que os textos literários devem, necessariamente, quando da operação historiográfica, serem “conectados” – a forma como se faz depende, claro, do objeto de estudo – ao universo cultural, aos valores sociais e às experiências subjetivas³ tanto do autor como do (s) leitor (res), estes últimos tanto os ilustres – como no caso das resenhas polêmicas de intelectuais reconhecidos socialmente sobre textos de colegas ou

2. De White, ainda iremos analisar os ensaios contidos no texto: “Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura” (2016). [Original de 1978].

3. Ver: FERREIRA, Antonio Celso. “LITERATURA: A fonte fecunda” In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-91.

desafetos, quando de sua publicação – como os ditos anônimos, pessoas comuns.

A ideia de uma literatura como forma narrativa distinta da história remonta a Aristóteles (384-322 a.C) e seu conceito de *mimese*, em que a poesia (típica da literatura) seria uma representação/imitação do mundo, diferente da história, que faria um discurso sobre algo que existiu/ocorreu no mundo (ARISTÓTELES, 1973). O conceito de ficção e também de literalidade pensados como historicamente localizados e localizáveis, a ideia da literatura como enraizada na sociedade, como via de acesso aos contextos socio-históricos, e a intertextualidade (tanto com outros textos como com as linguagens das artes em geral), própria da escrita literária, são noções importantes para pensar essa relação história/literatura sem a arbitrariedade de separá-las numa hierarquia.

Sobre a relação entre história e ficção, existe uma percepção do historiador Roger Chartier que é interessante, embora, como veremos – sobretudo com Hayden White –, tal distinção entre a primeira e a segunda não pode se ancorar apenas nessa perspectiva:

Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é ‘um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende abonar-se nele’, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história (CHARTIER, 2010. p. 24).

Sobre essa questão da intertextualidade própria do discurso literário, é pertinente para a discussão uma citação de apreensão do filósofo francês Michel Foucault (1924-1986) sobre as “regularidades discursivas”, no seu texto *Arqueologia do saber* [Original: 1966], em que afirmou algo que julgamos importante para o

tema em questão:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede (FOUCAULT, 2017, p. 28).

É justamente a remissão aos outros textos (não apenas escritos, mas os imagéticos etc.), essa forma de “nó” que o historiador deve buscar e pretender desatar, não para possuir a verdadeira conexão do autor a outros autores e linguagens, mas para melhor situar no tempo sua fonte literária. Existe ainda um ponto importante. As chamadas análises “textuais” (*internas*, típicas da teoria literária, em que se buscariam as conexões e construções “em si”) e “contextuais” (*externas*, típicas da historiografia, em que se buscaria a correlação autor/tempo/sociedade). A análise textual e contextual são respectivamente representadas pelos dois autores em questão, sendo que a primeira é, para nós, representada por White, que, em nossa leitura, radicaliza-a, não distinguindo literatura de historiografia. A segunda é, para nós, representada por Willians, em que o contexto pode ser apreendido pela literatura, ela como lente para o que já se foi, como fonte para determinado tempo, cultura e contradições dentro sociedade.

Essa divisão texto/contexto é quimérica. Em nossa leitura, assim compreendemos em, no mínimo, dois pontos. Primeiro, que os limites entre o “interno” e o “externo” não são fixos, exemplo: pode-se “enquadrar”, alocar na escola literária da época, um autor como Lima Barreto? Considerado por não menos que um historiador, como um dissidente ou incaracterizável em termos de filiação literária? De escola ou de época? (BOTELHO, 2001).

E, segundo, pode o historiador realizar apenas análise “ex-

terna” e não se preocupar em estudar as escolas literárias, os conceitos, as abordagens “próprias da teoria literária”, no afã de “fazer história” (científica/objetiva)? Ou seja, a quimérica abordagem binária é estanque, sendo que, para nós, uma abordagem externa/interna é a mais apropriada. Embora os autores aqui trabalhados, especialmente, podem, quando utilizados em separado, servir para apenas uma forma, o que é, para nós, uma abordagem válida, ainda que nosso intento seja, a partir da discussão do ensaio, isso fique claro para o leitor, que essas abordagens não devem se distinguir de forma tão oposta, e sim complementar o ofício do historiador.

Ainda antes de partir propriamente para a análise de White e Willians, cabe uma menção ao pensamento do historiador Durval Muniz (2007), que correlacionou muito pertinentemente história/literatura/gênero, conexão que é aqui muito interessante. Para o autor, a narrativa (que interessa que seja bem feita tanto a literatos como a historiadores *stricto sensu*) é a forma sobre a qual se constrói as temporalidades, que é uma das dimensões fundamentais, quando não distintiva, da própria história enquanto disciplina.⁴

A história, no esforço de dizer sobre o real no tempo, esbarra na não autoevidência desse mesmo real, de seu aspecto caótico, fugidio e, como que sempre, a esconder-se, incognoscível em grande parte, devendo o historiador recorrer a outras disciplinas e a suspeitar da rigidez da historiografia “realista”, mais crua, mais séria, masculina (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Para o

4. Lembrar a célebre/clássica definição do historiador francês Marc Bloch, em que a história não é ciência do passado, contrapondo-se a isso, ainda: “É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’” (BLOCH, 2001, p. 52, 55). É importante e digno de nota que nesse texto o autor defende a história como ciência e não como literatura, porém, enfatiza que a história entretém e que não se pode tirar da ciência histórica sua parte de poesia. Sobre a relação história/literatura cabe ainda seu seminal término de texto, em que as causas (do problema histórico em questão) não são postuladas e sim buscadas (BLOCH, 2001, p. 159).

autor, no texto aqui considerado⁵, história/literatura/gênero são pensados nos seguintes termos: História igual ao homem (razão, poder, verdade, conquista); Literatura igual à mulher (sensibilidade, poesia, subjetividade, ficção).

A história *no* masculino, no âmbito de um sujeito que conhece, autocentrado cartesianamente, que poderia (ou pensa poder) estabelecer relatos verídicos por meio de métodos objetivos, conquistando a verdade por meio do poder da linguagem de estabelecer uma perfeita correlação entre documento e o real passado, entre palavras e coisas. A literatura *no* feminino, no âmbito de um sujeito que se conhece, o faz por meio da imaginação, introspecção, do irreal ficcional. A poesia, esta mulher, estaria próxima da arte, do imagismo e da representação metafórica, do subjetivismo, da não-seriedade, própria da figura do historiador (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).⁶

Para a nossa discussão, ainda é importante citar como esse historiador diferencia história e literatura, aventando a questão ou pondo-a em termos de gênero:

Talvez a diferença entre a História e a Literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo masculino, enquanto a Literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A História seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio, da conquista. A Literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico

5. *A hora da estrela*: História e Literatura, uma questão de gênero? In: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Ed. Bauru-SP: Edusc, 2007. p. 43-51.

6. *Idem*, p. 49.

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 49).

É interessante como o autor diferencia os próprios campos disciplinares (história e literatura) com base na tipologia das discussões sobre gênero, enfatizando como o próprio discurso historiográfico aparentemente “anexou” estereótipos típicos da discussão efetuada geralmente sobre o masculino e do feminino, em que história e literatura, respectivamente, conectar-se-iam e/ou estariam perpassadas por tal discussão.

1. Hayden White: *Meta-história* e o discurso da história como *artefato literário*

Em sua obra *Meta-história* (1973), o trabalho histórico é entendido como uma estrutura verbal na forma de um discurso em prosa (WHITE, 1992, p. 11). Ou seja, a própria história se releva com uma qualidade ou classificação literária (prosa).⁷ Nesse ponto, a discussão sobre a narrativa da história toma uma dimensão própria da teoria literária, principalmente no ponto da ficção, embora o autor tenha frisado que:

Ao contrário de ficções literárias como o romance, as obras históricas são feitas de acontecimentos que existem fora da consciência do escritor. Os acontecimentos relatados num romance podem ser inventados de um modo que não podem (ou não devem ser) numa história (WHITE, 1992, p. 21, grifo nosso).

Nesse sentido, história e literatura, para o autor, são diferentes. Não se confundem ou justapõem-se. Porém, diferenciação mais em questão de substância do que em termos de forma, sendo que as estratégias de explicação histórica – e aqui podemos

7. Em outra obra – aqui também analisada – White, sobre a prosa, apontou que: “Hegel considera a escrita da história uma forma de prosa, que difere, da poesia em geral não pelo seu objetivo e forma mas pelo seu conteúdo, que são os acontecimentos ‘prosaicos’ da vida cotidiana” (WHITE, 2014, p. 69).

indicar uma forma de interpretar o próprio discurso literário enquanto objeto de pesquisa histórica, apenas substancialmente diferente do discurso historiográfico, seguindo o autor – dão-se ou efetivam-se através de: 1. *Argumentação formal* (formista, organicista, mecanicista e contextualista), 2. *Elaboração de enredo* (estória romanesca, comédia, tragédia e sátira) e 3. *Implicação ideológica* (anarquista, conservantista, radicalista e liberal).

As estratégias conceituais do historiador – que realizaria um ato “essencialmente” poético – prefiguram-se a partir de quatro *tropos da linguagem* poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia⁸, que para o autor detêm conotações bastante particulares, servindo à nossa análise, para interpretação do historiador sobre a literatura, contribuindo para um estudo mais completo e original. Peculiares em que sentido? Como o autor as toma?

Da seguinte forma: para White, a *metáfora* seria “essencialmente representacional”, o exemplo que o autor dá no texto é a expressão “meu amor, uma rosa”, em que o amor e a pessoa amada são representados ou, melhor, metaforizados pela expressão “rosa” (WHITE, 1992, p. 48). A *metonímia* é concebida como “reducionista”. A fim de exemplificar, o autor utiliza a expressão “cinquenta velas”, em que a parte (vela) reduz o todo, que são os navios (WHITE, 1992, p. 48-49). Já a *sinédoque* seria “integrativa”, o exemplo utilizado é a expressão “ele é todo coração”, que sugere, quando lida nesse sentido, uma relação qualitativa entre os elementos de uma totalidade, estabelecendo – no caso, inte-

8. Segundo a explicação descritiva comum em dicionários, tais figuras de linguagem, respectivamente, corresponderiam a: designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tenha com o primeiro uma relação ou semelhança (metáfora). Figura de retórica que consiste no uso de uma palavra fora do seu conteúdo semântico normal, por ter uma significação que tenha relação objetiva, de contiguidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou o referente ocasionalmente pensado (metonímia). Tipo especial de metonímia baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra e o conteúdo ou referente pensado (sinédoque). Figura de linguagem através da qual se expressa exatamente o oposto do que se argumenta (ironia).

grando – uma relação entre as partes do indivíduo, como combinação de atributos físicos e espirituais (WHITE, 1992, p. 50). E, por fim, a *ironia* seria “negacional”, cética e dialética, o exemplo que o autor dá no texto é a expressão – idêntica a que foi dada à sinédoque – “ele é todo coração”, que se torna irônica quando proferida num certo tom de voz (WHITE, 1992, p. 50-51).

Daí o historiador quando analisar um romance, por exemplo, sobretudo em relação ao tropo linguístico da ironia, dar atenção ao tom da fala dos personagens, buscando compreender a interna estrutura do seu texto-fonte, por vezes, fugindo da ideia de “contexto-texto”, “escola-autor”. Nesse caso, indicando o descompasso da estrutura interna dos diálogos e o contexto ou escola que, por convenção dos literatos, os autores são alocados para fins didáticos de exposição. Procedendo assim, por exemplo, pode-se apontar a ironia de um ator vinculado a uma escola que era francamente “metafórica”.

Em relação a esses tropos linguísticos, no seu estudo, o autor apontou que filósofos da história como: Karl Marx (1818-1883), Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Benedetto Croce (1866-1952), respectivamente, utilizaram *metonímia*, *metáfora* e *sinédoque*. E historiadores como: Jules Michelet (1798-1874), Leopold Von Ranke (1795-1886), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Jacob Burckhardt (1818-1897) utilizaram quatro tipos de elaboração de enredo na produção histórica, nesta ordem: *estória romanesca*, *comédia*, *tragédia* e *sátira*.

O que nos faz pensar na ideia de utilizar dessa tipologia analítica no estudo da literatura como fonte histórica, objetivando uma compreensão do texto literário de uma forma interessante. Apontando, por exemplo, uma “história romanesca” nos textos de José de Alencar (1829-1877), uma “comédia” nos textos de Monteiro Lobato (1882-1948), uma “tragédia” nos textos de Castro Alves (1847-1871) e uma “sátira” nos textos de Lima Barreto (1881-1922). Tudo aqui apontado em termos estritamente hipo-

téticos.

Ainda seguindo o autor nesse texto, o historiador deve atentar-se, em sua pesquisa, à forma, estilo, estrutura interna e tropo linguístico de argumentação. Uma análise que seria “interna”, considerada típica dos “teóricos da literatura”, porém, que deve ser feita pelo historiador, se objetivar estudo completo e não parcial. O historiador deve muito informar-se nos teóricos da literatura, não buscando fazer o trabalho deles, mas amparando-se em sua bibliografia, assim como nas noções deles, todavia, contextualizando em seus respectivos tempos históricos e espaços sociais de produção.

Ainda sobre meta-história, dos filósofos que o historiador trabalhou no seu texto (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce), gostaríamos de enfatizar a abordagem que ele faz sobre Nietzsche e sua “defesa poética da história no modo metafórico” (WHITE, 1992, p. 339).⁹ A história em Nietzsche, segundo White, é como um tipo de “arte trágica”, sendo que o esforço do filósofo alemão foi traduzir a história em arte (WHITE, 1992, p. 341-342). Essa arte não seria apenas una, estática e fixa. É apreendida por Nietzsche como contraditória. Em um ponto ele argumenta que “assim, a arte trágica é a arte dialética *par excellence*” (WHITE, 1992, p. 346). Em que consistiria essa dialética?

Exposta em: *O nascimento da tragédia no espírito da música* (1872), a dialética que contrapunha os deuses Apolo (otimista/lógico/coerente/realista, em termos literários, poderíamos nos referir à “literatura engajada”, militante, com seu realismo) e Dionísio (pessimista/dissolvente/irrealista, em termos literários, poderíamos nos referir à “literatura individualista” ou, seguindo a terminologia tipicamente marxista, “burguesa”). A história da tragédia nietzschiana é, ao mesmo tempo, trágica e cômica (ain-

9. Para uma análise das três formas como Nietzsche entendia a história (*Monumental, Antiquária e Crítica*), ver: BARROS, 2011, p. 155-252; NIETZSCHE, 2005; FOUCAULT, 1979.

da nesse ponto se estenderia a dialética), trágica em sua estrutura de enredo e cômica em suas implicações (WHITE, 1992, p. 354).

Em Nietzsche, existe, segundo White, uma justaposição da visão trágica grega antiga e das várias formas da moderna visão poética (WHITE, 1992, p. 363). Em Nietzsche, toda representação histórica é alicerçada em conceitos, pressupõe um léxico, uma gramática, uma sintaxe e um sistema semântico através do qual o campo histórico pode receber certo número de significados possíveis (WHITE, 1992, p. 358-364). Em nossa compreensão, no estudo histórico do texto literário, os alicerces da representação dele podem ser lidos de forma idêntica, assim como os alicerces da representação histórica foram lidos por Nietzsche, segundo White, o que se apresenta como uma ferramenta analítica pertinente e, em muitos casos, original, que pode dar um relevo a mais para a pesquisa histórica.

Em síntese, seguindo os argumentos desenvolvidos na obra, ficam claras algumas questões que são, na verdade, possibilidades de análise de obras literárias como fontes para produção historiográfica. A questão dos “tropos linguísticos” (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) interpretados à sua maneira, bem distintos e originais, a questão das classificações por estruturas de enredo (estória romanesca, comédia, tragédia e sátira), as questões relativas às estratégias de explicação (argumentação formal, elaboração de enredo e implicação ideológica) são singularmente relevantes e originais que podem ser apropriadas, fundidas umas às outras e/ou justapostas, numa análise historiográfica do texto literário, que diferiria das muitas vezes efetuadas. Reduzem-se à questão texto-contexto, autor-escola, e furtam-se da análise interna, sob a prerrogativa de não fazer estudo no campo da “teoria literária” e sim no da “historiografia”.

Sobre essa “prerrogativa” que se impõe, por vezes, ao pesquisador da área da história, que seria típico do campo histórico, um dos demarcadores de sua fronteira, o texto do mesmo autor:

“Trópicos do discurso” (*Tropicus of Discourse: Essays in Cultural Criticism*), também dos anos 1970, mais precisamente de 1978 a primeira edição, ou seja, apenas três anos depois da primeira edição de meta-história, é repleto de ideias e argumentações sobre história e literatura que, nesse texto, foram tensionadas até o extremo.

É a *história como artefato literário* – título de um dos capítulos de seus ensaios de crítica da cultura – que White abordou de forma mais condensada essas ideias e questões, rompendo com a “prerrogativa” que separa o trabalho do historiador e o trabalho do teórico da literatura, pelo menos no terreno de questões como ficção, narrativa e arte, que, no mais geral e sintético, diferenciaria arte de ciência, verdade de fantasia, poesia de história, esta última uma diferenciação que remontaria ao filósofo Aristóteles – já citado –, que o autor, inclusive, tomou como problemática¹⁰.

Neste ponto, gostaríamos de reiterar, enfatizando que para um estudo historiográfico baseado em fontes aliteratárias, a distinção – já aludida aqui – entre história e ficção ganha no texto de White um singular contorno, ele apontou que:

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável* (WHITE, 2014, p. 115).

Esse ponto é importante para entender como o autor abor-

10. Conforme White, sobre essas discussões: “O que tudo isso indica é a necessidade de revisar, na discussão de formas narrativas como a historiografia, a distinção convencionalmente estabelecida entre discurso poético e o discurso em prosa, e de reconhecer que a distinção, tão antiga quanto Aristóteles, entre história e poesia tanto obscurece quanto ilumina as duas áreas. Se há um elemento do histórico em toda poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico” (WHITE, 2014, p. 114). O texto de Aristóteles (já aludido no trabalho) é *Poética*, em que a clássica divisão história – real acontecido e poesia, real imaginado – (ARISTÓTELES, 1973) é problematizada pelo autor.

dou as próprias fronteiras entre a literatura e a história. A alen-
tada divisão história/ciência e literatura/ficção é posta em sus-
peição, sendo que o imaginável, o “inventado” e até mesmo o
imaginário que figura na escrita literária agora é apreendido
como uma realidade, como uma forma de perceber o mundo
sem ser considerada hierarquicamente abaixo da escrita histo-
riográfica “realista”, do lado da absoluta verdade, o que se revela
também como algo a problematizar. Para White:

[...] pode-se comparar a “história” à “literatura” em razão do seu
interesse mais no “real” que no “possível”, o que é supostamente o
objeto de representação das obras “literárias”. Desta forma, numa
longa e ilustre tradição crítica que tentou determinar o que é “real”
e o que é “imaginado” no romance, a história serviu de arquétipo
do pólo [sic] “realista” de representação (WHITE, 2014, p. 105).

O irreal, o subjetivo, o “inventado”, que são típicos da litera-
tura, dessa mulher (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), ganham,
a partir de White, uma identificação com o real, objetivo, o “exis-
tente”, típicos da historiografia, desse homem racional e auto-
centrado em um sujeito pensante (ALBUQUERQUE JÚNIOR,
2007). Bem diferentes, sobretudo nas bases teóricas, são as ideias
de história e literatura em Raymond Williams, que, também es-
crevendo nos anos 1970, revelam-se, quando cruzadas com as
ideias de White, singularmente importantes, na medida em que
podem fornecer ferramentas conceituais e analíticas para histo-
riadores que estudam experiências históricas através de fontes
literárias.

2. Raymond Williams: a história de baixo *na* e a partir *da* literatura

Uma discussão preliminar que Williams propôs é sobre qua-
tro conceitos que ele trabalhou na primeira parte de *Marxismo*

e *literatura*, que são, respectivamente, cultura, língua, literatura e ideologia. A cultura deveria ser compreendida como “arte” ou como um sistema de significados e valores? (WILLIAMS, 1979, p. 19). Dessa discussão, ele indicou, de forma problematizada, a questão da língua, propondo um estudo histórico dos conceitos, afirmando que uma língua é uma construção lógica, enraizada na materialidade que lhe dá uma base de sustentação concreta (WILLIAMS, 1979, p. 27-28).

Existe uma discussão entre língua e realidade que é importante mencionar: “Finalmente, dentro da distinção entre língua e realidade, a língua pode ser vista como um *instrumento*, usado por homens de objetivos específicos e identificáveis, e estes por sua vez puderam ser estudados na *retórica* e na *poética*, a ela associadas” (WILLIAMS, 1979, p. 28). A língua como instrumento, como forma de manipulação da realidade, como associada a objetivos específicos e identificáveis – e essa identificação se faz na operação historiográfica sobre a literatura –, vista pelo autor, contrasta bem com a apreensão da literatura efetuada por White.

Esse contraponto é importante ao menos em duas perspectivas. Primeiro, que Williams tem uma clara influência do marxismo, o que faz perceber a relação da literatura com a realidade, com ênfase no aspecto da prática social. É a “atividade” da língua que é fundamental, segundo o autor, para a compreensão do processo de transformação, via ação coletiva, dos homens da sociedade. Segundo, que sua visão sobre a relação entre literatura e sociedade, tendo como base uma teoria cultural marxista, levou a perceber a literatura também como produção ideológica. Nesse ponto, podemos depreender que um estudo sobre história e literatura deve utilizar-se desse conceito polissêmico de ideologia, que dentro mesmo do léxico dos marxismos pode ter variadas conotações.¹¹

11. Como apontou o filósofo marxista inglês Terry Eagleton (citado por Williams), para quem a ideologia pode vir a ser: “a) o processo de produção de

O estudo das línguas é, também, para o autor, indissociável do estudo da história política, a linguagem como “uma atividade prática” (WILLIAMS, 1979, p. 35), que surge da necessidade de intercâmbio dos homens, conforme Marx, faz o autor pensar a linguagem com a materialidade, sendo ela fruto das relações sociais, por isso é prática. Há, primeiro, a produção material/social e, então, a linguagem. Produto de relações materiais, a linguagem literária, portanto, assume, como já dito, uma conformação ideológica. Uma formação discursiva de caráter classista, segundo o autor, pois: “O ‘conceito’ de literatura é ativamente ideológico” (WILLIAMS, 1979, p. 51).

No seu estudo dos conceitos, ele afirmou que a especialização da literatura foi feita “inevitavelmente em termos de classe social” (WILLIAMS, 1979, p. 52), antes categorizada como retórica e gramática. A necessidade de perceber isso, conjuntamente com um estudo sobre a própria forma material de reprodução e distribuição da literatura (impressão, edição, venda e etc.) fez o autor pensar também que juntamente a essa percepção da própria categoria de “gosto e sensibilidade” literária é categoria caracteristicamente burguesa (WILLIAMS, 1979, p. 54).

A literatura expressaria certo nível social de realização educacional. A atenção à questão da impressão, da materialidade da literatura, é fundamental para a operação historiográfica. A novidade teórica crucial é o reconhecimento da literatura como

significados, signos e valores da vida social; b) um corpo de idéias [sic] característico de um determinado grupo ou classe social; c) idéias [sic] que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) idéias [sic] falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade lingüística [sic] e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social e p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural” (EAGLETON, 1997, p. 15, 16).

uma categoria social e historicamente localizada, com atenção especial para o desenvolvimento social da linguagem enquanto prática social, que tem variações que são relacionadas à própria estratificação social.

Interligadas necessariamente numa história social da literatura, deve-se dar a devida atenção às instituições, às formas de consciência e às práticas políticas e culturais de onde o discurso do literato emerge e torna-o possível, classificável e inteligível em termos de fonte histórica. O esquema “base-superestrutura” que pode levar a uma equivocada teoria do reflexo (em que a literatura seria mero reflexo, determinada pela dimensão econômica) torna-se obsoleta e equivocada quando se compreende que as formas sociais de produção material e as produções literárias, assim como as produções da dita “superestrutura”, em geral, estão em permanente interação recíproca, como atesta a análise histórica, não o dogmatismo teórico apriorístico.

Para Williams, o que existe é, necessariamente, uma reciprocidade e uma correspondência, não se pode descartar isso, entre a produção intelectual, em geral (e a literária, em particular), e a forma histórica específica de produção material da vida de determinada época (WILLIAMS, 1979, p. 85). O autor em literatura não é “determinado”, ou seja, para refutar a teoria do reflexo, ele propõe a noção ou conceito de “tipicalidade” (WILLIAMS, 1979, p. 104). O autor é típico de sua época, como também pode vir a ser típico de época mais antiga ou, até mesmo, numa certa extemporaneidade, típica de uma época posterior.

Uma história da literatura deve ter atenção, como já se disse, à teoria literária, e, nesse ponto, o autor não a separa da teoria cultural, afirmando que a “literatura e a estética” como categorias formais foram engendradas pela cultura burguesa europeia do século XVIII (WILLIAMS, 1979, p. 144). “A multiplicidade da literatura é sua segunda característica mais evidente, sendo a primeira a sua prática marcante da composição material objetivada

da linguagem” (WILLIAMS, 1979, p. 146). A função estética é historicamente variável, deve-se observar a função ideológica da “arte” e do “estético”, que são historicamente localizados. Visto que o meio social é uma forma de organização da literatura nos espaços onde circula, seja a universidade, os jornais, o teatro etc. Não apresentam uma homogeneidade. A produção cultural material tem uma história e as “crises literárias”, ou seja, os impasses e modificações das formas de fazer e de circulação da literatura resultam, dentre outros fatores, dos processos materiais de impressão e publicação variáveis (WILLIAMS, 1979, p. 162).

A linguagem, reitera o autor, é um elemento da prática social material (WILLIAMS, 1979, p. 165). É necessário, portanto, distinguir as palavras faladas e as notações escritas (WILLIAMS, 1979, p. 169), que de forma alguma são idênticas. O estudo das chamadas convenções literárias, ou seja, do que é tido por literatura em determinado contexto é fundamental (WILLIAMS, 1979, p. 172). Nesse ponto, o autor afirmou que: “Nas modernas sociedades de classes, a seleção dos personagens quase sempre indica uma posição de classe suposta ou consciente” (WILLIAMS, 1979, p. 174), sendo a literatura uma fonte para interpretar os dilemas dos sujeitos que agenciam suas formas de vida em sociedade, seus dilemas do mundo do trabalho, as formas de segregação urbana e de relações de gênero que os personagens tipificam.

O autor ainda discute os *gêneros* literários, afirmando que, na sociedade burguesa, a teoria dos gêneros foi substituída pela do “gênio inovador”, sendo fundamental:

Para qualquer teoria social adequada a questão é definida pelo reconhecimento de dois fatos; primeiro, a existência de relações sociais e históricas claras entre determinadas formas literárias e as sociedades e períodos nos quais foram originadas ou praticadas; segundo, a existência de continuidades indubitáveis nas formas literárias através e além de sociedades e períodos com os quais tem essas relações. Na teoria dos gêneros, tudo depende do caráter e

processo dessas continuidades (WILLIAMS, 1979, p. 182).

Acerca dos gêneros, é imprescindível discutir historicamente a figura do autor em literatura, atentando para a sua situação social. O estudo das formas para compreensão de “[...] toda uma gama que vai do externo e superficial até o essencial e determinante” (WILLIAMS, 1979, p.185). Assim como do engajamento (em lutas sociais, em causas, em partidos e ideologias da época considerada) do literato, afinal, toda escrita é sempre alinhada, vinculada a interesses que vão além do puramente estético ou “artístico” isolado, são fundamentais para uma autêntica história social da literatura como propôs Williams.

O autor não perde o horizonte marxista de interpretação das formas literárias enraizadas em situações concretas, sobre isso ele afirma que:

[...] a posição marxista mais interessante, devido a sua ênfase na prática, é aquela que define as condições pressionantes e limitadoras dentro das quais, em qualquer momento, tipos específicos de literatura podem ser feitos, e que ressalta, de maneira correspondente, as relações necessárias existentes em outros tipos de literatura. As ideias chinesas de integração com o povo, ou de ir além do exclusivismo do escritor especialista, são simples frases, a menos que a prática social transformada de que tais ideias dependam seja realmente ativa. Isto é, elas não são, em suas formas mais sérias, posições ideológicas simples e abstratas. Em qualquer sociedade específica, numa frase específica, os escritores podem descobrir em sua literatura as realidades de suas relações sociais e nesse sentido, de seu alinhamento (WILLIAMS, 1979, p. 203).

Para o autor, é central estudar também a prática criativa da literatura numa perspectiva de compreender a “[...] ampla escala de intenções, o verdadeiro processo literário é *reprodução física*” (WILLIAMS, 1979, p. 208). A criação literária como “nova visão” é ideológica (WILLIAMS, 1979, p. 209), sendo que a literatura

deve ser compreendida pelo historiador como uma comunicação formal e composta individual e socialmente (WILLIAMS, 1979, p. 210), nunca isolando os polos (individual e coletivo) nem pondo em relação de determinação de um sobre o outro.

Partindo disso, podemos afirmar que, seguindo a linha de raciocínio proposta pelo autor, um estudo da literatura como fonte histórica deve reconhecê-la como categoria social e historicamente especializada dentro da própria estrutura social e classista. Desenvolvimento social da língua, a atividade literária faz parte da forma social de classe que a faz não ser encarada como produção individual, isolada, e sim como um sistema de significados que só pode ser inteligível ao historiador quando percebido dentro da rede social que é produzido e reproduzido.

3. História, literatura e gênero

Uma história social da literatura deve atentar, portanto, para os suportes das edições (jornal, folhetim, obra/editora), para os personagens da ficção que tipificam sujeitos sociais situados em uma realidade exterior ao texto (tanto presente como passado). Os romances de Machado de Assis (1839-1908), por exemplo, no que concerne às relações de gênero, as personagens femininas, via de regra, têm que lidar com o arbítrio masculino, buscando nas sutilezas e ardis formas de burlar as regras, espaços e ações socialmente destinadas ao homem e à mulher do Brasil oitocentista.¹²

É necessária perceber que a crítica literária, por vezes, efetuada por mulheres que se utilizavam de pseudônimos, por si só, já engendra uma discussão sobre como determinada época entende a literatura, como o público especializado hierarquiza autores e obras dentre outras possibilidades de análise. A diferença, por exemplo, entre literato e jornalista na segunda metade do

12. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

oitocentos no Brasil ainda é praticamente nula, ou muito tênue, sendo a figura do crítico também não especializada.

A literatura como fonte é a possibilidade para o historiador ler aquilo que informava, qual era a intenção, os diálogos e separações que aquele literato considerado dispunha em sua época, quais problemas, dilemas e intervenções se mostravam ao seu redor. Por exemplo, a cidade enquanto problema para Baudelaire, capitaneada por Walter Benjamin¹³, os dilemas da Primeira República no Brasil e as utopias patrióticas em Lima Barreto¹⁴ etc.

Uma história social da literatura não é história intelectual ou sociologia da literatura, sua diferença reside na forma de entender, entre outras coisas, a literatura como fonte de intervenção na vida pública, como essa mesma intervenção refletia a sociedade na época (que restringia, pensando o Brasil da segunda metade de oitocentos, ao homem o espaço da política). O historiador se preocupa em perceber a histórica figura do receptor – no caso, o leitor – e como algumas categorias como os romances e as histórias de amor eram tradicionalmente direcionadas ao público feminino, e como isso indica um endereçamento da literatura a certo tipo de mulher (letrada, leitora, com capacidade de aquisição material do livro...).

Considerações finais

O ensaio buscou analisar principalmente as relações entre história e literatura, conforme os historiadores Hayden White e Raymond Williams, nos textos que publicaram na década de 1970, e como pensaram essa relação. Buscando, ainda, quando

13. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

14. BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Tese (Doutorado em História). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001. 243 f.

muito, discutir nessa relação a questão relacionada ao gênero dentro da produção literária historicamente considerada. Dessa forma, ponderamos sobre alguns temas como ficção, linguagem e crítica literária, sobretudo na apreciação, respectivamente, de White e Williams, procurando no contraste evidente entre os autores pluralizar a leitura histórica da produção dos literatos.

Sobre White, ficou evidente que a separação entre história e literatura para esse autor não era muito clara, apesar de distintas, história e literatura, são essencialmente atos poéticos e as fronteiras entre verdade e ficção, objetividade e invenção (e não imaginação, já que todo bom historiador necessita dela) não são estanques e a explicação padrão da historiografia que se pensa um relato verossímil que remonta a divisão de base aristotélica entre poesia e história não é, para White, totalmente plausível. Levando ao extremo as proposições da chamada “virada linguística” (que ele é muito informado), ele relativizou as fronteiras, abrindo caminho para uma anulação da distinção (sobre a base de uma concepção de história como conhecimento que informa um real, ou seja, que remete a um referente concreto) entre história e literatura, típica da concepção pós-moderna, em que a ciência e a arte são visões relativas ao caráter subjetivo.

Além disso, apontamos suas formas de análise da historiografia em sua *meta-história* e as formas de entender narrativa, ficção e literatura em sua concepção de história como artefato literário, buscando na identificação feita por White dos “tropos linguísticos” (*metáfora*, *metonímia*, *sinédoque* e *ironia*, entendidas à sua maneira, não conforme a definição gramática padrão) formas de interpretar e compreender a produção literária como fonte histórica, o que, em nossa análise, pode ser um ponto inovador e uma possibilidade de leitura (quando devidamente fundamentada) bastante original para os estudos de história da literatura.

Sobre Williams, é notável a influência do marxismo em sua

visão sobre as formas de produção e de consciência da literatura. Suas apreciações sobre língua, cultura, ideologia, autor, gêneros, dentre outros, são fundamentais para entender a língua enquanto prática e certa economia política do ato de escrever. A teoria do reflexo foi questionada, levando-o para além do dogmatismo mecanicista, em que a literatura era vista como “superestrutura”, determinada pela “base” econômica. O que existe é interação recíproca, porém, não se pode pensar a literatura fora de seus contextos materiais que lhe dão a base real de sustentação condicionante.

A literatura como ideologia, o papel da crítica literária, o estudo do próprio conceito de literatura e a atenção à linguagem na qualidade de prática imersa num contexto material são as contribuições desse autor, que, quando conexas com as apreciações de White, podem ser pertinentes para um estudo da literatura enquanto fonte de informação sobre as experiências históricas dos sujeitos e como eles agenciam, engendram, tecem relações cotidianas na esfera pública, política e cultural mais ampla. Podemos perceber que as duas perspectivas de análise são também características de dois campos da história, em que White se situaria em certa história cultural e Williams em certa produção dentro da história social, embora, sem dúvida, os autores possam ser, quando combinados, aportes teórico-metodológicos em ambos os campos históricos, fato bastante relevante para o historiador.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Ed. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARISTÓTELES. **Poética**. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (t. IV, col. Os pensadores).

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História III: Os paradigmas revolucionários**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BOTELHO, Denilson. **Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto**. Tese (Doutorado em História). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001. 243 f.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e desvantagens da história para a vida. Escritos sobre a história**. São Paulo: Loyola, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de. Orgs. **O his-**

toriador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.

WHITE, Hayden. **Meta-História:** A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____, **Trópicos do discurso:** Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Gilberto Freyre e a invenção do “mundo que o português criou”: o esboço da teoria social tropicológica¹

A idéia [sic] de Tropicologia, com esse ou outros nomes, perpassa a obra de Gilberto Freyre desde o princípio, uma vez que ele desde o começo lida com algumas poucas intuições em torno das quais passou toda a vida refletindo, sem jamais querer, ou conseguir, reduzi-las a conceitos claros e distintos [...]”.

(Roberto Motta, 2000. p. 125, 126).

Gilberto Freyre tem um lugar privilegiado na história intelectual brasileira do século XX. A partir de 1940, sua obra se direcionou de forma cada vez mais evidente para um campo de investigações em que o tema do trópico era central. Uma tropicologia entendida como ciência ou quase ciência estava em construção. Esse nascimento da tropicologia, cujas bases são anteriores, tem com a publicação de *o mundo que o português criou*, no início década de 1940, um marco importante, servindo de fonte fundamental para o presente ensaio, que tem, entre os seus objetivos, a pretensão de apontar como esse nascimento se deu a partir da leitura histórica dessa e de outras obras do autor.

1. O ensaio é fruto de uma pesquisa em andamento, iniciada em 2019 e que busca compreender a construção da Tropicologia por parte de Gilberto Freyre de 1933 a 1971.

A historiografia sobre o pensamento social brasileiro produz uma visão em relação à obra de Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) repleta de ambiguidades. No geral, essa ambiguidade se processa da seguinte maneira: de uma forma muito clara – via de regra, nas interpretações sobre a história do Brasil – a obra de Freyre é vista como um divisor de águas fundamental. No campo mais precisamente da historiografia, a obra de Freyre abriu caminhos teórico-metodológicos que foram essenciais para que certa visão negativa do nosso processo histórico fosse efetivamente superada. As contribuições da antropologia cultural e a utilização de fontes não convencionais como diários pessoais e receitas de bolo estariam entre aquilo que de mais original e importante sua obra teria trazido, notadamente nos referimos aqui ao impacto que *Casa-grande & senzala* gerou quando de sua publicação em 1933.

Ainda nesse sentido, ao superar as antigas teorias racistas e de certa forma positivar a contribuição do negro para a cultura nacional, ele seria o pensador que introduziu uma compreensão pioneira de nós brasileiros ao ter apontado o caráter miscigenado e híbrido de nossa cultura.² Gilberto Freyre era um dos “Redescobridores do Brasil”, como apontou Carlos Guilherme Mota (1977). E nesse redescobrimento, as bases para pensar a criação de uma identidade cultural brasileira foram lançadas singularmente, de forma que, com sua obra, o Brasil ganhou uma identidade nacional³, pensada a partir do cadinho das raças, da superação dos contrários, do intimismo, do personalismo e da influência poderosa dos núcleos familiares na política institucional que seriam características do que faz o Brasil, Brasil.

Por outro lado, daí a ambiguidade que nos referimos, sua obra conteria uma argumentação problemática quando o assun-

2. Sobre isso, convém apontar os trabalhos de Renato Ortiz (ORTIZ, 1985, p. 41-44) e Lília M. Schwarcz (SCHWARCZ, 1993, p.325)

3. Como apontou Jessé Souza (SOUZA, 2017, p. 28)

to era a questão racial. A chamada “democracia racial” que negaria os elementos sociais de exclusão do negro e do mestiço, historicamente instituídos no Brasil, principalmente após a Abolição da escravidão, quando o negro se viu convertido em senhor de si abruptamente, sem as condições materiais e morais mínimas⁴, insurge-se como um problema teórico e político.

Teórico no sentido de que não se sustentaria empiricamente – para além das interpretações do autor sobre algumas experiências restritas de cordialidade entre senhores e escravos, principalmente do Nordeste patriarcal nos tempos coloniais – e político no sentido de que seria uma forma de pensar comprometida com os setores mais conservadores que buscavam a manutenção do *status quo* racial e social.

Ainda nesse sentido, outro ponto visto como um problema se refere ao fato de que sua obra teria sofrido um corte profundo e essencialmente negativo a partir de 1940. Nesse ano, quando foi editada, houve acréscimos de uma série de conferências feitas no exterior, em 1938⁵. Sua obra apresentaria uma inflexão, no sentido de um corte epistemológico em que a obra, agora (1940 em diante) considerada madura, contrastaria com a da juventude (anterior a 1940). Contraste esse que acabaria por diminuir ainda mais as contribuições que no início representava.⁶

Porém, essa ambiguidade pode revelar uma coisa importante, que é o quase desconhecimento da obra de Gilberto, posterior aos ensaios de interpretação histórica dos anos 1930. E quando alguma interpretação é lançada sobre as obras desse período, essa interpretação apresenta, no geral, alguns elementos em comum. Um deles é a concepção de que esse período seria representativo da formação de uma concepção teórica lusotropicalista. Uma

4. Conforme Florestan Fernandes (FERNANDES, 1965, p. 1).

5. “Trata-se da segunda edição de *Conferências na Europa*, com longa introdução do autor, prefácio de Antonio Sergio e maior número de apensos” (FONSECA, 2002, p. 119).

6. Sobre isso, ver os trabalhos de SOUZA (2000) e SANTOS (2003).

pseudoteoria, sem grande relevância para os estudos sociais. Outro desses elementos é uma condenação, ainda maior, em relação à obra do autor, visto que o lusotropicalismo apenas teria servido para legitimar a dominação imperialista em África pelo regime salazarista (PINTO, 2001; CASTELO, 2011).

Ao longo de nossos estudos sobre a obra de Gilberto, detendo-nos particularmente sobre temas relacionados às suas reflexões em relação ao tema do trópico, percebemos que essas interpretações, em grande medida repletas de ambiguidades, são discutíveis quando não incorrem em equívocos evidentes, quando uma leitura mais profunda é feita. Um primeiro equívoco reside no fato de que muitas vezes esses estudos não consideraram que a questão do trópico operava na obra de Gilberto desde início até o fim (como na epígrafe do nosso presente trabalho indicamos), atravessando, portanto, toda a sua vasta obra, sendo difícil indicar um corte preciso em relação a isso.

Um segundo ponto que pode ser discutido é, ainda, a questão de que a Tropicologia é muito mais que “lusotropicalismo”, pois abrangia a hispanotropicalologia e propunha uma abordagem multidisciplinar, numa tentativa ousada e original de reinterpretar as interações entre homem e trópico. Em que medida essas nossas problematizações em relação às leituras sobre a obra de Gilberto são importantes? Como se pode articular a partir delas uma nova forma de abordar a obra de Gilberto Freyre? Para responder a essas e outras questões, acreditamos que um roteiro deve ser estabelecido, esse itinerário passa, primeiro, pelo apontamento do tema do trópico em sua obra. Depois, abordaremos mais particularmente a forma como esse tema foi posto no livro *o mundo que o português criou* e, por fim, buscaremos interpretar a tropicologia e sua possibilidade de configuração como ciência ou *quase ciência* tropical, e sua possível contribuição para a prática historiográfica.

1. O tema do trópico na obra freyriana

Um dado conhecido dos estudiosos da obra de Gilberto Freyre é a característica de seus textos não primarem pela rigidez conceitual, pela precisão metodológica ou pela divisão temática clarividente. Seus livros falam sobre temas comuns, inovadores e, simultaneamente, sobre diversos assuntos, sendo difícil – quando não impossível – estudar sua obra concentrando-se em um número específico de livros. Evidentemente, alguns recortes podem ser estabelecidos dentro de alguns parâmetros e com vistas a responder problemas de pesquisa específicos.

Como buscamos abordar a questão do trópico, escolhemos fazer a partir, principalmente, de *Casa-grande & senzala* e a caracterização do “português plástico”, e do elemento geográfico/cultural/simbólico do trópico contido nessa obra. Porém, como apontou a pesquisadora Maria do Carmo Tavares de Miranda no sugestivo artigo: “A Tropicologia como fenomenologia”, deve-se considerar o fato de que:

Esse estudo do homem situado em áreas ou espaços tropicais pode ser comprovado desde seus primeiros escritos, quando esboça intuições sobre o espaço, o tempo e a duração, captando, também, diversidade e diferenciação de grupos de populações segundo o tempo ou época de suas vidas e sua íntima correlação com a natureza tropical. É o que se pode ver em *Tempo de Aprendiz* e no *Livro do Nordeste*, (Comemorativo do 1º Centenário do *Diário de Pernambuco*), obra coletiva por ele organizada, como o último livro até agora publicado *Modas de Homem e Modas de Mulher* (MIRANDA, 1987, p. 193).

Como se pode ver, a temática do trópico se “espalha” por toda a volumosa obra de Gilberto Freyre. Porém, a caracterização do “português plástico” se revela fundamental para nossos propósitos, pois, em nossa análise, é nesse ponto que a tropicolo-

gia tem sua fundamentação epistemológica. Em *Casa-grande & senzala*, Freyre, realizando uma “leitura psicocultural do passado brasileiro”, teria lançado os conceitos de “plasticidade social, versatilidade, apetência pela miscigenação, ausência de orgulho” (CASTELO, 2011, p. 262), referentes ao português “plástico”. Conceitos esses que em nossa compreensão foram fundamentais na construção dessa concepção tropicológica.

Segundo Freyre, devemos primeiramente considerar que: “Quando em 1532 se organizou economica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contacto dos portugueses com os tropicos; de demonstrada na India e na Africa sua aptidão para a vida tropical” (FREYRE, 1933, p. 1).⁷ No capítulo III, “O colonizador português: antecedentes e predisposições”, o autor inseriu uma discussão bastante inovadora nos estudos sobre a formação social brasileira, destacando a plasticidade do colonizador luso, enfatizou o caráter histórico do português como povo com experiência em miscigenar-se, em misturar-se, em que a “Europa reina, mas a África governa”. Entretanto, a questão do trópico na obra de Gilberto Freyre não se apresentou tendo um único sentido ou referindo-se a uma dada temporalidade ou região geográfico-social. Afinal, de acordo com os historiadores Maria Lúcia G. Pallares-Burke e Peter Burke:

Importa assinalar que o que contava como trópico nunca foi muito claro. Como sempre, Freyre hostil a definições precisas e fronteiras impenetráveis. Ele usou o termo “trópico” em diferentes ocasiões para se referir a uma região, o Nordeste; ao Brasil em sua totalidade (apesar de não se um país completamente tropical); e partes da Ásia, da África e das Américas (PALLARES-BURKE, BURKE, 2009, p. 296).

Apesar da multiplicidade de usos e da variação no sentido

7. Mantermos a grafia dos textos originais tanto quando nos referirmos a esse texto como aos outros em análise.

conceitual, características da obra de Freyre como um todo, uma coisa aqui é notável, o esforço por parte de Freyre de enfatizar a questão tropical como fundamental nos estudos histórico-sociais. E nesse esforço, os portugueses teriam desenvolvido nas regiões em que se estabeleceram uma civilização que, tropical antes de tudo, seria autenticamente original e com valor igual à civilização europeia. Nesse processo, a civilização luso-brasileira deveria ser valorizada como um constructo histórico de significação sócio-política fundamental, com implicações sociais no presente, como veremos a seguir. Essa forma de pensar o trópico e o português se modificou, ao menos é o que se pode perceber com a leitura dos textos de 1940 em diante.

2. A invenção do “mundo que o português criou”

Antes de tudo, impõe-se a descrição do texto, já que os estudos dos suportes dos discursos são fundamentais para o historiador (ALBUQUERQUE JÚNIOR In: PINSKY, LUCA, 2011, p. 242). Como já dito, *O mundo que o português criou* é uma publicação que reedita uma série de conferências – que não chegaram a ser lidas – de Freyre em 1938, na Inglaterra e em Portugal. Conferências que versaram sobre as influências da mestiçagem nas relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes, a importância dos estudos de história social e cultural, sugestões de cooperação luso-brasileira nos estudos sobre história da arte e popular, além de um texto sobre o nordeste brasileiro.

Nessa nova edição ainda foram acrescentados dez apêndices e um prefácio de Antonio Sérgio (1883-1969). A edição de 1940 pela editora José Olympio era o número 28 da Coleção Documentos Brasileiros, coleção que Freyre chegou a dirigir e que buscava apresentar os estudos mais recentes sobre vários assuntos.⁸

Teria o mundo que o português criou algo de diferente?

8. Em relação às vicissitudes e disputas em torno do que se publicar e da entonação política dessa coleção ver: FRANZINI, 2006.

Nesse texto, Freyre agenciou uma série de imagens desse mundo que, por sua característica transnacional, foi interpretado como:

Mundo que, como conjunto de valores essenciaes de cultura, como realidade psyco-social, continua a existir. Sobrevive á desarticulação do imperio simplesmente politico. Resiste á pressão de outros imperialismos meramente economicos ou políticos (FREYRE, 1940, p. 32).

Freyre operou com uma concepção cultural bem ampla e essencialista. Para ele, as questões da união em termos valorativos eram superiores à união exclusivamente política, o mundo que o português criou resistiu ao fim do império luso, era uma comunidade de valores que transcendia as fronteiras nacionais, sendo que seu enraizamento histórico não poderia ser apagado pela mudança administrativa das formas políticas e de governo. Inclusive, esse mundo – que Freyre defendia – deveria resistir aos imperialismos de cultura que se desdobravam em imperialismos políticos. Nessa defesa, para não ser confundido com o que ele denominou como “lusófonos de estreita visão”, afirmou que:

Ao sugerir a defesa da cultura luso-brasileira como essencial ao nosso desenvolvimento autonomo em fave de qualquer imperialismo de cultura – o imperialismo economico seria, por inclusão, um imperialismo de cultura – que possa nos ameaçar em futuro proximo (seja esse imperialismo europeu, asiatico, ou americano), não é nenhum nacionalismo estreito ou jacobinismo ranzinza que advogo (FREYRE, 1940, p. 38).

Nesse ponto, é importante perceber a partir de que elemento fundamental ele identificava como algo original, singular e único desse mundo – mundo esse que desembocava numa cultura luso-brasileira que estaria ameaçada⁹ – português a ser defen-

9. No texto *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, que foi primeiramente lido em forma de conferência, no Gabinete português de leitura, em 2 de junho de

dido.¹⁰ Esse elemento era a miscigenação, que de forma ímpar teria *rompido as barreiras de classe e de raça*, que favorecia o sentimento de pertencimento de qualquer um que residia em um ponto específico desse mundo quando fosse para outro.

Essa concepção que retomava as teses defendidas em *Casa-grande & senzala* levantou muitas críticas, principalmente na questão da “ausência” de consciência de raça por parte do colonizador português.¹¹ A miscigenação corretora de distâncias sociais era um aspecto característico da formação desse mesmo mundo português. O português “dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de côr” (FREYRE, 1940, p. 43). Esse ponto do amor foi enfatizado para contrastar com o pragmatismo em relação a isso, que apontava como causa da miscigenação um imperativo de ordem demográfica, afinal, sem se misturar, dificilmente os portugueses com uma população – a época dos inícios da colonização moderna – pequena poderiam ter realizado a ação colonizadora em regiões tão distantes da metrópole europeia.

A base da miscigenação, que foi o alicerce da colonização, foi o amor. Freyre insistiu em enfatizar que:

Desse amor, acima de preconceitos de raça e de convenções de classe, do branco pela cabocla, pela cunhã, pela índia, de que forma capazes tantos colonos portugueses, fundadores no Brasil, desde os primeiros tempos, de famílias mestiças, não deve ser esquecido o aspecto romântico, para accentuar-se só o voluptuoso. [...] Esse carácter humano da colonização portuguesa, se no Brasil é que teve a sua expressão mais larga e ao mesmo tempo mais feliz,

1940, Gilberto Freyre afirmou, sobre o que considerava uma ameaça aos valores luso-brasileiros, que no Brasil: “[...]já se realizam congressos culturais e políticos direta ou indiretamente anti-luso-brasileiros [...]” (FREYRE, 1942, p. 69).

10. E onde todo escritor deveria trabalhar pela ratificação dessa unidade (FREYRE, 1940, p. 65).

11. O historiador Charles Boxer levantou muitas críticas em relação a isso. Sobre esse debate ver: SCHNEIDER, 2013.

é, entretanto, *commum* á obra colonizadora de Portugal. Em toda a parte onde dominou esse *typo* de colonização, o preconceito de raça se apresenta insignificante [...] (FREYRE, 1940, p. 45)

Nessa forma de ver de Freyre, teria sido esse amor histórico que fundou a civilização luso-tropical no Brasil, em África e até na Índia. E isso seria fundamental para que “os luso-descendentes – puros e mestiços – de areas diversas, quando se põem em contacto uns com os outros é para se sentirem espantosamente semelhantes nos seus motivos e nos seus estilos de vida” (FREYRE, 1940, p. 47). Essa unidade transnacional em que uma cultura viva envolvia-o como uma muralha fazia desse mundo luso-afro-asiático-brasileiro uma unidade cultural singular.

Porém, esse pensamento que de certa maneira apagava as diferenças, embora Freyre insistisse que as diferenças regionais convergiam para a unidade transnacional, também ensinavam um sentido. Particularmente, ilustraremos aqui a questão da discussão em torno da democracia política. Em 1940, o Brasil vivia um regime político chamado de “Estado Novo”, desde 1937. Portugal já estava sob a égide de um regime fascista, o salazarismo, as colônias portuguesas em África viviam sob o rígido controle luso sem democracia política, liberdade de expressão e participação popular.

Paradoxalmente, Freyre reiterava, a despeito dessas questões dos regimes fechados que estavam por todo o mundo português, que esse mesmo mundo apresentava uma democratização social ímpar. O que ele entendia quando se referia em termos de democratização cultural?

Democracia social, essencial, humana, quero dizer; pouco me preocupa a politica. [...] democracia social de que se acham distantes os povos actualmente mais avançados na prática da tantas vezes ineficiente e injusta democracia politica, simplesmente politica (FREYRE, 1940, p. 51, 54).

Fundamental para entender essas afirmações é a compreensão de três pontos. Primeiro, que importava mais para Freyre enfatizar os elementos que eram comuns ao mundo que o português criou. Segundo, que ao identificar como elementos comuns à miscigenação – pelo amor e não pela necessidade demográfica – que agiu, segundo ele, como corretora de distâncias sociais e a predisposição do português para misturar-se, a partir de seu histórico contato com os povos do Norte da África, Gilberto acabou por generalizar, com base nesses elementos, toda uma complexa e diferente, no tempo e no espaço, colonização lusa em três continentes distintos.

Terceiro, considerando o tempo histórico em que Freyre publicou essas afirmações, essas propostas se concatenavam com o regime político português, além de satisfazer as vontades pessoais de Freyre em enfatizar que esse mundo português era fruto de uma história da “cultura formada pela confraternização”, numa visão que privilegiava a coesão social e minimiza os elementos contraditórios que eram vistos em “equilíbrio”, minimizando, assim, o conflito social.

Esse e outros temas daquilo que posteriormente seria categorizado como Tropicologia foram desenvolvidos em outras publicações do autor, como *Aventura e Rotina* (1953), diário de uma longa viagem de Freyre a convite do governo português pelas colônias lusas em África e na Ásia; *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953), outro texto também dentro dessa perspectiva de apontar a singularidade do mundo português; *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961).

Apesar dessas considerações, é difícil identificar com clareza as motivações intelectuais e políticas de Gilberto Freyre quando começou a publicar suas interpretações sobre o mundo que o português criou, a partir de sua análise histórica em relação à colonização portuguesa pelo mundo, em especial pelas regiões

tropicais. Estaria ele apenas seguindo os critérios de estudo já trabalhados anteriormente – quando de sua análise sobre a formação social brasileira – ou estaria a sugerir uma nova ciência social? Sobre isso, podemos supor que “Freyre estavam então, tratando a teoria social européia [sic] do mesmo modo que Heitor Villa-Lobos tratava a música clássica européia [sic], ou seja, usando-a, mas abrigando-a” (PALLARES-BURKE, BURKE, 2009, p. 293). Abrigando-a ou até mesmo topicalizando-a. Em que sentido?

3. A Tropicologia era uma ciência? Uma tentativa de explicação

A ciência social no Brasil, particularmente a sociologia e antropologia, apresenta algumas periodizações no que tange às fases da produção intelectual desse campo científico, feitas geralmente pelos próprios sociólogos quando efetuam levantamentos sobre a produção sociológica brasileira. Em alguns desses levantamentos que analisamos¹², percebemos que a chamada Tropicologia de Gilberto Freyre praticamente não apareceu, o que demonstra que o estudo sobre esse conjunto de perspectivas sobre a interação homem/trópico, numa perspectiva multidisciplinar, ainda espera por um estudo mais profundo, principalmente sob o ponto de vista da história intelectual.

Em busca de definições, acreditamos que as palavras do próprio Gilberto podem ser ilustrativas sobre a problemática da definição da Tropicologia, que seria constituída de um conjunto:

De interpretações e de sugestões com alguma coisa de sínteses e de conclusões: as que estão à base da justificativa que, **do ponto de vista brasileiro, o autor vem oferecendo para a formação de uma Tropicologia geral dentro da qual se desenvolvessem uma Hispano-tropicologia e uma Luso-tropicologia** para estudos es-

12. Tais como MICELI, 1987; SANTOS, 2003.

pecíficos de situações humanas, também específicas, condicionadas por ambientes ou por influências tropicais (FREYRE, [1969] 2011, p. 21).

A partir dessa própria *quase definição* – e mais adiante diremos em que sentido nos referimos – do criador original da Tropicologia, podemos compreender esse empreendimento intelectual de duas formas, buscando com isso explicar se a Tropicologia pode ser entendida como uma ciência, tendo um conceito de ciência bem definido e uma ideia de como se forma um “espírito científico”, no sentido de uma “arqueologia das ciências” (BACHELARD, 2002; FOUCAULT, 2005).

Primeiro, que de uma maneira evidente Gilberto Freyre nunca se impôs uma rígida concepção teórica, no sentido da adoção de um sistema de pensamento para nortear seus estudos, como ele mesmo reiterou (FREYRE, [1936] 2004, p. 48). Segundo, que o autor se referiu em termos de “sugestões” de uma forma de compreensão que, ao situar o homem tropical, abordasse por meio de uma ampla gama de dimensões, que comportava uma análise simultaneamente ecológica, sociológica, histórica, antropológica, estética e até filosófica.

Ainda em busca de definições sobre a ciência ou *quase ciência* do trópico proposta por Freyre, citaremos novamente Maria do Carmo Tavares Miranda¹³, que apresentou uma definição indicando que:

A Tropicologia é, portanto, o estudo sobre o Homem diversamente situado nas várias regiões ou áreas tropicais, realizando com

13. Estudiosa da obra de Gilberto Freyre e pesquisadora junto à Fundação Joaquim Nabuco (Fundação que é uma transformação do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas sociais, criado a partir dos esforços do próprio Gilberto Freyre, quando era deputado federal constituinte em 1948), a autora, ligada ao chamado Seminário de Tropicologia, vinculado primeiramente à Universidade Federal de Pernambuco (em 1966, com influência direta e pessoal de Freyre), depois, à própria Fundação, ela tem muitos trabalhos nessa temática.

critérios de abordagens ecológicas, que atende as necessidades situacionais, procurando compreender “as relações desses homens com a natureza e de suas culturas com os ambientes”. Para o seu exercício faz-se necessário o estudo teórico e prático do valor das idéias [sic] e da praxis [sic], as influências do meio tropical, ao mesmo tempo que ela, a Tropicologia, se confirma como consciência cultural, – física, social, histórica – da integração dos valores e das técnicas e na história do homem (MIRANDA, 1987, p. 194).

Interessante como a Tropicologia foi definida como “estudo” e não como ciência. Isso em nossa compreensão corrobora a ideia de “sugestão” do próprio Freyre. É justamente nessa não definição que reside nossa ideia de que a Tropicologia é uma *quase ciência*. Como assim quase? O que é ciência?

A partir da noção de ciência, entendida como um tipo de conhecimento que tem no seu núcleo um paradigma definido, que é não só o conjunto de preposições teóricas que determina a comunidade de pesquisa partilha em determinado momento, assim como as realizações reconhecidas que fornecem os problemas e as soluções aos praticantes da ciência.¹⁴

Compreendida nesses termos, a Tropicologia é uma quase ciência, pois, se por um lado, não tinha (ou não apresentou mais do que sugestões ou definições em termos de “estudo”) um paradigma claramente definido, suas “sugestões” foram praticadas por um conjunto de autores de várias disciplinas em um seminário regular de pesquisa, o Seminário de Tropicologia¹⁵, que fundado em 1966 por Gilberto Freyre em Recife, existindo até o momento, o que aponta sua quase definição como ciência.

Teria essa *quase ciência* em suas propostas de estudar o homem situado em bases tão amplas e pensando-o a partir de abordagens tão diversas, mas que de alguma maneira convergem

14. E aqui tomamos esse conceito de ciência a partir da noção de Thomas Kunh (KUNH, 2011, p. 13)

15. Sobre o Seminário de Tropicologia ver: MIRANDA, 1987; MOTTA, 1985.

e gravitam em torno da noção nuclear de trópico, alguma contribuição para a historiografia?

4. Tropicologia e historiografia: uma relação possível

Que Gilberto Freyre tem um lugar reservado como um dos autores cuja contribuição foi muito importante para o campo da história isso é indiscutível e já foi abordado em vários momentos.¹⁶ Porém, teria a sua Tropicologia – no conjunto de propostas teórico-metodológicas para análise do homem situado no trópico – algo a oferecer à historiografia? Não somente, mas também à historiografia brasileira em particular? É uma pergunta que por si mesma já merece um estudo à parte, porém, de antemão, já apontamos que a resposta aqui não pode ser fechada, muito menos definitiva.

Acreditamos que a Tropicologia, mesmo quando vista como fenomenologia, não pode se reduzir a isso, sendo, então, mais um conjunto de observações e de propostas de entender a dinâmica relação entre sociedade e trópico. Então, pensamos em responder essa pergunta direcionando nossa argumentação em dois sentidos, indicando para duas perspectivas tropicológicas que nos chamaram atenção por, particularmente, poderem ser importantes para a operação historiográfica.

Num primeiro sentido, indicamos o fato de que a abordagem ecológica propõe uma reflexão sobre a questão do espaço, sobre as relações diacrônicas e sincrônicas entre a sociedade e o seu ambiente. Quando pensamos nisso, lembremos o estudo de Freyre sobre o Nordeste – que é parte dessa Tropicologia aplicada a uma região em particular –, podemos observar a forma como o autor pensou a influência da cana-de-açúcar, não apenas no seu sentido econômico, mas no seu sentido cultural bem mais amplo, numa forma de alimentar-se, numa forma de divertir-se

16. Sobre isso ver: QUINTAS, 1970; BURKE, 1997.

– a partir do uso da cachaça, por exemplo, que é um derivado da cana – numa forma de habitar, numa forma de trabalhar, ou seja, essa abordagem tropicológica direciona o historiador para uma análise em que o ambiente é condicionado e condicionante. Algo absolutamente fundamental para uma historiografia que pense capturar o processo de interação humana com o meio ambiente como um aspecto importante da interpretação do passado das sociedades.

O segundo sentido que destacamos – uma escolha dentre os vários sentidos que a Tropicologia aponta – é o sentido temporal. Existe um tempo do trópico, um tempo que, ao mesmo tempo, é lento – como o tempo baiano que passa devagar – e pode ser também veloz, no sentido de uma rápida modificação. Pode, em sua conotação mais climática, ser um tempo amargo de seca ou inundações. Tempo irregular. Tempo, ainda, no sentido mais filosófico, tropicalizado, entendido como uma forma de experimentação não linear, apegado ao que fora instituído, daí pode originar a reação antimoderna do Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Sendo mais ousados, até mesmo um regime de historicidade (HARTOG, 2015) pode ser percebido, regime de historicidade tropical.

Sem dúvida, nessa difícil tarefa de pensar/estabelecer a relação entre a Tropicologia, entendida como um conjunto de sugestões de pesquisa que denominamos como quase científicas, e a historiografia não é nada fácil. O sentido é claramente propositivo e sugestivo. Outros aspectos poderiam ser aventados num levantamento de contribuições possíveis, como a atenção dada pelos tropicologistas aos esportes, à nutrição, à habitação, aos recursos hídricos, à medicina, aos usos de plantas tropicais como fármacos, à religiosidade popular no que concerne à tropicalização do cristianismo europeu, questões étnicas, sexualidade etc. (MIRANDA, 1987). Tema para um estudo posterior mais profundo. O que se pretendeu aqui foi algo bem mais modesto.

Particularmente, a partir da sua segunda metade do século XX, apresentou para o campo da historiografia uma série de contribuições vindas da antropologia, sociologia, filosofia e até psicanálise (ALBUQUERQUE JÚNIOR, In: PINSKY, LUCA, 2011. p. 234). Porém, o que se nota é certa tendência da historiografia brasileira em absorver as inovações e propostas feitas por pesquisadores estrangeiros – o que não é algo em si negativo – e deixa – nesse caso da Tropicologia de Freyre é perceptível – possibilidades de análise criadas por brasileiros em uma espécie de limbo. Esse é um último ponto interessante que talvez explique certo mutismo em relação à obra de Gilberto Freyre e a inexpressiva consideração de sua abordagem tropicológica para a historiografia. Não que devamos absorver tudo sem filtro crítico, o que sem dúvida seria bem antitropicológico.

Considerações finais

Em síntese, este ensaio buscou apresentar uma parte da obra de Gilberto Freyre que é pouco considerada. Foi nossa intenção não nos prendermos a definições rígidas ou a rótulos, no sentido de escapar a abusiva adjetivação que permeia a análise de autores do campo da historiografia. O tropicologista Freyre não foi tomado como criador de uma nova ciência social rígida. Porém, seu conjunto de propostas pode ser entendido como uma quase ciência, e relações com a historiografia não só são como deveriam ser possíveis. De forma mais específica, nosso ensaio – que é parte de uma pesquisa maior que está sendo realizada – buscou três objetivos.

O primeiro foi apontar as ambiguidades em relação à compreensão da obra de Gilberto Freyre, que nos foi perceptível quando analisamos alguns levantamentos em relação à história das interpretações sobre o Brasil, particularmente no campo da historiografia. Ainda nesse ponto, foi nossa intenção problema-

tizar as leituras sobre a obra de Freyre que apontam um corte epistemológico, além do desconhecimento considerável da obra do autor do período posterior aos seus textos de 1930.

O segundo foi analisar particularmente o texto *O mundo que o português criou*, de 1940, como um artefato histórico fundamental no esforço de compreender como Gilberto Freyre analisou esse mundo e como a problematização dessa leitura pode ser indicativa de uma forma tropicológica de pensar a histórica colonização portuguesa, as implicações culturais e os contatos entre os povos colonizados na perspectiva de Freyre. O terceiro foi – ainda que de forma genérica – lançar uma interpretação sobre o que seria a Tropicologia, se se pode pensa-la como uma ciência do/no trópico e, ainda, as possíveis interlocuções dela com a historiografia.

A volumosa produção de Gilberto Freyre ainda é um campo muito inexplorado pelos historiadores do campo da história intelectual. Para finalizar, como apontou Roberto Motta que consta em nossa epígrafe: “Quanta, mas quanta coisa, ainda precisa ser escrita sobre Gilberto Freyre!” (MOTTA, 2000, p. 126). É nesse esforço que nosso modesto ensaio se insere, buscando com isso lançar uma compreensão sobre a obra de Gilberto, tendo o tema do trópico e da Tropicologia como objetos de estudo de uma forma mais particular.

Referências

Fontes primárias

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

[1936]

_____. **Conferências na Europa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

_____. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 223-249.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BURKE, Peter. **Gilberto Freyre e a história nova**. *Tempo social*. Revista da USP, n. 9 (2), 1997. p.1-12.

CASTELO, Cláudia. **“O modo português de estar no mundo”**: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo-SP, 2006. 220 f.

FONSECA, Edson Nery da. **Gilberto Freyre de A a Z: Referências essenciais à sua vida e obra.** Ed. Rio de Janeiro: FBN/Zé Mário Editor, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento (Ditos e Escritos II).** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MICELI, Sergio. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** Vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, 1989.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. **A Tropicologia como Fenomenologia.** *Ciência & Trópico*, Recife, n. 15, v. 2, jul/dez, 1987. p. 193-198.

_____. **Sobre o Seminário de Tropicologia.** *Ciência & Trópico*, Recife, n. 11, v. 1, jan/jun, 1983. p. 47-69.

MOTTA, Roberto. **Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil.** *Estudos afroasiáticos*, n. 38. Rio de Janeiro, Dez, 2000. p. 113-139.

MOTTA, Roberto (Org.). **Anais do seminário de Tropicologia.** Ed. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G., BURKE, Peter. **Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre.** São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

PINTO, João Alberto da Costa. **Gilberto Freyre e a inteligência salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974)**. *História*, v. 28, n. 1, 2009. p. 445-482.

QUINTAS, Amaro. **Gilberto Freyre e a historiografia brasileira**. *Revista de História da USP*. vol. 41, n. 83, 1970. p. 189-194.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O pensamento social no Brasil**. Campinas-SP: Edicamp, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira**. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. Universidade de São Paulo, n. 12 (1), 2000. p. 69-100.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Charles Boxer (Contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista**. *Est.Hist*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, julho-dezembro, 2013. p. 253-273.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARTE II

EXERCÍCIOS HISTORIOGRÁFICOS

A contracultura em Teresina: notas de pesquisa¹

O presente trabalho busca evidenciar o movimento contracultural de uma parcela da juventude de Teresina a partir do jornal alternativo *O Estado Interessante*, que circulou de forma efêmera apenas em 1972, período dos anos de chumbo, após o AI-5 da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Utilizando o conceito de *tática* (CERTEAU, 1998), o artigo quer mostrar as atividades do grupo que compunha o jornal para compreender como uma parte da juventude de Teresina se comportou de forma indisciplinada dentro da sociedade tecnocrata e capitalista imposta (ou pelo menos pretendida) pelos militares. Representada no Piauí pela figura do interventor Alberto Tavares Silva, nomeado em 1971 por eles para o governo do Estado.

O que eles buscavam eram novas experiências e mudanças ao nível da produção jornalística e também comportamental, pois estavam na influência da contracultura e da tropicália (VILHENA, 1999), os sujeitos históricos desta pesquisa são da base do núcleo do jornal: Carlos Galvão, Edmar Oliveira, Durvalino Filho, Pê José, Marcos Igreja, Jari Mosil, L. Cláudio e Albé Lemos.

1. Guerra fria e contracultura

Para impedir a implementação de uma “imensa Cuba no

1. Texto de 2014. Trata-se das primeiras pesquisas do autor. Pesquisa que não foi continuada.

país”, em 1964, os militares, com o apoio dos setores civis conservadores, tomaram o poder político no Brasil. O contexto da conjuntura político-ideológica internacional era o que posteriormente veio a se chamar de Guerra Fria, que seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que o mundo se viu empurrado em uma dualidade ideológica das duas superpotências que saíram vitoriosas do conflito, que eram: o socialismo, representado pela União Soviética, e o capitalismo, representado pelos Estados Unidos.

Dentro dessa lógica dual e bipolar, o Brasil, assim como boa parte da América Latina, seguiu a orientação estadunidense e resguardou a ordem do capital:

As ditaduras militares foram a resposta dos setores dominantes acuados e temerosos da explosão revolucionária, recebendo o aval do imperialismo norte-americano. Durante longos anos o terror rondou as populações latino-americanas, o que permitiu à aliança do imperialismo com as burguesias nativas executar as tarefas necessárias para a imposição de um modelo econômico de cunho liberal, destruindo as estruturas que de alguma forma obstaculizavam o capital monopolístico (GUAZZELLI, 2004, p. 96).

O Brasil seguiu a orientação ideológica dos Estados Unidos que foi a de tentar minimizar os radicalismos ou pensamentos que subvertissem a ordem – ou comprometessem as elites –, principalmente os de orientação revolucionária com inspiração na Cuba de Fidel Castro. Mas, para além das questões de ordem macropolítica internacional, outras questões permeiam o período, como a emergência da contracultura, um movimento juvenil que se caracterizava pelos aspectos de irreverência e uma crítica diferente do modelo da esquerda que, por vezes, impõe um discurso autoritário com sua retórica de verdade e única saída para os problemas sociais, com sua organização militante-partidária, sua disciplina hierarquizada, uma aposta nos processos raciona-

lizáveis para compreender a realidade em sua integralidade.

Já a contracultura não impunha oficialidade, nem desejava institucionalizar-se, afinal: “Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura” (PEREIRA, 1986, p. 13). Com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional número 5), em fins de 1968, o regime militar assumiu uma forma ainda mais autoritária, e já não era mais possível falar de uma revolução – como os militares chamavam seu movimento em 1964. A partir de 1968, houve uma maior perseguição em todos os níveis às movimentações ditas “subversivas”, o jornalismo foi fortemente cerceado e submetido à censura prévia, o que se torna pífido para a liberdade de expressão, entretanto: “Ironicamente, essa fase consistiu em um período profícuo de proliferação dos alternativos. Estes, através da arte e do humor, davam respostas desconcertantes àquele momento vivido, [...]” (BARROS, 2011, p. 1).

O jornalismo alternativo é uma das representações desse movimento que chamamos de contracultura, um espírito de contestação juvenil que se caracterizava pela repulsa aos valores, à moral e à política do ocidente (seja da direita ou da esquerda):

Tratava-se, de fato, de um movimento de contestação que colocava frontalmente em xeque a cultura oficial, prezada e defendida pelo Sistema, pelo Establishment. Diante desta cultura privilegiada e valorizada, a contracultura efetivamente se encontrava do outro lado das barricadas (PEREIRA, 1986 p. 19).

Em um contexto bipolarizado, entre duas ideologias com bases na racionalidade (a capitalista e a socialista), o movimento contracultural representa uma “terceira via”, se é que podemos nos utilizar de uma terminologia desse tipo. Com uma vasta área de manifestação, como na música, principalmente no rock, o movimento buscava dar sentido ao mundo da tecnocracia, em que a sociedade ocidental industrial buscava racionalizar e bu-

rocratizar a vida.

As explosões universitárias (com destaque para o maio de 1968 na França) já prenunciavam o descontentamento dos jovens com o espírito da sociedade imersa na tecnocracia, utilizando Theodore Roszak: “Quando falo em tecnocracia, refiro-me àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge seu ápice de integração organizacional” (ROSZAK, 1972 p.19). Apesar de o autor se referir à sociedade estadunidense após a Segunda Guerra Mundial, a integração e a organização eram as palavras de ordem do regime militar brasileiro que buscava impor uma ideia de disciplina na “ordem e progresso” de nossa bandeira nacional. Não devemos esquecer o contexto do “milagre econômico” e da euforia do ufanismo que se manifestava na expressão “ninguém segura este país”, apoiados nas construções das obras “faraônicas”, como a rodovia transamazônica, o que expressa que no Brasil o ápice da racionalização capitalista era buscado pelos militares que seguiam a orientação desenvolvimentista e racional capitalista dos Estados Unidos.

Buscando fugir disso e da bipolarização da Guerra Fria, muitos jovens se engajaram no movimento contracultural. No Brasil, podemos dar ênfase à tropicália, um movimento musical-cultural que buscava novos sentidos para a cultura, dentro desse grupo se encontrava o poeta piauiense Torquato Neto (1944-1972), que no jornal *O Estado Interessante*, por exemplo, desabafa sobre o “detestável lado sociológico” do cinema novo: “*Prefiro ver um filme do Zé do Caixão do que um de Glauber Rocha*” (*O Estado Interessante*, 18 de Junho de 1972).

Era a revolução comportamental, a utopia do é “*proibido proibir*” fixado na Sorbonne de 1968 e que ecoava em Caetano Veloso. Roupas ditas “esquisitas ou exóticas”, orientalismo, psicodelismo, uso de drogas, uma “rebeldia sem causa”, expressos na existência de comunidade *hippies*. Uma nova forma de apreender e viver o mundo, longe da normatização dualista do perí-

odo da Guerra Fria, uma transformação de dentro, ao nível do cotidiano e não da esperada explosão proletária mundial:

[...] a América tecnocrática produz um elemento potencialmente revolucionário entre sua própria juventude. Em lugar de descobrir o inimigo de classes em suas fábricas, a burguesia enfrenta-o na sala de jantar, nas pessoas de seus filhos próprios mimados (ROS-ZAK, 1972, p. 44-45).

Dentro desse contexto de indisciplina juvenil, surgiu o *Jornal O Estado Interessante*, que seguiu a trilha dos chamados “nânicos”, como eram chamados os jornais de menor circulação, ou de menor expressão, entretanto, não abdicavam de sua combatividade, alguns rumaram para uma orientação de esquerda e outros, como *O Estado Interessante*, tentando fugir dessa lógica dualista imposta pela bipolarização ideológica da Guerra Fria, rumaram pelos caminhos (ou descaminhos...) da contracultura.

2. Um olhar sobre a mídia impressa teresinense nos anos iniciais da década de 1970

A mídia, como uma potência de difusão de ideias, não poderia ficar alheia ao controle do regime militar. Para os militares, o controle da mídia era fundamental, em Teresina não foi diferente, os órgãos midiáticos da grande imprensa (jornais de grande circulação e capital investido) mostravam-se, nos anos iniciais da década de 1970, mais ligados ao sistema do que nunca. Destacam-se os jornais *O Dia*, fundado em 1923, e *O Jornal do Piauí*, ambos com características tradicionalistas (VILHENA, 1999). O quadro da mídia teresinense da época pode ser entendido como conservador e atrelado aos interesses do Estado autoritário:

Essa mídia demonstrava ignorar os fatos no âmbito nacional e, com exceção de alguns periódicos que tentavam eventualmente

combater o status quo — e esses circulavam e desapareciam com rapidez — o que ocorreu em 1972 foi um total alinhamento ao sistema, por parte da grande imprensa. Uma espécie de contrato firmava-se não apenas entre os empresários de comunicação, mas alcançava também muitos ~~jornalistas~~, que tinham seus salários completados pelo governo, numa estranha dinâmica de tráfico de influências. A máquina administrativa então montada, fartamente alimentada pela abundância de recursos (enfim, era o “milagre econômico”) possibilitava a absorção de grande parte da mão-de-obra dos veículos de comunicação pelas assessorias de imprensa governamentais [sic] (VILHENA, 1999, p. 60-61).

A chamada grande mídia jornalística era, portanto, um ponto de apoio do regime militar em Teresina, que divulgava a imagem de um Piauí e de um Brasil que “ninguém segurava mais”, como nos slogans do ufanismo característico da ditadura civil-militar brasileira, pois: “O governo do Estado criou um órgão, denominado AGE — Assessoria de Comunicação do Governo do Estado —, que planejava e executava as políticas oficiais de comunicação e buscava vender a imagem de um novo Piauí” (VILHENA, 1999, p. 60). Dito isso, podemos ver que a grande imprensa da época não poderia dar vão a uma crítica contundente ao que realmente se passava, ou seja, desmascarar o caráter completamente falso da “revolução de 64”, e o caráter francamente ditatorial do regime, nem dar espaço e visibilidade a essa parcela da juventude que ansiava por novas experiências e que reivindicava o novo, repensando a cultura e a própria forma de jornalismo empregada na Teresina dos anos iniciais da década de 1970, como nos indica Carlos Galvão, em uma coluna de *O Estado Interessante*:

Fazer jornal aqui, é ficar alimentando a eterna burrice do povo. O conceito que este esquizofrênico jornalismo daqui, tem de comunicação é o mesmo de um navio de socorro que encontrando um naufrago em alto mar, ao invés de salvá-lo joga ao mar uma tábula

nova para que o naufrago continue a boiar (O ESTADO Interessante, 23 abr. 1972).

Náufraga e estagnada estava, pois, a oportunidade de crítica séria ao regime com uma mídia que, na verdade, interessava-se mais com manter-se cega ao seu entorno social. Qual seria a alternativa? A mídia “nanica”.

3. A mídia “nanica”: Alternativas teresinenses

Com a grande imprensa submissa e atrelada aos interesses do autoritarismo, só uma imprensa descompromissada com a ordem vigente poderia dar visibilidade e dizibilidade ao espírito crítico e inovador da parcela da juventude contracultural teresinense que ansiava pelo novo. 1972 foi o ano do jornal alternativo *O Estado Interessante*, sendo que: “Era o ano da geração silenciosa, da contracultura, dos movimentos marginais na área da cultura, da imprensa e da liberdade de expressão” (VILHENA, 1999, p. 15).

Os “nanicos”, como eram chamados os jornais alternativos, jamais perderam sua combatividade, apesar das enormes dificuldades para manterem-se, além da censura cada vez mais presente depois da decretação do AI- 5 em 1968. Utilizavam da sátira e da irreverência para subverter a ordem, temos como precursor nesse modo de fazer imprensa o *Pif-Paf* de Millôr Fernandes. O *Pasquim* do cartunista Ziraldo, por exemplo, chegou a atingir um número impressionante de cópias vendidas (200 mil exemplares) e sua influência em Teresina e no *O Estado Interessante* era notável (VILHENA, 1999).

Em Teresina, o precursor, ou pelo menos referência da mídia alternativa dos anos iniciais da década de 1970, foi *O Pirralho*, que: “Até a década de 70, quando se estabelece o marco de diversas produções alternativas e humorísticas, O Pirralho foi uma

espécie de referência, como jornalismo de humor, [...]” (VILHENA, 1999, p. 85). Outro documento jornalístico que também pode ser citado é a *Hora-fatal*, suplemento do jornal *A Hora*.

A sátira e a irreverência também são marcas de *O Estado Interessante*, assertivas como: “Se o diabo entendesse as mulheres ele não teria chifres” (O ESTADO Interessante, 4 jun. 1972) servem para ilustrar bem como a ironia e o recurso da linguagem humorística eram características de uma mídia que buscava inovar no fazer jornalístico, e não se amarrar ao padrão submisso e atrelado aos interesses do Estado autoritário da mídia “grande”. Grande só em número de exemplares vendidos e capital investido, pois a real grandeza estava no caráter inovador desses “naniços”, que ousaram rebelar-se contra o estabelecido, não se entrincheiraram na ideologia, seja de esquerda ou de direita, mas pelos caminhos ou descaminhos da contracultura. Buscaram chocar a comunidade jornalística estagnada no comodismo, assim como a própria sociedade e o estabelecido culturalmente.

Buscamos, no presente trabalho, compreender essa mídia alternativa teresinense como um contraponto, outra opção:

A palavra “alternativa” vem de *alter*, que sugere alterações, mudanças. Significa algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes. Corresponde, também, ao desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizarem as transformações sociais que pregavam [...] (BARROS, 2007 p. 57).

Era contrapondo-se aos interesses da mídia dominante que esses encartados buscavam o novo, uma crítica que ficaria marcada pela sátira e irreverência, como se assinala aqui, por exemplo: “O padeiro inventou mesmo a rosca ou faltou massa?” [Millôr Fernandes] (O ESTADO Interessante, 21 maio 1972). Algo do tipo era inimaginável nos jornais tradicionais da grande imprensa, como *O Dia*. Afinal, era época no Piauí do governo do engenheiro Alberto Tavares Silva (1918-2009), o interventor

indicado pelo regime militar para governar o Estado do Piauí em 1971. Ele deveria, seguindo a lógica desenvolvimentista capitalista, construir o “novo Piauí”, não havia espaço para a contracultura, com objetivos tão “esquisitos”, como não se submeter à sociedade tecnocrata, com sua burocratização da vida, reprimindo e obscurecendo a subjetividade do indivíduo no espírito da lógica racionalista do capitalismo industrial.

4. O Estado Interessante: táticas, críticas e sátiras

“[...], chamo de tática uma ação calculada [...], a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo [...]. Ela opera golpe por golpe, lance por lance” (CERTEAU, 1998, p.100). Assim Michel de Certeau conceituou tática, e o *Estado Interessante* realmente era um movimento calculado no campo do inimigo, pois com uma imprensa subserviente à ditadura, praticar o jornalismo de oposição e contestador não era fácil, principalmente com a censura prévia nas redações.

O suplemento dominical do jornal *O Estado* teve curta duração, apenas entre os meses de março e julho de 1972, porém, houve grande aceitação em uma parcela da juventude teresinenense e, apesar de algumas experiências precursoras, não há registro do mesmo êxito no primeiro semestre de 1972 como foi com *O Estado Interessante* (VILHENA, 1999, p. 98). As críticas eram das mais diversas, tais como: cinema, música, literatura e imprensa. Sobre isso, uma observação crítica e bem ácida acerca da “imprensa sem papel”, de Durvalino Couto Filho, é marcante:

A imprensa no Piauí, salvo raríssimas exceções individuais é uma eterna briga de comadres. O caráter informativo, o papel social, as suas funções de vincular todo e qualquer público a uma base em que o meio (o nosso no caso) está submetido --- sobretudo --- a sua incapacidade de transformar, de abrir maiores campos de escolha e de comportamento para a comunidade --- são fatos

relegados a um segundo plano. Quer dizer em suma: não existe imprensa no Piauí.

Coluninhas dignamente assinadas, editoriais pomposos e cheios de palavras pseudo-eruditas, notas esclarecedoras (geralmente um desmentido de uma notícia anterior), páginas inteiras destinadas a crimes os mais escabrosos, clichês (horríveis por sinal) de chegadas, de embarques, de jantares e de recepções, de elegantes, de inauguração e de discursos, matérias simpáticas e generosas àquele ou aquela --- eis o mundo em que está submetida a nossa imprensa.

Diante de tais circunstâncias, não há outra saída para os jornais menores que, ou se afogam no segundo, terceiro número, ou continuam eternamente marcando passo, na esperança de alcançar a mesma posição político-financeiro-elogiosa dos jornais maiores. Todo este labirinto em que nossa imprensa se perde deriva de seu próprio comportamento; quer dizer os responsáveis pela imprensa no Piauí se resignam a uma posição crítica não informativa, a uma visão baseada nas escleroses do nosso ambiente, a uma falta de percepção crítica e a um acomodamento latente que não tem força de abstração nem capacidades de fazer algo mais além do que os velhos hábitos morais dentro dos quais estamos submetidos. Nossa imprensa não tem visão para transformar não tem ação para propor novas condutas. Apenas fortalece nosso modo de vida sem perguntas, apenas enrijece os atos de nossas gerações calcificadas de pai para filho, apenas confirma nossa mesmice --- nosso círculo vicioso.

Uma sociedade decai quando já não tem mais certeza de suas convicções. A imprensa do Piauí comprova isso, através dos arimathéas da vida, que enchem nossos ouvidos com protestos representantes apenas notoriamente de um etnocentrismo moral rígido, de uma parcialidade de normas e condutas estereotipadas, de um purismo no comportamento social aparentemente inabalável.

A imprensa piauiense não tem capacidades para propor novos comportamentos, para expor novos caminhos para mostrar outros fatos que possam ir além do nosso meio, por insuficiência

cerebral, não conseguiu chegar.

Se assim permanecer Teresina --- mais uma Macondo de Gabriel Garcia Marquez --- estará predestinada a cem anos de marasmo, com anos de isolamento no contexto nacional. A cem anos de solidão (O ESTADO Interessante, 26 mar. 1972).

Uma vigorosa crítica. Um cartão de visitas, pois cronologicamente é o primeiro jornal de que dispomos como fonte para o presente trabalho, e, segundo outras fontes, a edição de 26 de março de 1972 trata-se da primeira edição (VILHENA, 1999). Os jornais que possuímos para o presente ensaio são as edições de 26 de março, 23 de abril, 21 de maio, 28 de maio, 4 de junho, 18 de junho, 2 de julho e 9 de julho de 1972, ou seja, não temos, para análise, a totalidade da produção de *O Estado Interessante*.

Entretanto, o material é uma amostra dotada de significância e podemos extrair que houve uma tentativa de inovação na produção jornalística, uma demonstração de “indisciplina” juvenil na Teresina de 1972 (e não só nesse ano, melhor seria dizer nos anos iniciais da década de 1970), em meio a uma mídia que se alinhava ao sistema político ditatorial. Estes sujeitos: Carlos Galvão, Edmar Oliveira, Durvalino Filho, Pê José, Marcos Igreja, Jari Mosil. L. Cláudio e Albé Lemos, dentre outros envolvidos com a mídia alternativa e a contracultura teresinense do período, operando no “campo de visão do inimigo” e “golpe por golpe”, lançaram-se como que impulsionados pelo corajoso desejo do novo, na tecnocrata Teresina do Piauí, governada pelo engenheiro Alberto Tavares Silva, buscaram não se alinhar ao estabelecido, criticavam uma imprensa que não tinha “capacidades para propor novos comportamentos”, como afirmou Durvalino Couto Filho.

Só o nome *O Estado Interessante* já é passível de observação. Mas que fina ironia! O Estado que cerceava e “disciplinava” agora era interessante, segundo nossa análise, esse nome já indica uma sátira à figura do Estado autoritário brasileiro, além do fato de

que essa nomenclatura se dava por ser um suplemento do jornal *O Estado*, originário de Fortaleza-CE e que começou a circular em Teresina em 1969, daí só a complementação “interessante”.

O fim desse encartado também é interessante:

A edição de 9 de julho foi a primeira a inserir um anúncio publicitário. Na última página, o Departamento Comercial do jornal *O Estado* veiculou, em página inteira, uma campanha institucional da Agespisa — Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S.A. (anexo 13), o que gerou um clima de descontentamento entre os editores d'*O Estado Interessante* e provocou o fim do projeto (VILHENA, 1999, p. 104).

Justamente por não se aliar ao empresariado jornalístico da grande e submissa mídia teresinense e buscar um estilo marginal, contracultural, que esse anúncio, ou seja, essa intervenção institucional de um órgão estatal, que os integrantes não mais se entenderam, não acharam mais interessante e acabaram com uma experiência que representou, na nossa análise, uma tática de resistência cultural frente à decadência da cultura e do jornalismo da Teresina dos anos iniciais da década de 1970.

Considerações finais

Esta breve pesquisa buscou dar visibilidade ao grupo: Carlos Galvão, Edmar Oliveira, Durvalino Filho, Pê José, Marcos Igreja, Jari Mosil, L. Cláudio e Albé Lemos, dentre outros envolvidos com a mídia alternativa e a contracultura teresinense, mais precisamente do jornal *O Estado Interessante*, que circulou de março a julho de 1972 em Teresina-PI. Em pleno período de ditadura civil-militar, pós-decretação do Ato Institucional nº 5, em que a ditadura escancarou sua face totalitária, e a censura aos meios de comunicação foi sistematizada na figura dos censores que circulavam pelas redações dos jornais. Por meio de *táticas e lance*

por lance ousaram desafiar de uma forma diferente a ditadura civil-militar brasileira.

O contexto da mídia teresinense, da grande mídia impressa, era de um alinhamento completo ao regime, como já exposto, então, a alternativa era justamente esses chamados “nanicos”. Uma mídia que representava a inovação e a contestação ao regime de exceção implantado em 1964. As linhas de *O Estado Interessante* foram a tática de uma parcela da juventude para reutilizar um espaço que era tradicionalmente atrelado à cultura e aos interesses dominantes (no caso, o espaço é a grande imprensa teresinense), para expor suas posições contraculturais, uma crítica que não se enquadrava na racionalidade marxista, que é aspecto das esquerdas, com a sua estrutura rígida característica.

Com a contracultura e a tropicália como influências, eles queriam o novo, resistir à tecnocracia em marcha, mas, como disse John Lennon, em relação à contracultura: “o sonho acabou” (PEREIRA, 1986 p. 51). Igualmente, o movimento de *O Estado Interessante* também finalizou. Entretanto, a experiência desses jovens marginais serve para exemplificarmos que em pleno estado de exceção, em um ambiente posterior ao AI-5, houve uma juventude que não tem nada de “alienada” ou “vazia culturalmente”, como alguns apontaram, só que não de forma tradicionalista, de esquerda partidária, mas operando “golpe por golpe”. Utilizando de “astúcias e táticas” subverteram a ordem, operando na marginalidade, buscaram uma nova prática cultural (a jornalística, em especial, como foi registrado na crítica da “imprensa sem papel”, de Durvalino Couto Filho). Queriam novos valores, um exemplo de insubmissão frente à tecnocrata e disciplinar sociedade teresinense dos anos iniciais da década de 1970.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

O ESTADO Interessante, 26 de Março de 1972.

O ESTADO Interessante, 23 de Abril de 1972.

O ESTADO Interessante, 21 de Maio de 1972;

O ESTADO Interessante, 28 de Maio de 1972.

O ESTADO Interessante, 04 de Junho de 1972.

O ESTADO Interessante, 18 de Junho de 1972.

O ESTADO Interessante, 02 de Julho de 1972.

O ESTADO Interessante, 09 de Julho de 1972.

Fontes bibliográficas

BARROS, Patrícia Marcondes de. **Impressos alternativos brasileiros**: Expressões e impressões da contracultura. Artigo apresentado no VIII encontro de História da Mídia: Unicentro, Guarapuava-PR, 2011.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **Provocações brasileiras**: A imprensa contracultural Made in Brazil- coluna Underground (1969-1971), Flor do mal (1971) & a Rolling Stone brasileira (1972-1973). Tese (Doutorado em História). São Paulo-SP: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007. 400 f.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 – Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina (1960-1990)**. 2. ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: editora da UFRGS, 2004.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é Contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

VILHENA filho, Paulo H. G. **A Experiência alternativa d'O Estado Interessante no contexto marginal da década de 70**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ – Faculdade de Comunicação, 1999.

O cinema de Glauber Rocha e a nordestinidade¹

O trabalho buscará analisar, por meio de uma leitura histórica do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, as formas de representação e de certa visibilidade e dizibilidade (FOUCAULT, 1996; DELEUZE, 2005) da “nordestinidade” – leia-se, da cultura do Nordeste e suas características “essenciais” –, para discutir as formas de representação do Nordeste especialmente salientadas na filmografia glauberiana e, assim, discutir outros temas como: uma estética da fome, a redução da região ao temário da seca, da miséria e da pobreza.

A história enquanto ciência, que se estrutura no século XIX, adotou uma postura (com base nas ciências naturais) de buscar a “verdade” por meio de um método que privilegiou principalmente as chamadas fontes oficiais, documentos escritos pelo Estado ou Instituições que dariam “legitimidade” e que seriam a fonte por excelência para o trabalho do historiador. A ideia era de uma reconstituição do passado “tal como ele foi”²

Após as aberturas metodológicas, sobretudo, no que tange

1. O ensaio foi escrito para os anais de um evento em que o autor apresentou o trabalho por meio de comunicação oral. Os anais acabaram não sendo publicados.

2. REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

às fontes que poderiam ser passíveis de análise historiográfica, do materialismo histórico e principalmente da chamada escola dos Annales (preferimos a expressão “movimento” dos Annales, proposta por Peter Burke³), o historiador começou, por meio também da interdisciplinaridade, a utilizar várias outras produções humanas no intuito de melhorar e, podemos dizer, pluralizar a leitura sobre o passado.

Nesse sentido, o cinema, uma produção humana de fins do século XIX e que começa a figurar como uma das produções que seria logo incorporada à lógica do mundo da mercadoria e do capitalismo no início do século XX, começou, mormente após a década de 1960 com o trabalho do historiador francês Marc Ferro⁴, que propôs uma *leitura histórica do filme* e uma *leitura filmica* (cinematográfica) *da história*, a ser uma importante fonte histórica.

Essas duas preposições de Ferro se mesclam no trabalho que se segue. Pensando ainda na esteira de outros autores como Durval Muniz (2011) e Frederico Osanan (2012) sobre a produção de Glauber Rocha e em especial a produção de certa representação sobre o Nordeste e a “Nordestinidade” no filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), partindo também de autores como Ismail Xavier (2001), que escreveram sobre o Cinema Novo (e Glauber Rocha, em particular), buscaremos bases para um trabalho que vise pluralizar a abordagem sobre o cinema e o Nordeste enquanto “representação”, e a sua suposta “essência” da região que se vincularia ao temário da seca, do misticismo e outras “peculiaridades próprias” do que chamamos como um todo de “Nordestinidade”.

3. BURKE, Peter. *A revolução francesa na historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989*. 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.

4. FERRO, Marc. *Cinema e História*. Ed. Paz e Terra, 1992.

1. História, cinema e nordeste: uma relação peculiar com Glauber Rocha

Seria demasiado redundante argumentar que neste ponto do trabalho não podemos esgotar toda a relação entre história e cinema e como o cinema veio a tematizar o Nordeste. Os inúmeros diretores e seus filmes são um acervo que, por si só, merece um trabalho mais sistemático, fugindo do escopo deste ensaio. Nesse sentido, iremos nos interessar por Glauber Rocha⁵ e seu filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, rodado primeiramente em 1964, ano do início da ditadura civil-militar brasileira, que em muito atinge o cinema, em especial o chamado cinema novo (XAVIER, 2001).

Dentre a produção de Glauber Rocha, o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, na nossa análise, destaca-se quando a tematização é o Nordeste ou o que se convencionou chamar de Nordeste. Afinal, a região enquanto espaço, cultura e “essência cultural” é: “Uma invenção imagético-discursiva, gestada historicamente”⁶, sendo que após os discursos naturalistas, sociológicos e da literatura nordestina dita regionalista, a filmografia de Glauber (e notadamente o filme em questão) também participou da instituição do Nordeste enquanto região com uma cultura própria, sendo esta histórica a partir da primeira década do século XX, mais precisamente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

O chamado *Cinema Novo*, movimento cinematográfico que

5. Diretor, escritor e crítico de cinema brasileiro. Nasceu em Vitória da Conquista, no Rio de Janeiro, em 24 de março de 1933. Falecendo na cidade do Rio de Janeiro em 1981. Juntamente com outros cineastas como Eduardo Coutinho (1933-2014), compôs o chamado *Cinema Novo*, movimento que se contrapôs a certo tipo de cinema ainda arraigado com a estética do cinema comercial estadunidense e que sofreu a interferência da ditadura militar por sua tendência à esquerda e à crítica cultural.

6. Sobre a ideia de uma invenção do Nordeste ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

tematizou a realidade e as contradições sociais do Brasil, preferencialmente com tendência de esquerda e visando uma estética que se impusesse como crítica, apesar da polifonia discursiva que seus filmes e diretores produziram, é tomado por Glauber como um movimento “seu”. Unificando uma multiplicidade, colocando a si e seus filmes como ponto de início e marco fundante: “Fui o líder teórico do *cinema novo* nos anos 60, que provocou uma revolução no cinema brasileiro, tendo estruturado a Embrafilme nos anos 70 e criado uma produção de quase cem filmes por ano” (ROCHA, 2004, p. 496), chegando a narcisicamente se intitular um gênio.⁷

A ideia de “moderno” também permeia o chamado Cinema Novo, e o próprio Glauber se destacou como uma espécie de mente por trás, que teria sido o foco irradiador e originário. Nesse caso, com o seu filme sobre o Nordeste e mais especificamente acerca dos aspectos do que era o Nordeste como representação – paradoxalmente a despeito de seu engajamento em propostas de emancipação e mudança social – que ele ajudou a formar. Sobre isso, argumentou o historiador piauiense Frederico Osanan Amorim Lima que:

Se por um lado transitou travesso entre a crítica e a denúncia social, acusando, em alguns de seus filmes, o coronelismo e o autoritarismo como grandes males do país, por outro lado, a maneira que ele escolheu para encerrar o processo de criação da sua imagem como crítico de si mesmo, marcaria profundamente as principais análises feitas sobre o *Cinema Brasileiro Moderno* (LIMA, 2012, p. 35).

Nesse diapasão, Glauber tematizou o Nordeste como uma espécie de modelo a ser seguido, de que o curso e a forma de cinema moderno encontraria nele um exemplo máximo e incon-

7. Afinal: “No Brasil [...] o gênio é tão perseguido que é obrigado a se proclamar gênio” (ROCHA, 2004, p. 496). Por ele mesmo ver: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

tornável, numa demonstração de um ego bastante elevado⁸. Sua filmografia aparentemente busca recuperar a “essência do nordeste”, ao tematizar questões “tipicamente nordestinas”, como o cangaço, o coronel, a miséria e uma espécie de “essencialidade” pobre do vaqueiro assolado pelo sol e pelas relações econômicas excludentes (não que não o fosse, mas que se circunscreve de forma absoluta e total).

2. Glauber: deus e o diabo no *atacama* brasileiro

[...] Agora eu digo... Do outro lado de lá, deste Monte Santo, existe uma terra, onde tudo é verde... os cavalo [sic] comendo as flor [sic], e os menino [sic] bebendo leite nas água [sic] do rio, os homem [sic] come o pão feito de pedra! E poeira da terra vira farinha... Tem água e comida, tem a fartura do céu e todo dia... Quando o sol nasce, aparece Jesus Cristo e Virgem Maria! São Jorge e meu Santo Sebastião... Todo cravado de flecha no peito.⁹

O trecho reproduzido acima faz parte do que chamamos aqui de *escriturística metafísica*, que é basicamente a retórica que utiliza o personagem chamado São Sebastião, que se intitula profeta cuja redenção é a apoteose do homem sofrido, dos rostos e corpos nordestinos exauridos de um labor que apenas retira força vital e não reverbera em benesses materiais¹⁰. Tal discurso

8. Acerca de Glauber Rocha com um egocentrismo exacerbado e a discussão sobre a ideia de moderno no cinema brasileiro ver: LIMA, Frederico Osanan de Amorin. É QUE GLAUBER ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO: A invenção do Cinema Brasileiro Moderno e a configuração de um debate sobre o ser cinema nacional. Tese (Doutorado em História). Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2012. 237 f.

9. Trecho do discurso do profeta São Sebastião, proferido no chamado “Monte Santo”. A figura se coloca como uma espécie de líder religioso que se diz profeta.

10. Que pode ser visualizado no confronto entre Manuel (personagem principal) e o coronel Moraes. A despeito de quatro vacas terem morrido (uma das cenas iniciais do filme é a reflexão de Manuel junto de uma vaca em estado de putrefação) argumentou que não eram as dele e, assim, encolerizado, Manuel

finalista e teleológico-metafísico permeia a narrativa do profeta do início ao fim, sendo base para agressões e ordens de autopenitência para os seus seguidores (como a cena em que Manuel, de joelhos, tenta com uma pedra na cabeça continuar uma subida íngreme).

O deus de Glauber é o que ele projeta como a grande apoteose do nordestino. No caso, ter sua própria terra, onde se pode viver sem a opressão do coronelismo e a alienação das religiões institucionais. Manuel é o sujeito-símbolo de uma dada visibilidade do nordestino como um indivíduo que teria uma essência predisposta ao fanatismo, com traços messiânicos e irracionais, seguidor fácil (sobretudo após os revesses e as decepções existenciais) de homens-profetas.

O diabo de Glauber é a figura do coronel e do padre, do latifúndio e a exploração fundiária, conjuntamente com o representante da alienação religiosa, do ópio do povo. Frente ao perigo que representava o monte santo, o êxodo dos camponeses e a consequente falta de oferta permanente de mão de obra barata, além da vertiginosa queda da arrecadação dos dízimos, não se constroem, muito menos relutam em contratar um matador de aluguel, personagem chamado Antonio das Mortes, para matar o profeta e sua agremiação de fiéis.

Deus em Glauber, nesse filme, é sinônimo de esperança, é revestido de positividade em seus personagens. Porém, pode-se ver a fina ironia da deglutição glauberiana sobre o que é fazer cinema. Afinal, suas posições flertavam com a esquerda que tradicionalmente é ateuista, embora o autor seja de difícil classificação numa única posição política, sendo uma metamorfose incessante nesse sentido, assim como as posições dos membros do chamado cinema novo (LIMA, 2012; XAVIER, 2001).

lhe desferiu golpes de facão, sendo perseguido por capangas que, alcançando-o, matam sua mãe. Fazendo-o ir para junto do profeta e alcançar a “ilha fantástica”, prometida por São Sebastião.

O diabo são os inimigos do oprimido, do camponês pobre e sem instrução, encarados no filme numa relação dialética que pode ser vista na denúncia da opressão social (como na cena do confronto entre Manuel e o coronel Moraes). Identificado com o latifúndio, a tragédia cotidiana matizada nos rostos sofredores, esse diabo se personifica e se institui na seca, fenômeno natural nordestino que somente no fim do século XIX (mais precisamente a grande seca de 1877-1879) “emerge” como problema. Sendo utilizada para uma maquinaria discursiva dos poderes políticos locais e que serviria para instituir a região nordeste como o local da seca¹¹, do sofrimento e dos rostos enegrecidos pelo sol, que Glauber tematizou no filme em questão.

As imagens clichês do Nordeste, sempre associado à seca, fazem-nos imaginar que Glauber quase concatena o espaço geográfico da região ao deserto do Atacama, com a imagem da terra seca, quebrada, a exiguidade de água, a penúria adjacente, o martírio de viver nesse local inóspito do deserto-nordeste, que, repleto de diabos e deuses, apresenta-se como um local do fanatismo, do irracionalismo e das narrativas fantásticas.

Tal escriturística metafísica presente nos discursos de São Sebastião, seduz as subjetividades camponesas predispostas a arrastarem-se para o fanatismo religioso, em busca de uma apoteose, de uma ilha onde emana leite e mel, sonho messiânico que encontraria ecos nesse profeta símbolo de uma “característica” da nordestinidade que seria o messianismo, o ambiente desértico e o irracionalismo.

11. Sobre isso, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1988. 435 f. O mesmo autor também retoma a discussão em: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Ed. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 154.

3. *Estética da fome: representação do nordestino e sua nordestinidade sofrida em Deus e o Diabo na Terra do Sol*

Tudo que Manuel queria era vender suas vacas e comprar um pedacinho de terra. Sonho por excelência dos camponeses pobres, dos vaqueiros que trabalham em prol de outrem. Tudo certo? Até que olhando pelos critérios econômicos e com uma análise sociológica, poderíamos chegar a essa conclusão quase óbvia. Porém, na esteira da ideia que os objetos históricos são construções discursivas e, nesse âmbito, o próprio nordeste e sua “nordestinidade”, o nordestino e sua suposta essência também (RAGO, VEIGA-NETO, 2008; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Podemos identificar que o filme corrobora com a construção da representação de um nordeste seco, pobre, exaurido pela história, pelo movimento econômico que retirou do nordeste açucareiro a preeminência, importância política e econômica de outrora.

E, mais particularmente, na construção de uma *estética da fome*, balizada por irracionalismo e fanatismo que permeariam de forma mais exacerbada o nordestino, tomado como sujeito essencial, tendo seu ser já dado. O que nos faz questionar e argumentar que esse ser, sendo a própria ideia de ser indefinível (conforme Heidegger),¹² foi construído também pela dizibilidade/visibilidade¹³ dele no filme.

Os sentidos e representações do “ser” nordeste e nordestino estão sempre associados a uma retórica vitimizante. Manuel está à procura de redenção que apenas deus, figura metafísica que seria exacerbadamente tomada como centro das ações hu-

12. Segundo o filósofo alemão, no primeiro volume de sua obra magna *Ser e Tempo* (1927), o próprio conceito de ser é indefinível, ver: HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo. Parte I*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 26.

13. Sobre a ideia de *visibilidade* e *dizibilidade* ver: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Ed. São Paulo: Loyola, 1996. E DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Ed. 5ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2005.

manas, poderia lhe dar. Uma espécie de ilusão coletiva toma o grupo que segue o profeta São Sebastião. E a esposa de Manuel, sempre como a representante da razão, censura e, em vão, tenta tirar o esposo daquela panaceia que não tardaria a ter um fim trágico. No fim das contas, todos os movimentos populares camponeses (como o próprio movimento de Canudos cujas semelhanças são claras e é até mesmo citado pelos personagens do filme) com base em um messias que conjuraram forças contra a ordem estabelecida foram massacrados, e, de tal massacre, Rosa queria salvar seu marido, que retruca (após “instrução” do Santo na terra), agride e acusa de estar “tomada pelo demônio” que ronda o monte do Santo, que espreita a comunidade dos fiéis.

Porém, não apenas Glauber e esse filme estereotipam o nordeste e compõem de forma única e exclusiva a discursividade que dá certa dizibilidade produtora de uma representação sobre o nordeste e o nordestino, correlacionando-os à seca, à miséria, ao mítico e ao irracional. Isso seria um caractere próprio do *cinema novo* quase como um todo, afinal: “O Nordeste do Cinema Novo aparece como um espaço homogeneizado pela miséria, pela seca, pelo cangaço e pelo messianismo. Um universo mítico quase que desligado da história” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 279).

“Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2004, p. 39), à vista disso, a produção de Glauber nesse filme, juntamente com parte de outros diretores do cinema novo, imprimiram uma representação que circunscreve, corta/recorta partes de uma realidade múltipla, no intuito de certo projeto revolucionário. Por meio da *estética da fome*, incita uma revolta com base no inconsciente coletivo predisposto a seguir movimentos que prometem consertar o mundo mediante grande apoteose finalista e teleológica. Agora, por meio da revolução socialista, cujas bases são ateias, mas que ainda resguardam similitudes com a

ideia finalista do messianismo nordestino.

Sua indignação com a realidade propõe uma estética que guarda ressonâncias com o realismo soviético, com o discurso da esquerda por uma arte engajada, que fomente o espírito revolucionário, buscando no messianismo o símbolo da revolta que poderia ser reapresentada sob a égide de uma luta baseada numa revolução aos moldes do marxismo. E tal fato não se circunscreveria a apenas nesse filme, em *Terra em Transe*¹⁴, de acordo com Jean-Claude Bernardet, mais que um mero filme:

[...] é processo de uma forma de relacionamento social, ou melhor, de sua incapacidade de se relacionar com a realidade, e do processo de substituição dessa realidade por uma camada de imagens e palavras [...]. Sobre Glauber Rocha se fixa então uma impotência diante de uma realidade social que se acredita imobilizada (BERNARDET, 2009, p. 220-221).

A própria ideia de indignação, com clara alusão ao texto de Marx ou pelo menos ao seu pensamento, é simbolizada no texto *Manifesto do Cinema Novo*, cujo título remete à esquerda ou algo parecido. Nesse sentido, o nordestino deveria fazer a revolução ou ter predisposição a ingressar num movimento em que a ideia seria a libertação da opressão. No filme, Glauber parece querer agenciar a revolução de uma região atrasada e subdesenvolvida, ainda incólume às relações de produção burguesa e às vicissitudes próprias da divisão das esquerdas, no sujeito “puro” e do qual a nordestinidade (tomada como essência que deveria provocar verdadeira ruptura com o sistema) seria o próprio motor da eclosão de um novo tipo de sociedade.

A “nordestinidade” de Glauber foi associada a aspectos que seriam “próprios” e peculiares: a seca, fanatismo, tendência ao irracionalismo, “atraso” intelectual, fruto de uma economia agrária atrasada, do nordestino reduzido, em sua maioria, ao

14. Filme de Glauber Rocha de 1967.

camponês pobre, enfim, de um sujeito que estaria predisposto a cair numa narrativa que apontasse para o “fim” da história, que estaria baseada na metafísica do catolicismo popular, representada na figura de São Sebastião, que se impõe como um profeta, numa reedição de Conselheiro e seu Canudos. Aliás, nesse ponto, o personagem do santo, algumas vezes, alude a Canudos e às imagens criadas pela República, representando o movimento como antirrepublicano, monarquista e antagônico à nova ordem política sem a figura do imperador, sendo um enorme desconforto para setores da elite que se beneficiaram com a nova ordem republicana.

Em suma, deus e o diabo de Glauber representam um Nordeste pobre, um nordestino reduzido ao camponês fanático, a uma região desértica, seca, que predisporia os indivíduos a embarcar em narrativas que promettessem benesses, mesmo que sob o viés messiânico. O que deveria ser substituído pela proposta do Manifesto de Glauber, de seu deus (revolução socialista) que poria o basta na exploração dos coronéis – como o Moraes –, que daria um fim à alienação. Porém, paradoxalmente, essa estética revolucionária agenciou e corroborou com a instituição do nordeste e da nordestinidade como corolários ao temário da seca, irracionalismo, alienação, atraso e subalternidade. Sendo o deus cristão e sua teologia substituídos pelo deus revolucionário de Glauber na terra do sol, e somente do sol chamado Nordeste.

Considerações finais

Este trabalho buscou dialogar com outros textos a fim de estabelecer conexão entre a história e o cinema, que, sobretudo após os anos 1960, na esteira aberta pelo movimento dos Annales, pode ser um campo de atuação do historiador. Nesse sentido, mediante a vastidão dos temas, abordagens e campos teóricos disponíveis, estudamos uma parte da filmografia do chamado

Cinema Novo, movimento cinematográfico brasileiro do século XX, o filme de um autor em particular do movimento (de difícil apreensão numa só definição).

Nosso ensaio versou sobre o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, que se impõe, segundo aponta alguns trabalhos, como o líder teórico do Cinema Novo e como “gênio” das artes filmicas (LIMA, 2012). Buscamos, de forma mais detida, analisar como o autor tematizou o Nordeste, dialogando e beneficiando-se maximamente de outros trabalhos enquanto invenção de certa maquinaria discursiva que se estruturou e emergiu na primeira década do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001) e em trabalhos que analisam a relação cinema/história (FERRO, 1992), o cinema novo (Xavier, 2001) e Glauber Rocha, em particular (LIMA, 2012; BERNARDET, 2004). Além dos textos do próprio Glauber (ROCHA, 2004).

O filme transmitiu a representação, em nossa análise, de um nordeste sofrido, de um ambiente inóspito e repleto de imagens que o pintam como atrasado, rural, animalesco, com pessoas de rostos sofridos, exauridos pelo labor do campo, explorados ao extremo, alienados pela Igreja e/ou misticismos dos movimentos messiânicos. O nordestino de Glauber é o sujeito irracional, vazio de intelecto, o dote de criticidade só poderia sair desse estado mediante a revolução, que, a nosso ver e na esteira de trabalhos já citados, seria a única saída dessas ilusões teleológicas metafísicas representadas pelo novo messianismo de São Sebastião. Porém, a aposta nessa saída é igualmente teleológica, afinal, Glauber quer a apoteose do nordestino, quer que ele se aproprie dos meios de produção e saia desse estado, e esse nordestino que ele busca salvar é o mesmo que ajuda a construir com sua estética da fome, que reduziu o Nordeste à seca e o nordestino ao irracionalismo, esperando que o sertão vire mar quando este está bem distante do sertão.

REFERÊNCIAS

Filmografia

ROCHA, Glauber. **Deus e o Diabo na Terra do Sol**. 1964.

_____. **Terra em Transe**. 1967.

Livros, Artigos e Teses de Apoio

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Falas de astúcia e de angústia**: A seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922). Dissertação (Mestrado em História). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1988. 435 f

_____. **História a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Ed. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BERNARD, Jean-Claude. **Cinema brasileiro: Propostas para uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **A revolução francesa na historiografia**: A Escola dos *Annales* 1929-1989. 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.

COSTA, Antonio. **Compreender o cinema**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. São Paulo: Difel, 2002.

_____. **A história hoje**: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos avançados*, n. 7, p. 100-113. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LIMA, Frederico Osanan de Amorin. **É QUE GLAUBER ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO: A invenção do Cinema Brasileiro Moderno e a configuração de um debate sobre o ser cinema nacional**. Tese (Doutorado em História). Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2012. 237 f.

PESAVENTO, Sandra Jathary. **História & História Cultural**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2004.

RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. Org. **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

A Lei 10. 639 na sala de aula: um estudo de caso¹

O presente artigo analisou algumas mudanças a partir da lei 10.639/2003 no perfil do ensino de história no Colégio CEEP Liceu Parnaibano, nosso recorte tem por base a promulgação da lei em 2003 até o ano de 2014, período do início de nossas atividades enquanto bolsistas do PIBID/CAPES/UESPI (subprojeto de história), que aborda questões referentes à temática da lei. Primeiramente, realizaremos uma brevíssima análise da literatura sobre a questão da escravidão e das dinâmicas raciais em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Posteriormente, utilizando a história oral, pretendemos mostrar as mudanças no ensino de história no que concerne às contribuições dos povos afro-brasileiros à nossa multifacetada matriz cultural. Apesar de a referida lei abordar também as questões dos povos indígenas, circunscrevemo-nos aqui na análise da mudança na prática de ensino sobre contribuição dos povos afro-brasileiros para a história do Brasil.

A historiografia brasileira que analisou as contribuições dos povos afro-brasileiros é bastante extensa. Nesse sentido, o presente trabalho se circunscreve a dois autores: Gilberto Freyre (1900-1987) e Florestan Fernandes (1920-1995), dois sociólogos de formação, mas considerados historiadores pela literatura acadêmica. E dentro de suas obras, dois livros (*Casa Grande*

1. O trabalho foi o texto-base para uma comunicação oral em um evento do PIBID.

✶ Senzala e A Integração do Negro na Sociedade de Classes) que para nós são diametralmente opostos no que tange às conclusões sobre a sociedade em que os negros africanos escravizados foram inseridos.

Esse debate historiográfico será feito para que tenhamos subsídios historiográficos para analisar as alterações na LDB, mais precisamente o artigo 26-A, em que o ensino de história dos afro-brasileiros tem sua garantia em lei. E essa análise da LDB é feita para que, no percurso do trabalho, tenhamos condições de tecer considerações sobre os efeitos da lei 10.639 de 2003, que garante a obrigatoriedade do ensino da história dos afro-brasileiros, no colégio CEEP Liceu Parnaibano, instituição de ensino médio (e técnico-profissionalizante) que está localizada em Parnaíba-PI, e onde nós efetuamos nossas atividades de bolsistas do PIBID.

Os objetivos da pesquisa são: realizar uma breve discussão historiográfica sobre as assertivas em relação aos negros de Gilberto Freyre, expressas em sua obra *Casa Grande & Senzala*, e de Florestan Fernandes, na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Visualizar de forma crítico-reflexiva o discurso da lei 10.639/2003 expresso no artigo 26-A da LDB, no sentido de perceber os avanços que ela representa. Analisar os efeitos da referida lei no colégio CEEP Liceu Parnaibano, visando perceber como nossa atividade, enquanto bolsistas do PIBID, pode enriquecer as discussões com os alunos sobre o tema, e sobre a história dos afro-brasileiros em geral.

Nossa metodologia para a realização deste trabalho passa por uma revisão bibliográfica sobre o tema e por uma rápida análise do discurso do artigo 26-A. Também tivemos que adentrar no universo da história oral, para mensurar o grau de impacto da lei 10.639/2003 no ensino de Parnaíba, realizamos um estudo de caso no colégio CEEP Liceu Parnaibano, onde desde do primeiro semestre de 2014 desenvolvemos nossas atividades

junto ao Programa de Iniciação à Docência, que tem como temática o estudo de história indígena e afro-brasileira.

Deixamos de imediato nossos agradecimentos aos colaboradores: professora Irlanda e professor Francisco Liarte, que nos cederam as entrevistas. Não é nosso intuito generalizar o estudo estendendo as conclusões parciais como efeitos gerais do ensino na cidade como um todo, mas, a partir das entrevistas, levantar análises sobre os efeitos da lei no ensino do referido colégio e mensurar também as contribuições do PIBID nessa questão. A partir da interface da história oral com a história do tempo presente (FERREIRA, 2002) nos foi possível a realização do trabalho.

1. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro

O livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), é, sem dúvida, um dos clássicos da historiografia brasileira, e não tão somente dela, poderíamos alongar esse argumento aos campos da sociologia e antropologia brasileiras. A sua primeira edição, em 1933, tornou o autor imediatamente conhecido e a obra premiada. A obra em conjunto com *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de, respectivamente, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907-1990), são livros que “podemos considerar chaves”, segundo Antônio Candido, para uma mínima compreensão do Brasil.

Para além de enfatizarmos que o autor é um clássico, não nos detemos em uma espécie de coro acrítico ou meramente elogioso e contemplativo, notamos vários aspectos problemáticos no texto. Nesse sentido, segundo Fernando Henrique Cardoso:

[...] suas confusões entre raça e cultura, seu ecletismo metodológico, o quase embuste *mito da democracia racial*, a ausência de conflitos entre as classes, ou mesmo a “ideologia da cultura brasileira” baseada na plasticidade e no hibridismo inato que teríamos

herdado dos ibéricos (FREYRE, 2008, p. 25 grifo nosso).

Nesse ponto, o do “mito da democracia racial”, que apontou Fernando Henrique Cardoso no texto, é que residem nossas críticas. Tal concepção não pode ser passada no ensino de história, aliás, uma noção como essa está na completa contramão da proposta da lei 10.639/2003. Adentrando em *Casa Grande & Senzala*, podemos diagnosticar a ausência de conflitos de classe e uma realidade histórica demasiadamente idealizada do Brasil Colonial. Segundo Freyre:

Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – *os negros trabalhavam sempre cantando*: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira (FREYRE, 2008, p. 551) Grifo nosso.

“Trabalhavam sempre cantando?” Tal preposição nos deixa perplexos em virtude de aparentemente negar o caráter coercitivo e, por vezes, homicida da relação escravista. Aparentemente, o autor nesse livro parece que generalizou a análise das relações sociais escravistas do Nordeste (tomando-as sem conflitos) para o Brasil inteiro. Seria nos anos 1950-60 que a sociologia crítica iria contrapor de forma mais clara as teses de Freyre.²

2. O contraponto: Florestan Fernandes e a falácia da democracia racial

Florestan Fernandes, sociólogo influenciado pelo materalismo histórico (REIS, 2006), foi um dos que reagiram a essa

2. Seria justamente numa análise mais profunda sobre esse ponto que eu iria iniciar a investigação que acabou resultando na minha dissertação de mestrado.

ideia de “relações democráticas” entre brancos e negros com perplexidade e prontamente desenvolveu estudos que foram na direção diametralmente oposta às teses freyrianas. Nesse sentido: “F. Fernandes escreve contra a visão de Freyre da escravidão brasileira” (REIS, 2006, p. 210).

Segundo José Carlos Reis:

A equipe de F. Fernandes [...] tomará *Casa grande & senzala* como uma anti-referência. A escravidão suave é um mito cruel a ser destruído. Os escravos não eram cidadãos, não podiam ter armas, propriedades, vestir-se como quisessem, sair à noite, reunir-se. E se fugissem!... Moravam em quase prisões, amontoados. Trabalhavam sob coerção, repressão e violência, com longas jornadas. Eram castigados cruelmente e marcados a ferro quente. Suas condições de vida eram as piores. Falar em suavidade e ternura nas relações senhor/escravo é ir cinicamente contra os fatos (REIS, 2006, p. 210).

As relações entre negros e brancos, quando do início da colonização no Brasil, foi marcada pela violência extrema e generalizada, a viagem nos navios negreiros da África para a América, onde eram amontoados, quase sem comida e ventilação (sendo o índice de mortalidade altíssimo), já é um sinal de que ternura e compreensão não esperavam os negros quando estes pusessem os pés para trabalharem até a exaustão nos variados ramos, principalmente na plantação da cana-de-açúcar.

Então, “a tese da democracia racial, das relações suaves e ternas entre senhores e escravos, foi uma invenção cruel, uma aniquilação da presença negra e indígena, pela violência pura, [...]” (REIS, 2006, p. 211).

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), Florestan expõe claramente seu posicionamento sobre o negro no mundo colonial e critica as *convicções etnocêntricas* vazias e sem nexos históricos, tais como:

[...] a idéia de que o negro não tem problemas; a idéia de que por conta da índole do povo brasileiro não existem distinções raciais; a idéia de que houve acesso à riqueza, ao poder e ao prestígio; a idéia de que o “preto está satisfeito”; a idéia de que não existiu nem existem problemas de justiça social com referência ao negro [sic] (FERNANDES, 1978, p. 256).

Em *O Negro no mundo dos brancos* (1972), o autor descortina de vez o véu pacificador e homogeneizador que a tese (falaciosa e mítica) da democracia racial tenta impor:

O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. O negro permaneceu condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como “igual”. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral. Tiveram que sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do “mundo dos brancos” (FERNANDES, 2007, p. 33).

Nosso intuito aqui não é fazer uma espécie de louvor a Fernandes demonizando Freyre, a intenção é expor como as duas são diametralmente opostas, sendo cômicos do lugar de produção (CERTEAU, 2010) dos autores, pôr em choque as duas análises. Mas, nos permitindo aqui algumas conclusões, acreditamos que Freyre na época de sua reflexão foi revolucionário, valorizou a mestiçagem quando todos a colocavam como a força motriz do “atraso” brasileiro, tendo como modelo a “avançada” Europa branca (REIS, 2006).

Florestan Fernandes, já sob o impacto do marxismo – o que não quer dizer que dentro da teoria e até mesmo algumas posições dos fundadores do marxismo não existam preconceitos raciais –, vai expor escancaradamente as contradições sociais e raciais da história brasileira. Em que o negro, após a abolição e

principalmente antes, foi objeto de exploração e exclusão tanto econômica quanto social e racial. Nosso intuito ao pôr em choque as posições deles foi contextualizar de forma sintética as controvérsias sobre o tratamento dado ao negro na história do Brasil.

3. A lei 10.639: A proposta do ensino de história afro-brasileira

Sem dúvida, como já exposto, o débito em relação à história afro-brasileira é enorme, autores, a exemplo de Freyre, tenderam a ver as relações escravistas como “dóceis” e sem conflitos, outros analisaram sob o prisma do conceito de raça e infligiram ao negro o patamar de “raça inferior”, que foi dominada pelo branco.

Tentando “equilibrar as coisas” e a forte pressão dos movimentos negros, indígenas e de outras minorias étnicas que foram ao longo do tempo vítimas da exploração (em relação aos indígenas, o quase completo extermínio) do homem branco, em 2003, decretou-se a lei 10.639, que obriga no ensino de história a introdução de conteúdos referentes aos afro-brasileiros e indígenas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). A referida lei ganhou lugar no artigo 26-A da legislação educacional, assim consta “Art. 26-A – Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (CARNEIRO, 2014, p. 204). Essa é a proposta de obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e indígena, devendo “ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (CARNEIRO, 2014, p. 204).

Conforme Moaci Alves Carneiro:

A obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e

indígena nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio busca, assim, resgatar o enorme débito que a sociedade brasileira tem para com os índios e para com os afrodescendentes (CARNEIRO, 2014, p. 205).

É claro que uma lei, um código escrito, não irá mudar nossa visão etnocêntrica que está fortemente impregnada, entretanto, é um avanço no sentido de reavaliarmos nossos conceitos frente a questões controversas como o racismo e as religiões de matriz africana, por conseguinte, religiões afro-brasileiras. Nesse sentido:

A proposta da lei que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” é, entre outras possibilidades, a tentativa de quebrar paredes e fazer perceber que a vivência acontece em redes. Mas essa quebra de barreiras somente pode ocorrer quando o educador se despe dos pré-conceitos que carrega, fruto de sua carga histórico-social (MELCHIORETT, 2014, p. 42).

Se atentarmos para a proposta do enunciado da legislação, veremos que a “interdisciplinaridade” e “transversalidade” são as vigas mestras de um ensino que visa desconstruir os preconceitos e as visões idílicas sobre a escravidão ou o racismo no Brasil.

O dia nacional da consciência negra, por exemplo, é sem dúvida um dia de reflexão, e a proposta de atividades lúdico-pedagógicas nesse dia é recomendável, espetáculos de danças e palestras desmistificando o caráter “demoníaco” das religiões afro-brasileiras, como a Umbanda que durante muito tempo foi (e ainda é, infelizmente) estigmatizada, recebendo conotações negativas e preconceituosas. Ainda há muito a ser feito no sentido de dar outra visão sobre os africanos e afro-brasileiros na história do Brasil.

4. Os professores do CEEP Liceu Parnaibano e os efeitos da lei 10.639/2003

Quando do momento de narrar as experiências docentes, lembramo-nos da assertiva de um filósofo alemão argumentando que “quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza” (BENJAMIN, 1987), esse embaraço se estendeu a nós quando da realização das entrevistas.

Agora, citaremos alguns trechos das entrevistas para posterior análise e considerações.

Professor, você já sentia a necessidade de uma legislação específica que versasse sobre a questão dos afro-brasileiros?

“Não especificamente de uma legislação que fosse [...] digamos, cabedal legal, mas que [...] mesmo com a ausência de uma legislação, que houvesse uma maior evidência, colocasse é [...] uma história desses povos que foram importantíssimos *pra* sociedade brasileira [...] mesmo que não houvesse a lei, claro que houve a lei, e assim continua um tratamento bastante desigual, se comparada à história do homem branco [...] a forma dita oficial que é ditada praticamente como regra.”

E o negro nos livros didáticos de história, antes e depois da lei 10.639/2003, como você avalia?

“Eu acho que há certo reducionismo [...] na forma como é tratado nos livros didáticos [...] apesar de toda a evolução que já se teve de uns dias *pra* cá de conteúdo e tudo mais [...] a presença forte do MEC no processo de avaliação e seleção dos livros didáticos [...] mesmo assim, fica muito aquém do que deveria ser colocado [...] uma coisa muito reduzida, pouco se fala, eu ainda acho que pouco se fala a respeito é [...] do papel que teve o indígena na sociedade brasileira assim como também do negro [...] fizeram assim um paliativo, né? [...] *pra* tentar justamente responder a [...] muitos teóricos criticavam a forma como era tratada a participação do negro dentro da sociedade e isso acho

que deixa a desejar bastante ainda [...] já progrediu [...] mas precisa melhorar.”

E a mudança no ensino a partir da lei, tendo a sua experiência e a de outros colegas, você notou alguma mudança na prática docente?

“Em concreto, né? [...] como professor e visualizando o trabalho de colegas também, de como é trabalhado em sala de aula [...] eu creio que ainda está distante, certo, pelo menos não em curto prazo [...] eu acho que vai ser gradual. No momento, o impacto que essa lei teve, praticamente, foi apenas *pra* edição do livro. Na forma do trabalho concreto em sala de aula, eu acho que isso ainda [...] vai levar um tempo *pra* ser realmente é [...] acolhido pela comunidade”.

A lei 10.639/2003, em sua opinião, tem alguma validade concreta?

“Essa lei, se realmente for cumprida na [...] as suas determinações de maneira transversal, interdisciplinar, que esses deveriam ser o papel dela [...] seria importantíssimo, seria não, é importante. Pelo menos está lá no papel, agora a [...] ela ajuda justamente a [...] dependendo da forma como o professor trabalhe, a coibir ou a evitar que se mantenha, parte desses discursos da forma como foi tratada por muito tempo. Essa visão de colonizador e do explorador [...] e do explorado é e tudo mais [...] é [...] é ela é positiva no sentido de tentar atenuar pelo menos no papel, letra morta, né? [...] artificialmente falando [...] de tentar coibir [...] agora eu acho que só a lei criada não resolve o problema”.

A professora Irlanda também tem uma posição semelhante sobre a atualização dos professores em relação à lei:

“*Pra* falar a verdade, acho que a gente é alienado mesmo, sabe, acho que na nossa abordagem do conteúdo do dia a dia, a gente acaba seguindo mesmo o que está no livro e nem, nem sente muito essa necessidade, não [...] hoje eu vejo como é importante essa lei, já tenho outra visão, mas antes não tinha não.”

O que podemos abstrair dessas entrevistas, das falas, é que o impacto da lei ainda é bem diminuto, que os docentes em questão já notaram que apenas uma lei, “letra morta”, como nos disse um docente, não vai “resolver o problema.”

O ensino de história pouco mudou com a lei, e o PIBID teve e tem um papel efetivo na questão de auxiliar, a partir de suas atividades, no revisionismo necessário sobre a questão dos povos afro-brasileiros na história do Brasil. Seja desconstruindo a falácia da democracia racial, seja defendendo que mesmo excluídos por uma estrutura econômica que os oprimia, eles ainda resistiram ao processo de dominação e sua cultura é marca do nosso país multifacetado em termos culturais.

Sobre o PIBID e sua efetividade nessas questões, assim uma de nossas colaboradoras afirma:

“Tudo passa pela educação, se a gente não trabalha uma questão tão importante como essa, na escola [...] hoje eu tenho, eu já tenho mais essa visão [...] depois até mesmo de estar no PIBID junto com vocês e de outras experiências que eu já tive presenciando desde os outros anos que estou aqui, de ter essa visão da importância que é a gente trabalhar isso aí, e, assim [...] até a questão que a gente vive numa sociedade muito complexa, a gente vê toda hora na televisão.”

“[...] o que acontece, os preconceitos que continuam, infelizmente, presente e a única forma da gente trabalhar essa questão dos preconceitos, da tolerância, do respeito é abordar isso aí na escola. É abordar essa educação na escola, trabalhar as relações étnico-raciais *pra* que, não que a gente vá ter a pretensão aqui de acabar com esses preconceitos, não é isso, mas pelo menos minimizar, dá um outro caminho *pra* eles.”

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos, primeiramente, contextualizar

a questão do negro e, por conseguinte, dos afro-brasileiros na historiografia brasileira. Podemos notar que Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933) mostrou que as três “raças” (os grupos étnicos branco, negro e indígena) amalgamaram-se e a miscigenação ocorreu com uma “ausência de conflitos”.

Não aceitando essa posição, buscamos um diálogo crítico com a tese da “democracia racial” nas obras do sociólogo Florestan Fernandes, principalmente *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), que descortinou essa visão, mostrando como era falaciosa e negava a opressão dos negros e o racismo ainda imperava na sociedade brasileira. Posteriormente a essa discussão historiográfica, buscamos analisar o discurso da lei 10.639/2003, sobretudo o artigo 26-A da LDB (1996), em que a interdisciplinaridade e transversalidade, quando do ensino de história afro-brasileira, são as propostas da referida lei, o que obviamente descredibiliza que perpetuemos a visão eurocêntrica em relação aos afro-brasileiros, e busca resgatar o enorme débito que a sociedade tem em relação aos negros e indígenas.

Por último, a partir da história oral, buscamos com os professores do CEEP Liceu Parnaibano (onde efetuamos nossas atividades enquanto bolsistas do PIBID) mensurar os efeitos da referida lei no ensino de história. A partir dessas entrevistas, sem objetivos de generalizações, pudemos constatar o quanto ainda é diminuto o impacto da lei no ensino, o que demonstra de que modo temos que aperfeiçoar os conhecimentos nesse sentido.

A importância de projetos como o PIBID – de acordo com uma de nossas colaboradoras –, além de aproximar os acadêmicos ainda em formação da sala de aula, é vital para que o ensino de história afro-brasileira tenha a reforma necessária de acordo com a proposta da lei, visto que sua incidência ainda é insuficiente. Vários são os problemas que os docentes enfrentam, desde dificuldades estruturais até a falta de cursos nesse sentido. Isso demonstra que o PIBID pode contribuir na ação dos pro-

fessores, rumo a desmistificar preconceitos e aliar a atualização teórica com a experiência dos docentes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol.1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978 v.1.

_____, **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 58. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2004.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial**: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e a escravidão. Ed. Belo Horizonte: CENAFRO, 2010. (Coleção repensando a África, vol. 5).

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

Fontes utilizadas

Entrevista concedida por Irlanda, professora do Liceu à Messias Araujo Cardozo em 30/06/2015.

Entrevista concedida por Francisco Liarte, professor do Liceu à Messias Araujo Cardozo em 17/06/2015.

REVISTA. **Filosofia, ciência & vida**. Ano VIII n. 100, novembro, 2014. PNBE, periódicos 2014.

Ensino de história & narração histórica

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas.

(Walter Benjamin, 1936).

A história enquanto disciplina tem na narração uma dimensão fundamental. As várias formas de narrar a história demonstram a pluralidade de concepções sobre o próprio saber histórico e seus usos. O ensaio que se segue buscou fixar algumas ideias sobre a narração em história principalmente quando da prática docente, ou seja, quando do ato do ensino/aprendizagem de história. Um historiador de ofício é aquele que consegue utilizar conceitos claros para elucidar os problemas históricos que propõe investigar. Isso é um princípio básico da operação historiográfica (CERTEAU, 1982. p. 56-108), ele estrutura tais conceitos em uma narrativa, buscando encadear os processos históricos em uma sequência coerente e lógica.

Ao utilizar as ferramentas conceituais e analíticas, o historiador, frequentemente, lança-se sobre outros campos do saber, principalmente o da filosofia, mais propriamente a filosofia da história, não sendo incomum a incursão nas formas de pensar a sociedade a partir da sociologia, antropologia, linguística e até

mesmo da psicanálise. O bom professor de história deve proceder da mesma forma, embora haja certa cisão entre o que se aprende na universidade e a prática docente, é essencial utilizar conceitos operacionais na sala de aula, no sentido de dar consistência lógica à narração histórica. *O bom professor de história é um bom narrador, e a narração sem conceitos problematizados é vazia ou, geralmente, é uma narrativa rasa e sem profundidade.*

Existem vários problemas quanto a isso, um dos mais recorrentes é a tentação de narrar eventos históricos de tempos bem mais recuados utilizando de conceitos criados e gestados para períodos e contextos bem mais recentes, muito posteriores aos eventos em questão. E isso é uma constante quase incontornável da disciplina história, visto que seus grandes paradigmas, que a sustentam enquanto disciplina com um lugar nas ciências humanas, só surgiram basicamente na Europa, nos séculos XIX e XX.¹

Um exemplo que podemos citar aqui de uso ambíguo e às vezes equivocado quando não impertinente de conceito é quando se tenta operar – e isso não é uma crítica ao conceito em si – com a importante ideia de classe social.

1. A narração em história

A famosa expressão de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), de 1848, quando lançaram o seu Manifesto Comunista: “A história de *todas* as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2010. p. 55, grifo nosso), permite ao leitor desavisado, ou apenas partidário da causa revolucionária marxista, lançar esse conceito a todas as

1. O problema do anacronismo na análise histórica incorre numa percepção incontornável de que todos os conceitos – ou sua grande maioria – foram criados bem *a posteriori* da maioria dos eventos da história. Sendo assim, de certa forma, todo historiador comete anacronismo; de todo modo o que se deve evitar é o julgamento ou a conceituação depreciativa de ações e experiências passadas mediante noções e conceitos presentes. O que o historiador deve fazer é compreender e não julgar (BLOCH, 2001, p. 128).

formações sociais no tempo, como se os escravos africanos do Brasil no período colonial formassem uma “classe escrava”, ou os patrícios na Roma Antiga fossem a “classe dominante”, quando sabemos que havia no mínimo várias gradações, clientes, espécies de grupos “intermediários” ou não nobres etc. Mas, nesse caso, a ambiguidade do conceito de classe ainda se encontra presente no próprio materialismo histórico, visto que Marx e Engels oscilaram ao pensar a classe ora como apenas um “produto” da sociedade capitalista e burguesa (MARX; ENGELS, 2007. p. 105), ora como uma forma de agrupamento de indivíduos na estrutura econômica que sempre foi oposta (classe opressora x classe oprimida, como está no *Manifesto* já citado), o que faz uma confusão, diante desse problema.

Acreditamos que o conceito de classe só pode ser pensado para sociedades *a posteriori* da Revolução Industrial² (fins do séc. XVIII), não funcionando quando se pensa apenas na dimensão econômica do conceito. Uma sociedade de classes é uma sociedade baseada em diferenças de renda, sem dúvida, mas também de formas de ver o mundo, de expressões culturais³ e de ações e representações políticas “revolucionárias” ou não, o que deve exigir do professor uma visão plural do conceito de classe, em que os alunos possam identificar essa mesma pluralidade.

Ao narrar os processos históricos, o professor deve incentivar seus alunos a refletirem sobre duas noções fundamentais: *tempo* e *conjuntura*. Sobre a primeira, no seu clássico *Ser e tempo* (1926), o pensador alemão Martin Heidegger (1889-1976) revolucionou a noção de tempo, ao problematizar filosoficamente a

2. Afinal, como alerta José D’Assunção Barros: “[...] existe uma ampla discussão historiográfica a respeito da possibilidade de se utilizar adequadamente o conceito classe social para sociedades pré-industriais” (BARROS, 2011, p. 111).

3. Sobre o conceito de classe e a sua dimensão cultural e não apenas econômica, ver o prefácio de: THOMPSON, 2011. p. 9-12. Ver, ainda, do mesmo autor: “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase* – Estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989. p. 13-61.

questão do *ser*. Ele apontou para a sua possibilidade frente ao *ente*, sendo o *ente* tudo que existe, enquanto o *ser* é sempre uma possibilidade, ou seja, o ser histórico romano, grego, sumério etc. é sempre uma possibilidade, o que permite problematizar a questão do ser histórico que dialoga intrinsecamente com a noção de tempo, afinal, todo ser está imerso em dada temporalidade.⁴

Sobre a questão do tempo, fundamental para a germinação de uma consciência histórica, ele foi tema de reflexão de um importante historiador, Reinhart Koselleck (1923-2006). Para ele, as categorias do tempo e do espaço são as duas formas de adaptação de qualquer experiência histórica. O seu “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, conceitos fundamentais do autor em seu *Futuro Passado* (1979), apontam para a dimensão do tempo que é sempre uma tensão entre experiências e expectativas, isso, para o professor de história, é fundamental no intuito de produzir uma compreensão para os alunos de que a possibilidade dos sujeitos históricos é sempre balizada por experiências e por expectativas⁵.

O que permite, por exemplo, que eles compreendam que Maximillien Robespierre (1758-1794),⁶ entendido dentro de seu quadro de experiências, vislumbra, ou seja, tinha um horizonte de expectativa, claro, com suas execuções. O que necessariamente deve nos levar a conclusão – e isso deve ficar claro para os alunos – de que ele não foi um “louco assassino”, muito menos o “desequilibrado da guilhotina”; houve excessos no cha-

4. Sobre isso, ver: HEIDEGGER, 1999. Para uma introdução ao pensamento do autor: KAHLMEYER-MERTENS, 2017.

5. Sendo o tempo histórico medido pela dedução entre experiências e expectativas (KOSELLECK, 2006, p. 309). Sobre o tempo em Koselleck, ver: BARROS, 2013, p. 135-150.

6. Um dos personagens da Revolução Francesa do fim do século XVIII. Líder mais radical do chamado “Comitê de Salvação Pública”, no período do “Terror” (1793-4) revolucionário.

mado período do “terror jacobino”, sem dúvida⁷, porém, dentro da sua experiência histórica e com uma expectativa própria, somente entendida mediante a compreensão desse mesmo espaço de experiência possível, ele empreendeu ações na busca de uma expectativa condizente com os seus objetivos políticos. Isso facilita, em nossa visão, uma compreensão eminentemente histórica, além de desestimular a excessiva adjetivação sobre personagens históricos que existe.

Uma narrativa conceitualmente fundamentada, temporalmente clara, não meramente uma menção superficial ou o arrolamento datado de “sucessões”, mas uma problematização das rupturas, envolve anexar a noção de conjuntura, que está umbilicalmente ligada a questão do tempo histórico. Toda conjuntura social é filha de seu tempo. Isso é quase um truísmo, porém, uma conjuntura histórica é mais que apenas o diagnóstico de uma forma econômica ou de uma situação geográfica e política determinada. Merece atenção principalmente a questão dos sujeitos, das pessoas, das formas sociais que tal povo⁸ em tal época se encontrava, que só pode ser entendida claramente, em primeiro lugar, quando se estuda o processo histórico de constituição social de determinado povo que engendrou determinada conjuntura. *Uma conjuntura histórica é sempre uma situação em que as possibilidades e os condicionantes adversos disponíveis aos sujeitos históricos estão em constante choque e disputa.*

Por exemplo, como os sujeitos na França na última década do século XVIII produziram um processo social que literalmente formou o mundo contemporâneo chamado de Revolução Francesa? Não há dúvida de que a grande crise econômica, a fome camponesa causada pelas péssimas colheitas da década de 1780, os excessivos gastos da corte de Versalhes, as arbitrariedades do

7. Sobre isso especificamente e sobre a Revolução Francesa em geral, ver: VOLLE, 2003.

8. Em si mesmo o conceito “povo” já é problemático.

Absolutismo etc. foram componentes da paisagem conjuntural francesa dessa época. Porém, foram os sujeitos, as pessoas, que dentro desse espaço de experiência, por meio da ação direta, formaram a conjuntura histórica que possibilitou um horizonte de expectativa revolucionária dentro desse cenário de crise e não a crise (econômica, política e até moral) que engendrou mecanicamente a Revolução, até porque as crises sociais existiram antes, entretanto, *os sujeitos não reagem automaticamente aos ditames delas, mas agem dentro de um quadro referencial que lhes permite e proíbe práticas.*

É isto que os alunos devem compreender: termos, a exemplo de “população”, como se sabe, sem a devida caracterização e diferenciação interna de tipos, estamentos ou classes é uma abstração (MARX, 2008. p. 202).⁹ Ou seja, os sujeitos que formavam a maioria da população francesa, referenciados por seus espaços de experiência e por horizontes de expectativas dentro de um contexto de agravamento de uma crise econômica, política e social foram os que levaram a cabo o processo revolucionário francês. Narrar esse processo requer a utilização de conceitos e a junção deles às noções de tempo e conjuntura, para que os alunos possam compreender e discutir o processo e não *apenas assimilar o conteúdo* num etapismo raso¹⁰, que desprovido dessas formas didáticas, que requerem aprimoramento teórico da parte do professor, tornam-se inócuas e meramente constituintes da grade curricular. O que é profundamente desinteressante e não deve ser a ideia norteadora do um ensino de história, pois, assim, *não pode fazer* dele um dos veículos da produção da *consciência histórica*.

9. MARX, 2008. p. 202.

10. No caso específico é comum os alunos realizarem um “mapa” cronologicamente rígido que serve, em última instância, de memorização para a resolução de exames e provas objetivas, que geralmente aparece assim: Período da Convocação dos Estados Gerais, Assembleia Nacional, Convenção, Diretório e Era Napoleônica.

Narrar fatos e eventos que constituem processos históricos requer, ainda, uma noção clara da ideia de ruptura. Se *a história é composta de permanências e rupturas*, de continuidades e de descontinuidades (nunca abruptas e meramente factuais), a noção de “rompimento”, de “corte”, que faz parte da ideia de ruptura histórica deve ser devidamente problematizada. Em dois sentidos conexos, não únicos, isso nos apresenta como possível. O primeiro é demonstrar aos alunos que as *rupturas históricas não são iguais para todos os grupos sociais* em questão. Que a “Revolução de 1930” no Brasil, por exemplo, não rompeu totalmente com o passado da “República Velha”, ou seja, não implicou em uma radical modificação na distribuição de renda e de poder, ou na composição de uma situação política democrática com amplo acesso ao lazer e à cultura para os mais pobres, mas que as modificações na estrutura do Estado brasileiro, que tiveram, sim, reorientações e nova roupagem¹¹, não cortaram os privilégios dos mais ricos, nem mesmo tocaram na questão dos monopólios econômicos ou da arbitrariedade do poder do Estado sobre os cidadãos, principalmente após a decretação do Estado de exceção,¹² em 1937.

O segundo é que as rupturas são operadas, geralmente, e nesse caso do Brasil de 1930 em particular, a partir de grupos de pressão e são vinculadas a interesses bem específicos, restritos, pontuais. E que as *rupturas de experiências históricas de longa duração* como, por exemplo, a da escravidão negra no Brasil *são também processos mentais que são mais lentos e não abruptos* nem terminam do dia para a noite. Ou seja, é historicamente equivocado pensar que após 13 de Maio de 1888 a “escravidão acabou”, em termos formais e jurídicos sim, porém, os problemas da in-

11. Um dado importante é o direito do voto estendido às mulheres com a Constituição de 1934. De certa forma, isso representa uma modificação e uma ruptura importante em termos históricos.

12. Afinal, “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1987, p. 236).

tegração do negro na sociedade¹³, o preconceito e a violência sobre as populações negras simplesmente viraram fumaça. O que definitiva e infelizmente não é o caso. Rupturas envolvem então estas duas noções: a de que elas não são para todos e que não são abruptas, mas sim, em alguns casos, bastante lentas, sofrendo mutações ao longo do tempo.

O ensino de história ao narrar a construção, desconstrução e transformação de formações sociais, de estruturas de significação que permitem a identificação de formas de existência situadas no tempo, dos grupos e das gradações entre esses grupos, das práticas e representações que os indivíduos agenciam em suas experiências, não pode esquecer-se da noção de fim. Os processos são constituídos de eventos e de acontecimentos que quando narrados devem tomar a forma de um “início ou começos” – já que origem é um termo problemático¹⁴ –, um “meio” e um “fim”. *O que entendemos aqui por “fim” é justamente o esgotamento de determinado espaço de experiência quando da mudança desses mesmos espaços possíveis, operada sempre mediante a ação coletiva no tempo.* E esse esgotamento é obviamente variável devido à especificidade de cada experiência histórica, o que implica, desde já, dentre outras coisas, o desapego das teorias globais de explicação, como se o “fim” de determinada formação social histórica fosse dirigido por determinantes unilaterais de apenas uma dimensão da vida coletiva, como, por exemplo, a economia, ou a política institucional de Estado.

Um exemplo: o fim do modo de vida feudal se percebe, dentre outras coisas, por mudanças culturais, de agenciamentos di-

13. Sobre isso, ver: FERNANDES, 2008, v. 1; 2008, v. 2; 2007.

14. Sobre isso, Foucault contrapôs a noção de origem para onde sempre se cantou uma “teodiceia” (FOUCAULT, 1979). Marc Bloch já insistia também em abandonar o “ídolo das origens” (BLOCH, 2001, p. 56). Roger Chartier apontou sobre a crítica de Foucault da noção de origem que ele “[...] associa estreitamente uma crítica devastadora da noção de origem a uma reformulação do conceito de acontecimento”, para quem o acontecimento é “uma relação de forças que se inverte” (CHARTIER, 2010, p. 66, 67).

versos e temporalmente distintos, não conexos ou ensaiados de formas de consciência que foram se modificando, dando fim a formas precedentes e não apenas pela modificação da base econômica, quando da transição do feudalismo para o capitalismo. Pensar o “fim” também implica pensar a noção de “meio”, ou seja, das variações que existem entre uma formação social em esgotamento e outra que vai emergindo, sendo necessário refletir sobre *os períodos de transição que são os mais sensíveis, pois são justamente aqueles em que a luta pelas permanências de costumes se chocam com as novas orientações da vida prática*.¹⁵ “Fim”, nesse sentido, não é necessariamente o que desaparece ou se desmancha no ar, é o que se modifica e também o que se metamorfoseia e mescla com as inovações que emergem mediante o constante sincretismo socialmente estabelecido dos sujeitos históricos.

2. Narração e Memória

Qualquer um pode ser um narrador. Narrar uma história sem o propósito de constituir uma forma possível de consciência histórica nos que ouvem ou leem pode configurar um ato possível a qualquer um que possua minimamente uma qualidade retórica ou argumentativa. Porém, para o professor de história, a narração dos homens no tempo não é tão simples. Primeiro, por razões mais propriamente didáticas, devido à heterogeneidade dos alunos, suas histórias de vida pessoal, seus ritmos individuais de acompanhamento do conhecimento ali tratado, mediante a interação professor-aluno. Ou seja, uma ampla gama de variáveis do espaço escolar que envolve a narração do processo histórico enquanto uma totalidade organizada e estruturada pela historiografia que informa sobre aquele processo histórico.

Segundo, que *narrar como nos tornamos o que somos, me-*

15. Um texto que ilustra bem isso que estamos nos referindo é: THOMPSON, 1998. Principalmente o ensaio sobre a “economia moral”.

diante a interpretação sobre o passado enquanto possibilidade e limite para a práxis dos sujeitos, é sempre uma tensão. Para um contador de histórias pessoais não é difícil interpretar os fatos com auxílio de sua memória, para um professor de história, ao contrário, a noção de memória histórica¹⁶ já adentra também em uma série de complexidades.

A memória é o espaço de disputa em que aquilo que fomos pode ser positivado ou negado enquanto experiência histórica. Um caso emblemático e recente se refere à ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985. Porém, a narração de uma experiência como essa, além de outras mais recuadas no tempo, exige do professor uma relação com a historiografia bastante estreita, que lhe permita visualizar a totalidade do processo mediante uma lógica e que isso fique claro para os alunos. Mas que também essa totalidade esteja sempre necessariamente em aberto, não apenas indicando as disputas e/ou querelas acadêmicas sobre tal processo, mas que permita uma margem de interpretação ao aluno, sendo que essa mesma margem nunca pode existir sem a completa ausência de referência da experiência, pois isso poderia indicar a possibilidade (inexistente em termos éticos e científicos) do negacionismo, de coisas do tipo: “Não houve ditadura, mas um ‘regime’, quando não uma ‘revolução’ salvacionista no Brasil em 1964”, negando a tortura e o terror de Estado no período.¹⁷

Narrar, portanto, envolve a noção de memória histórica, e nesse ponto uma série de restrições, mas também de possibilidades didáticas, abrem-se ao professor. No caso de ser possível o trabalho com os chamados “memorialistas”, ou seja, os textos de autores não propriamente interessados em narrar uma experiên-

16. Sobre a memória, existe uma ampla bibliografia sobre o assunto. Destacamos aqui apenas esta: POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15. Nesse texto, a ideia de “memórias em disputa” pode ser bastante funcional na sala de aula.

17. Sobre isso, ver: FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. p. 29-60

cia histórica, mas apenas a sua história situada no tempo – exemplos disso são os trabalhos de memória de jornalistas, políticos, atletas etc. –, é importante apresentar aos alunos, fazendo o cruzamento com outras fontes. O trabalho com imagens, músicas, artes plásticas e cinema também é possível. Todavia, o trabalho com a memória humana, isto é, a dos sujeitos¹⁸, quando possível e acordado por todas as partes, é o mais indicado. *Ouvir quem esteve lá, quem viveu, ou seja, o recurso da escuta pela história oral é de fundamental importância para a criação de uma consciência histórica por parte dos alunos.*

3. Narração e Teoria da História

Os grandes paradigmas¹⁹ da ciência histórica em que se baseia qualquer historiografia são imprescindíveis para a narração histórica, para dar sequência a uma visão de processo, uma possibilidade de interpretação e suporte lógico. O positivismo, que é uma importante filosofia social incorporada ao método histórico por meio de apropriações variadas na França e Alemanha, no século XIX, por exemplo, permite a visão do processo histórico sob a ótica do progressivo aprimoramento das formações sociais, desde o estágio “primitivo”, passando pelo estágio intermediário “metafísico” até, por fim, ao *télos*. Que é o estágio “positivo”, garantindo, portanto, uma forma de abordar e incidindo numa forma de narrar a caminhada humana da *desrazão* à sociedade científica. Eurocentrismos e etnocentrismos à parte, o que se pode buscar no positivismo para a narração histórica é uma visão positiva das passagens das sociedades por várias etapas, o que hoje

18. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198).

19. Consideramos aqui como paradigmas, respectivamente: Positivismo, Historicismo e Materialismo Histórico e o movimento dos Annales. Sobre os paradigmas, ver: BARROS (2011a; 2011b; 2011c; 2011d) e REIS (1996). Sobre a noção de “paradigma”, ver: KHUN (2003).

parece tão “normal”, como a ausência de um rei que dita tudo e tem poder de vida e morte sobre seus súditos, ou um serviço de saúde pública, em “estágios” (noção que deve ser problematizada na prática docente) mais antigos isso era absolutamente inexistente. Quer dizer, progredimos como sociedade em alguns pontos, apesar dos desencontros entre ciência e progresso social.

Essa visão do processo histórico pelo paradigma positivista permite narrar a história como uma forma de refinamento e de aprimoramento da capacidade humana de intervir na natureza, o que de forma alguma deve representar uma adesão acrítica à “evolução” das formações sociais históricas, pelo contrário, é essencial apontar as contradições dessa mesma evolução e de certa forma ter um ceticismo em relação ao caminhar histórico coletivo, visto numa perspectiva linear, principalmente quando da junção quase redentora e teleológica da ciência com o progresso humano. Indiscutivelmente, que, por exemplo, o fato histórico do lançamento de bombas atômicas, no Japão em 1945, pode gerar uma crítica sobre os usos da ciência, principalmente nesse caso sobre os usos a partir de motivações militares que tornaram (e ainda tornam) instáveis as relações geopolíticas no mundo contemporâneo.

Em síntese, o paradigma positivista permite uma forma narrativa que enfatiza a evolução da sociedade, em casos, por exemplo, de um uso mais racional e produtivo dos recursos naturais, do aprimoramento das instituições sociais como o Estado laico e democrático, inovações tecnológicas como o avião sem, entretanto, incidir em nenhum momento numa posição acrítica ou uma negação das discontinuidades dessa mesma evolução histórica, isso deve ficar bem claro para os alunos.

A consistência argumentativa de uma narrativa histórica tem no chamado historicismo uma ferramenta incontornável. Ao enfatizar as particularidades, os desenvolvimentos peculiares, sobretudo os nacionais – a ideia de nação já é em si também

problemática –, o historicismo alemão é fundamental para se compreender as formas de desenvolvimento de uma coletividade geográfica e culturalmente localizada. Sem as tendências do ufanismo xenófobo da retórica de grupos violentos, mas com o devido trato narrativo de uma ética profissional, as sugestões do historicismo são essenciais para desenvolver nos alunos a capacidade de compreender a narração das trajetórias e das disputas durante o percurso, de sua coletividade mais ampla, a formação de uma consciência nacional. Embora isso não signifique uma consciência nacionalista no sentido do belicismo e da irracionalidade, inclusive, isso já foi feito e desembocou em manchas indeléveis na história europeia recente (holocausto judeu pelos nazistas foi o extremo exemplo disso).

Em síntese: *o historicismo pode desenvolver uma consciência histórica de que o indivíduo faz parte de algo maior, uma nação, embora essa mesma nação não possa ser vista como uma entidade abstrata, e os que, pretensamente, são os líderes dessa mesma nação possam pedir “sacrifícios” por ela, como a participação em guerras e em crimes contra minorias ou grupos “antinacionais”.*

4. Narração, historiografia e verdade histórica

A narração em história deve, necessariamente, dialogar com aquilo que informa e que baseia outros campos do saber humano e social, exige interdisciplinaridade, o que pode ser base do movimento dos Annales, no século passado, não obstante que certas limitações devem ser observadas. A proposta de uma história-problema dos annalistas é fundamental para uma narração do processo histórico que aborde pluralmente os problemas históricos.

Como as coisas se converteram em problemas permite narrar as complexas formas de agenciamento coletivo no tempo, a abordagem dos objetos históricos problematizada pelos annalis-

tas não é apenas uma ideia de ver pluralmente os problemas, mas é, sobretudo, o que permite a visão em múltiplas perspectivas (sem perder o caráter histórico do processo social) das soluções encontradas por parte dos sujeitos envolvidos. Os alunos devem perceber e com isso compreender que *os problemas sociais no tempo tiveram opções de solução viáveis, as escolhas na resolução de problemas sociais em determinados contextos foram efetuadas por sujeitos imersos sempre em uma tensão entre o possível e impossível.*

A função da narração histórica, dentre outras coisas, deve ser a mediação do professor entre as possibilidades de agir que os homens tinham e o que essas mesmas possibilidades de ação causaram, interferindo no curso dos acontecimentos que são os componentes do processo histórico. *Uma narração histórica é sempre apenas uma forma de ver o que se passou.* Ela não pode ser totalizante, pois assim se esgota toda forma de ver/narrar distinta e divergente, visto que, o passado está sempre aberto a novas formas de apreendê-lo. E essa forma pode variar, mas o que deve ser invariável é a noção de que *a história narra algo que aconteceu*, produz um sentido sobre o que se pode recuperar mediante a pesquisa historiográfica, não se narra algo puramente ficcional, embora aspectos ficcionais possam ser interessantes e compõem certos estilos narrativos da historiografia²⁰.

Não se pode conceber a experiência concreta que passou mediante a noção de que ela é instituída pelo discurso, que é apenas uma interpretação cujo traço característico da ficção histórica é o seu aspecto de invenção.²¹ *Os alunos devem compreender que a experiência humana no tempo realmente existiu, que forças estavam em jogo, que formas de agir foram possíveis e que*

20. As polêmicas sobre a ideia de que história e ficção são ambas a mesma coisa ou quando muito apenas em termos de substância diferentes podem ser vistas nos ensaios (WHITE, 1992; 2014). Sobre a relação entre história e ficção ver também: LIMA (2006). E o texto de CHARTIER, 2010 p. 24-31).

21. Visível nos trabalhos de ALBUQUERQUE JÚNIOR (2011; 2007).

isso causou impactos no transcorrer dos processos históricos no passado e até mesmo esses impactos ainda são visíveis no presente, para que uma consciência histórica que vise a orientação no tempo²² se torne possível entre eles.

A noção de verdade histórica, portanto, adquire aqui uma importância fundamental. Problematicada com os alunos, a verdade histórica não deve ser a noção de que o que está escrito, sendo assistido, ouvido ou visto (em visitas a museus, por exemplo) é o passado “em si”, sua verdade total, sua reconstrução integral para fins expositivos, como se isso fosse possível. A recuperação das fontes, de cacos de experiências sociais no tempo, que informam sobre acontecimentos na tensão entre experiência e expectativas, é apenas a base da interpretação e da narração sobre o que se passou. Porém, que isso fique claro, principalmente para os alunos, é que a narração histórica é sobre algo que se processou, não o que um ou outro queria que tivesse acontecido.

Os alemães perderam duas guerras mundiais no século XX, houve uma guerra civil nos Estados Unidos no século XIX, ganhou-se e perdeu-se, forças se confrontaram. Reconstituí-las em sua integralidade é impraticável. Porém, narrar o que aconteceu com base nos fragmentos que chamamos de fontes históricas produz a noção de que o que passou foi algo existente, que teve, dentro de sua forma particular, uma importância para os sujeitos, tanto na conjuntura em questão como para o aluno que escuta, visualiza ou lê essa mesma narração histórica.

Só assim é possível a criação de uma consciência histórica que garanta que experiências não devem ser repetidas, que situações mudaram, no entanto, que formas arcaicas que guardam semelhanças com o que de mais nefasto e execrável ainda existem. *O exemplo do neonazismo contemporâneo ilustra bem essa necessidade de rever a noção de história como ficção e a importância de um ensino de história que produza uma consciência histórica*

22. Sobre isto ver: RÜSEN (2007).

baseada na ciência histórica.

Considerações finais

Uma das funções narrativas da história é ser uma ponte entre o que passou e o que se passa. Existe um referencial com o que já aconteceu, existe uma organização formal mediante conceitos usados sem anacronismos ou interdição ideológica, todavia, uma parte importante dessa mesma narração sobre o passado é a inferência ao presente. E isso é importante por duas razões. Em primeiro lugar, porque as continuidades de aspectos negativos no presente têm raízes no que se passou. Exemplo disso são os constantes ataques de grupos aos valores democráticos, a espaços plurais de discussão sobre temas de interesse coletivo, a interpretações críticas sobre as formas de vida de grande parcela da população (como e por qual motivo a pobreza ainda é grande, e como as misérias sociais são mantidas por estruturas precedentes), ou seja, a permanência em história deve participar da narração das rupturas do processo.

Em segundo lugar, é através da narração em história que é possível perceber que as discontinuidades não são positivas por si mesmas, que valores e ideias que aparentemente “se perderam”, como justiça social, razão, ética, não devem ser abandonados sob o signo de uma sempiterna metamorfose positiva dos valores e ideias partilhados pela coletividade, pois isso não permitiria perceber que o caráter ideológico de muitas “inovações” e dos muitos vaticínios de morte de ideologias categorizadas como “utopias”.

Os alunos devem perceber na narrativa histórica que a disputa pela proeminência de certas funções dentro do tecido social, o monopólio de discursos e da circulação da informação garantem a grupos específicos o papel de promotores da mudança como algo essencialmente positivo, o que não é verídico, já

que em toda inovação existem características positivas e outras negativas. Invariavelmente, tendo sempre como eixo norteador o favorecimento de grupos de pressão que tencionam a experiência no tempo para favorecimento de demandas particulares a revelias e até mesmo antagonismos das demandas e necessidades da coletividade mais ampla. *Narrar o que foi possível dos acontecimentos, interpretando mediante as fontes, serve para ligar as experiências de sujeitos ao presente dos alunos, não para nos ligarmos a elas, mas para visualizarmos os resíduos históricos que são inegáveis na contemporaneidade.*

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaaios de teoria da história. Bauru-SP: Edusc, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**: princípios e conceitos fundamentais. Vol. 1. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011a.

_____. **Teoria da História**: Os primeiros paradigmas: Positivismismo e Historicismo. Vol. 2. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011b.

_____. **Teoria da História**: Os paradigmas revolucionários. Vol. 3. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011c.

_____. **Teoria da História**: A Escola dos *Annales* e a Nova História. Vol. 4. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011d.

_____. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obra escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca, Vol. I. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar da nova era, vol. II. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Os Pensadores].

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. **10 Lições sobre Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

REIS, José Carlos. **A História, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

THOMPSON, E. Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. A árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

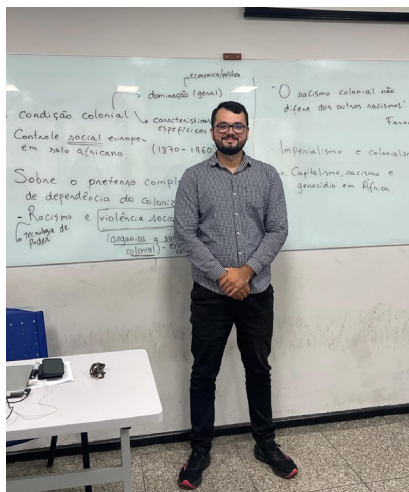
_____. **Tradición, revuelta y consciencia de classe – Estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial.** 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: EDUSC, 2003.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a Imaginação Histórica do Século XIX.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Sobre o autor



Messias Araujo Cardozo é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Bolsa Capes). Atualmente é Professor Substituto de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Foi Professor Substituto de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Este livro contempla uma amplitude de objetos , os quais apontam que a história não é apenas o estudo do passado distante, mas uma ferramenta para ferramenta para compreender identidades, disputas e narrativas no presente. A escrita é outro ponto que merece destaque. Sem abrir mão do rigor acadêmico, o texto busca dialogar com o leitor, tornando acessíveis discussões complexas. Isso faz com que o livro seja valioso tanto para estudantes de graduação quanto para pesquisadores e professores que desejam repensar suas práticas. Em última instância, Exercícios do fazer História provoca uma inquietação produtiva: ele nos lembra que a história não está pronta, nem é neutra. Ela é construída, narrada e constantemente revisitada. Ler esta obra é aceitar o desafio de questionar evidências, reinterpretar discursos e perceber que, ao estudar o passado, também estamos transformando o presente. Se há um mérito central no livro, é este: ele não ensina apenas sobre história — ele ensina a *fazer* história.